EDJANE ALVES DOS SANTOS MENEZES

UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

um estudo de caso

Orientadora: Rita de Cácia Santos Souza

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Lisboa
2012

EDJANE ALVES DOS SANTOS MENEZES

UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

um estudo de caso

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador (a): Professora Doutora Rita de Cácia Santos Souza.

Co-orientador (a): Professora Doutora Maria Odete Emygdio da Silva.

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Lisboa
2012

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo sem certo sonho ou projeto de mundo devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire

Dedico este trabalho aos meus amores e motivadores de sonhos, frutos que Deus confiou em me entregar para que eu cuidasse: Pedro Luan, Laura Maria e Ana Luisa. Espero que no futuro possam entender como é gratificante a busca do conhecimento. Mamãe ama muito vocês.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste estudo foi para mim um percurso muito difícil, mas também cheio de expectativas e anseios.

Agradeço a Deus que me capacitou e permitiu que eu realizasse este sonho; este Deus que me ensinou a vencer obstáculos e perseverar, mesmo nos momentos turbulentos.

Agradeço à minha família pelas horas em que precisei me isolar. Obrigada pela compreensão e dedicação.

Agradeço a Rubens, esposo e companheiro, que acreditou neste trabalho.

A minha professora Rita de Cácia, pelas orientações, encontros, presença e conversas, obrigada por ter acreditado em mim.

Agradeço especialmente à minha mãe, que me ajudou a cuidar dos meus três filhos pequenos. Serei sempre grata.

Agradeço à direção da escola Caminho do Saber, por sempre me receber de portas abertas, e em especial à Maria Ivoneide, por ter colaborado em muito para a realização deste trabalho.

Agradeço a minha irmã, por me ajudar nas horas em que eu estava mais cansada.

Agradeço à Prefeitura de Japaratuba, por me conceder a licença para a realização desta pesquisa.

Aos alunos que participaram desta pesquisa; eu tenho certeza de que aprendi muito mais com vocês.

À diretora da escola em que trabalho, Maistrele. Muito obrigado pela ajuda.

RESUMO

O presente trabalho procura, inicialmente, fazer um breve momento da história da Educação Especial no Brasil, com o interesse de ressaltar a sua evolução. Em seguida, iremos dar ênfase ao perfil do professor na educação inclusiva e às políticas públicas voltadas para esta modalidade de educação. Para dar suporte metodológico à temática, fundamentamos-nos em Mantoan (2002); Carvalho (2008); Mazzota (2005); Mittler (2003); Stainback & Stainback (1999). No que se refere ao método histórico da pesquisa fundamentamos-nos em Minayo (2009), para a utilização das fontes e das técnicas para a realização deste trabalho. Sendo este um estudo de caso, fomos a campo, observamos e registramos fatos de um grupo social, utilizamos entrevistas semiestruturadas com o gestor da escola, professores e pais dos alunos. Consultamos livros, revistas e documentos, além das observações informais, tudo isso com a intenção de esclarecer e fundamentar o nosso trabalho. A instituição onde realizamos esta pesquisa é a Escola Caminho do Saber, que faz parte da rede particular de ensino e atua na perspectiva da educação inclusiva. O seu trabalho de inclusão deu início em 1991, quando pela primeira vez recebeu um aluno com deficiência e desde então vem criando expectativas para a educação inclusiva em Sergipe. Quanto à aprendizagem, a escola trabalha com a exploração das potencialidades dos alunos, de certo que para a perspectiva da inclusão, a instituição precisa fazer algumas adequações para atender a todos os alunos. Quanto ao convívio com as diversidades, a escola se mostra capaz de favorecer um cotidiano saudável, mesmo tendo que enfrentar desafios. O nosso interesse em relação a este trabalho é contribuir para que esta temática possa criar novas expectativas à sociedade e que outras pessoas possam se interessar por este assunto, dando continuidade no que se refere a iniciativas e lutas civis em busca de conquistas de direitos das pessoas com deficiências. Contudo, entendemos que toda mudança provoca anseios e inquietações, mas os desafios na educação são diários, e isto faz com que os professores reflitam e busquem novas estratégias para, juntamente com os alunos, desenvolver um processo de aprendizagem proveitoso. Por fim, mostraremos os resultados da pesquisa e as considerações finais.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Diversidades.

ABSTRACT

This paper aims, first, a brief history of redemption in Special Education in Brazil, with the interest of emphasizing their evolution. Then we will give emphasis to the profile of the teacher in inclusive education and public policies for such education. To give methodological support to the theme we have considered in Mantoan (2002), Carvalho (2008); Maẓẓota (2005), Mittler (2003), Stainback & Stainback (1999). With regard to the historical method of research we have considered in Minayo (2009), for the use of sources and techniques to accomplish this work. Since this is a case study went to the field, we observed and recorded facts of a particular social group, we used semi-structured interviews with the management of the school, with teachers and parents of students. Consulted books, magazines and documents, in addition to informal observations, all with the intention to clarify and justify our work. The institution where we conducted this research is the Path of Wisdom School, she is part of the private schools and operates from the perspective of inclusive education. Its inclusion work began in 1991 when he first received a disabled student and since then has created expectations for inclusive education in Sergipe. As for learning, the school works with exploiting the potential of students from certain that the prospect of inclusion for the institution needs to make some adjustments to suit all students. As for living with diversity the school shown capable of promoting a healthy daily routine, despite having to face challenges. Our interest in this work is to contribute to this issue could create new expectations of society and that others may be interested in this subject, continuing with regard to initiatives and civil wars of conquest in search of people's rights with disabilities. However, we believe that all change leads to anxieties and worries, but the challenges in education are daily and it makes teachers reflect and seek new strategies to develop students with a useful learning process. Finally, we will show the search results and final considerations.

Keywords: Inclusion. Education. Diversities.

ÍNDICE GERAL

Introdução 12

Capítulo 1 – A jornada desafiadora das pessoas com deficiência 18

1.1 A história da educação especial no Brasil: um breve histórico 18

1.2 O conceito de educação inclusiva..... 24

1.3 As políticas públicas da educação especial no Brasil..... 33

Capítulo 2 – Professor: agente ativo frente as transformações nos espaços inclusivos 41

2.1 A formação continuada dos professores na educação inclusiva... 41

2.2 O professor no espaço inclusivo: que desafios enfrentar? 46

2.3 As práticas educativas do professor na educação inclusiva..... 48

2.4 A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular 52

2.5 Atendimento educacional especializado..... 55

Capítulo 3 – Natureza metodológica da pesquisa 58

3.1 Procedimentos metodológicos 58

3.2 Desenho metodológico..... 58

3.3 Sujeito da pesquisa..... 60

3.4 Passos metodológicos 61

Capítulo 4 – Educação inclusiva: um compromisso que vai além da sala de aula..... 63

4.1 A educação inclusiva em Sergipe..... 63

4.2 Caracterização da escola 68

4.3 Avaliação..... 70

4.4 Os objetivos específicos da escola 72

4.5 Os professores frente à educação inclusiva 73

4.6 A relação dos alunos uns com os outros..... 79

4.7 As perspectivas dos pais diante à inclusão..... 80

4.8 A escola e o seu comportamento diante da inclusão 83

4.9 As práticas pedagógicas realizadas na escola 86

Considerações Finais 101

Referências 103

Apêndice I i

Apêndice II iii

Apêndice III iv

Apêndice IV vi

Apêndice V ix

Apêndice VI x

Apêndice VII xiii

Anexo xvii

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Questões e proposições Vygotsky 90

Quadro 2 - Questões e proposições Piaget 91

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Análise sistêmica.....65

Gráfico 2 – Dados referentes à matrícula dos alunos com deficiência na escola caminho do saber ano 2010.....94

Gráfico 3 – Dados referentes à matrícula dos alunos com deficiência na escola caminho do saber ano 2011.....95

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização das deficiências dos alunos das salas regulares 64

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Objetivos do projeto "O resgate do nosso folclore" 83

1 INTRODUÇÃO

Em todos os tempos, o tratamento dispensado pelas sociedades às pessoas com deficiência reafirma um legado de discriminação e intolerância contextualizadas. O indivíduo que tivesse qualquer deficiência era tratado com piedade e assistencialismo, sendo marginalizado pela sociedade onde vivia.

As leis, os decretos e os documentos internacionais específicos contribuíram de forma significativa para que compreendêssemos como o processo de educação das pessoas com deficiência foi sendo inserido e amparado pela Constituição desde 1988, tendo em vista que as ações e os programas educacionais foram elaborados como instrumentos de apoio, fazendo com que a educação pudesse avançar com o intuito de atender a todos os alunos.

Embora a educação inclusiva faça parte de um quadro de avanços no processo de ensino, ainda existem dificuldades. As escolas do ensino regular, em sua maioria, não estão preparadas fisicamente para receber pessoas com dificuldade de locomoção, pessoas com deficiência visual ou baixa visão, assim como as pessoas com algum tipo de deficiência intelectual. Os banheiros ainda não têm estrutura adequada. As salas de recursos, que deveriam existir nas escolas para auxiliar os professores e os alunos com um atendimento especializado, não possuem todo o material necessário para desenvolver as atividades, sem falar do professor que, muitas vezes, sente-se despreparado e trava uma luta diária para atender às necessidades e limitações dos alunos.

Para que a educação inclusiva alcance um patamar adequado de ensino-aprendizagem é preciso que os órgãos competentes invistam os recursos necessários, a fim de proporcionar aos profissionais de educação a realização de um trabalho satisfatório que contemple todos os alunos, ajudando a transformar a vida destes com mais dignidade e respeito.

A escolha do tema surgiu em 2002, quando precisamos fazer uma vivência na disciplina educação inclusiva durante o curso de pedagogia, e na instituição que escolhemos foi possível observar as experiências que eram desenvolvidas e as dificuldades que os envolvidos nesse processo enfrentavam.

O foco central da presente pesquisa é a análise das práticas pedagógicas na educação inclusiva e partiu de inquietações em face das questões das estratégias utilizadas pelas

escolas, no processo inclusivo, despertando-nos para a vontade de entender melhor essas práticas.

E os objetivos específicos constitui-se em:conhecer as mudanças pedagógicas e o currículo que a Escola Caminho do Saber adotou para atender a todos os seus alunos; observar as estratégias que os professores estão utilizando para trabalhar com os alunos com deficiência; identificar os recursos necessários para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos de acordo com as suas necessidades e apontar os resultados obtidos e analisar se estes foram satisfatórios e almejados pela instituição.

O nosso objetivo era entender como se dava, na prática, o trabalho com essas crianças e entender como eram realizadas as atividades preparadas para os alunos com deficiência e através desta realidade buscar estratégias para proporcionar uma educação de qualidade a todos os alunos.

Após várias visitas a essa escola de educação inclusiva, pudemos perceber que poderíamos aprender mais sobre o tema e que a partir de então, passaríamos a pesquisar sobre as dificuldades e os desafios enfrentados por todos os envolvidos nesse processo.

Em 2005, surgiu a ideia de cursarmos uma especialização, e o nosso projeto foi voltado para a educação das crianças com deficiência na mesma escola. As inquietações nos despertaram para uma busca constante sobre a educação das pessoas com deficiência. Em seguida, surgiu a oportunidade de ingressar no mestrado, que nos possibilitou uma investigação mais detalhada sobre as práticas pedagógicas que envolvem a educação inclusiva.

No decorrer de 2008, ingressamos no mestrado em Ciências da Educação, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa-Portugal. Durante os módulos ministrados tivemos a disciplina de Educação Inclusiva, com a Professora Janine Coelho, de João Pessoa-Paraíba. O primeiro contato que tivemos com ela foi a respeito da elaboração de um projeto sobre educação inclusiva e a partir daquele momento começamos a trabalhar no projeto para a qualificação, cujo tema foi "A Educação Inclusiva: Uma Análise das Práticas Pedagógicas Aplicadas a Pessoas com Deficiência".

Algum tempo depois convidamos a professora doutora em educação Rita de Cácia Santos Souza para nos orientar e trabalharmos na dissertação, cujo tema está relacionado às práticas pedagógicas na educação inclusiva. Através dessa orientadora começamos a

participar das reuniões do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência (NUPIEPED), as quais são realizadas na Universidade Federal de Sergipe.

As discussões realizadas pelo grupo de estudo têm como finalidade abordar as mudanças que estão sendo feitas nas escolas e na sociedade em geral a respeito da educação inclusiva.

Aos poucos, a pesquisa deu-nos mais oportunidade de buscarmos novos horizontes de aprendizado, proporcionando um significativo e quantitativo de leituras e aprofundamento teórico, compreensão do campo empírico, entendendo quais as práticas pedagógicas realizadas na Escola Caminho do Saber enquanto escola inclusiva, observando também as estruturas físicas e a formação dos professores que atuam nesse estabelecimento escolar.

Nosso estudo fez um breve histórico sobre a educação especial no Brasil, perpassando pelas leis e as políticas públicas que envolvem este tema, procurando entender como se dá a concretização da proposta da educação inclusiva.

No ano de 1990, o Brasil participou de Conferências Mundiais, sendo que uma destas aconteceu em Jomtien, na Tailândia, e em 1994, em Salamanca-Espanha. A partir desta contextualização, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional contempla em um dos seus capítulos a educação para as pessoas com deficiência.

Com esta Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, passou-se a garantir a educação às pessoas em salas regulares, surgindo, a partir de então, uma nova perspectiva para todos os envolvidos no processo educativo, trazendo uma reflexão sobre as práticas pedagógicas, criando novos paradigmas que transformem e consolidem as mudanças, oferecendo-lhes uma educação de qualidade. Nessa lei ainda está preconizado que as escolas devem assegurar recursos a fim de que todos possam atingir um nível satisfatório de aprendizagem.

> A Educação Especial sem sombra de dúvidas constitui um benefício no empenho de permitir que o indivíduo experimente o ritmo normal da vida, que tenha direito a lazer, à profissionalização e usufruto das condições usuais da sociedade que a princípio lhe são negados. A inclusão destas pessoas significa uma perspectiva educacional devendo a escola possibilitar o acesso nos meios regulares, sem que os mesmos tenham que passar por nenhum tipo de constrangimento (GONZÁLES, 2002, p. 122).

Partindo dessas reflexões, o nosso estudo pretende responder à seguinte pergunta: como as práticas pedagógicas têm sido aplicadas na educação das pessoas com deficiência?

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva[1], as escolas devem assegurar aos alunos com alguma deficiência o direito de estarem em uma sala de aula do ensino regular e dar todo o suporte para que eles possam ter uma educação de qualidade. Esta proposta implica ações que são necessárias para um funcionamento democrático nas escolas, sendo estas ações analise o seu currículo, as metodologias, a avaliação, o projeto pedagógico e as estruturas físicas e humanas criar meios que sirvam para ensinar a todos sem nenhum tipo de preconceito.

Tendo como referência o fato de que o mundo contemporâneo vem reconhecendo e viabilizando a convivência com as diferenças, nota-se que a educação está buscando novas propostas educacionais, cabendo às escolas, com os espaços democráticos, discutir e refletir as diversidades culturais dentro dos princípios básicos da inclusão.

A educação inclusiva traz uma conscientização de valores e busca uma nova forma de os profissionais repensarem as suas práticas e desenvolverem ideias que colaborem para que o aluno desenvolva a sua totalidade cognitiva.

Como proposta metodológica, este estudo constitui-se num estudo de caso. Para uma análise pertinente de dados produzidos neste trabalho, estes serviram para compreensão e interpretação dos registros vividos nesta proposta de educação. Segundo Gil (2009), os estudos de caso possibilitam estudar em profundidade o grupo, organização ou fenômeno, considerando suas múltiplas dimensões. Para o autor, o estudo de caso instiga o pesquisador a desenvolver novos estudos a fim de entender melhor o objeto desta pesquisa. Há uma abrangência de informações que nos permitiram observar de forma espontânea as práticas desenvolvidas na escola, os conteúdos desenvolvidos, os recursos utilizados e o perfil do professor como facilitador da aprendizagem.

Para Lüdke & André (1986) a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado e permite aproximar-se da "perspectiva do sujeito" e do significado que eles atribuem à realidade das suas ações.

[1] Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministério da Educação em 07 de janeiro de 2008.

Verificar o cotidiano é uma forma de nos aproximarmos do objeto de estudo, possibilitando-nos uma maior interação e condições de interpretar situações ocorridas no dia a dia, dando condições ao pesquisador de fundamentar o seu objeto de estudo.

Ao longo desta pesquisa qualitativa, na área social analisamos documentos, registramos fatos e relatos, fizemos observações e realizamos entrevistas semiestruturadas para subsidiar o nosso estudo sobre a inclusão. Sendo assim, os dados obtidos, observados e analisados permitiram-nos percebermos a individualidade da instituição e a responsabilidade que nos remete ao interpretarmos estes materiais colhidos.

E para discutirmos sobre a educação inclusiva e suas práticas pedagógicas, estruturamos o nosso trabalho em um objetivo geral.

Segundo Santos (2004), o objetivo geral diz respeito ao conhecimento que o estudo proporcionará em relação ao objeto; constitui o "resultado intelectual" a ser obtido no final da pesquisa.

E considerando o problema acerca dessa temática, o estudo buscou de fato:

- Analisar os princípios da inclusão e as práticas pedagógicas, utilizadas na Escola Caminho do Saber, para receber alunos com deficiência na sala de ensino regular, buscando identificar as dificuldades, os desafios e os resultados obtidos com desenvolvimento neste processo de ensino-aprendizagem.

Para a realização deste estudo, utilizamos como fundamentação teórica a respeito da inclusão os estudos de Carvalho (2008); Mantoan (2002); Mazzota (2005); Mittler (2003); Sánches & Teodoro (2006); Stainback; Staninback (1999), dentre outros.

Optamos por fazer uma abordagem qualitativa, através de observações, entrevistas e análise documental a fim de obtermos informações pertinentes ao nosso objeto de estudo. Nesse sentido, a educação inclusiva é uma temática que vem sendo discutido entre profissionais da educação, tanto na preparação das escolas e professores quanto na aplicação das práticas pedagógicas adotadas pelas instituições. Compreendendo a educação inclusiva como um tema que engloba o processo de ensino- aprendizagem, este estudo buscou entender como se dá na prática a educação em um espaço inclusivo; e para que isto fosse possível, utilizamos materiais didáticos e documentos oficiais da instituição, os quais foram analisados com a discrição da prática que a escola adota e a compreensão dos instrumentos metodológicos.

A dissertação está dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo faz um breve histórico sobre a Educação Especial no Brasil, o conceito de Educação Especial e Inclusiva e apresenta as Políticas Públicas da Educação Especial no Brasil enfatizando a importância destas para a construção de uma representação satisfatória na prática.

O segundo capítulo procura abordar o papel do professor e a sua formação continuada, partindo do pressuposto de que os docentes são agentes diretos na construção de um novo paradigma educacional.

O terceiro capítulo categoriza os objetivos, os procedimentos metodológicos e as entrevistas feitas com os professores e pais dos alunos.

No quarto capítulo está a caracterização da escola, a análise das práticas pedagógicas realizadas pelos professores enquanto mediadores da aprendizagem e os resultados da pesquisa.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, com reflexões sobre a aplicabilidade do ensino-aprendizagem, para práticas pedagógicas na educação inclusiva, explicitando as perspectivas da escola e dos alunos da Escola Caminho do Saber.

CAPÍTULO 1

A JORNADA DESAFIADORA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1.1 A história da educação especial no Brasil: um breve histórico

Ao longo da história, a educação no Brasil vem se colocando lentamente como um compromisso com as pessoas com deficiência.

Embora tenhamos consciência de que a história deve ser analisada de forma temporal, geográfica e contextualizada, é fato que todos os teóricos ao apresentá-la acabam fazendo algum tipo de julgamento. Quando se trata da pessoa com deficiência, é quase impossível desconsiderar o trato com quem apresentava características que fugissem do esperado pela sociedade. Sem querer repetir essa leitura da realidade, mas procurando trazer ao leitor o que já foi produzido sobre essa temática, é imperativo afirmar que a produção sobre a história das pessoas com deficiência é marcada pela identificação de segregação de torturas e crueldade, sendo vistas como uma ameaça à sociedade. Essas pessoas eram vistas como cheias de pecados e consideradas um problema que deveria ser eliminado para não causar transtorno. Muitas vezes, eram condenadas a viverem confinados em cavernas ou até mesmo sacrificados.

Na Antiguidade, sobretudo, as sociedades clássicas greco-romanas veneravam e valorizavam o corpo perfeito como atributo de se igualarem aos deuses, como um símbolo de fertilidade, virilidade e perfeição. Um exemplo clássico disso é a sociedade espartana, cuja educação estava voltada à guerra. Se qualquer criança nascesse com algum tipo de deficiência, era descartada imediatamente, sendo jogada em rios ou atirada em penhascos (GURGEL, 2007). Em Atenas, a educação estava ligada à guerra, combate, e leitura repetitiva. Quando os indivíduos que apresentavam algum tipo de deficiência não conseguiam se enquadrar neste paradigma da sociedade eram excluídos. A educação era vista como uma reprodução de textos através da oratória, e não havia nenhuma preocupação com a produção desses alunos; bastava apenas que decorassem.

Essas pessoas sempre sofreram algum tipo de exclusão e repúdio da sociedade em que estavam inseridas, não tendo direito à escolarização e até mesmo ao convívio social.

> A política, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando à procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida (BARBOSA, 2011, p. 6).

Para o autor, as crianças com deficiência não tinham direito à vida; eram vistas como uma aberração e deviam ser eliminadas.

Na Idade Média, com a ascensão da Igreja Católica, as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram tratadas como "endemoniadas", estando cheias de pecados e não tinham nenhuma liberdade de viver. Muitas foram brutalmente eliminadas pela inquisição.

Verifica-se, portanto, que a Constituição de 1824, a primeira do Brasil, coloca a questão do ensino primário para todos. E embora pareça um direito, esse ensino ficou apenas como cunho político, pois a educação das pessoas com deficiência não era garantida. Segundo Januzzi (1992), não havia preocupação com a educação dessas pessoas. Como salienta a autora, o decreto de 1838 proibia a frequência dos alunos que "padecessem de moléstias contagiosas". Neste momento histórico não havia uma política comprometida com a educação das pessoas com deficiência.

Em 1854, D. Pedro II funda o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro. A intenção deste instituto estava voltada para a questão do assistencialismo e não para a aprendizagem.

Para Mendes (1995), este período marca o início da Educação Especial no Brasil. Em 1856, foram criados o Instituto Benjamim Constant e o Instituto de Surdos-Mudos. No período imperial as pessoas com deficiência viviam em institutos e não participavam do convívio social.

No ano de 1874, o tratamento dessas pessoas era feito em hospitais psiquiátricos. Já em 1891, o assunto das pessoas com deficiência era tratado como saúde pública, como forma de serviços de higiene mental, e a partir deste momento originou-se a inspeção médica escolar.

Verifica-se que no ano de 1903, na Bahia, foi instalado o Pavilhão Bournevile, dentro do Hospital D. Pedro II, com o intuito de tratar as pessoas com deficiência intelectual. E em 1923, no Hospital de Juqueri, foi criado um Pavilhão de Menores, em 1927 foi criado o Instituto Pestalozzi de Canoas (BUENO, 1993).

Em 1930 e 1940, várias entidades foram criadas para atender às pessoas com algum tipo de deficiência. Neste período foram criadas as Sociedades Pestalozzi de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, a fundação Dona Paulina de Souza Queiroz, em São Paulo (1936). Já em Recife foi criada a Escola Especial Ulisses Pernambucano, em 1941, além da escola Alfredo Freire (BUENO, 1993).

Em 1948 é assinada a Declaração dos Direitos Humanos, que garante o direito de todas as pessoas à educação. Segundo Mendes (1995), o ano de 1990 é marcado por vários estabelecimentos que atendia a crianças com deficiência. Em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). E em 1958, o Ministério da Educação começa a dar assistência financeira e técnica às instituições especializadas.

Com a Constituição de 1946, a sociedade é atingida pela palavra democracia por acreditar que todos nós somos iguais. Em 1948, o projeto da Lei de Diretrizes e Bases elaborado por uma comissão educadora de diversas tendências pedagógicas visava a uma maior autonomia do Estado em seus respectivos sistemas de ensino e uma flexibilidade aos cursos.

Em 1957, o projeto da LDB voltou a ser discutido e foi aprovado em 1961. Neste mesmo ano, familiares de pessoas com deficiência cobraram às autoridades o direito de estas exercerem a sua cidadania, alcançando um grande avanço.

A história da Educação Especial no Brasil foi marcada por propostas de desempenho para a inclusão. Quanto a este desenvolvimento e evolução, Mazzota (2005, p. 27-28) relata que há dois momentos distintos: de 1854 a 1956, através de iniciativas oficiais e particulares; e de 1957 a 1993, com iniciativas oficiais de âmbito nacional.

No ano de 1961, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, nº 4.024, garantia o direito aos "excepcionais" e enquadra a educação especial no sistema geral de ensino.

Na Constituição de 1967 ampliou-se a obrigatoriedade do ensino fundamental, trazendo em seu artigo nº 157 o Título - da Família, da Educação e da Cultura, que dá disposições a respeito das pessoas com deficiência.

Em 1971, a Lei nº 5.691 faz uma alteração na Lei nº 4.024 de 1961 e quando assegura um "tratamento especial", reforça a ideia de essas pessoas deverem estar em classes especiais.

Em 5 de outubro de 1988, é promulgada a atual Constituição brasileira[2], e no que diz respeito à educação, são mencionados vários dispositivos legais referentes ao ensino brasileiro enfatizando o direito de todos à educação, especificando as pessoas com deficiência junto ao sistema regular de ensino, tratando desses dispositivos especialmente em seus artigos 205 a 208.

Estes princípios fundamentais estão norteados com:

1) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

2) Valorização dos profissionais do ensino, garantindo planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos:

3) Gestão democrática do ensino público;

4) Garantia de padrão de qualidade;

5) Atendimento especializado às pessoas com deficiência;

6) Creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos;

7) Ensino noturno regular;

8) Programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Com a garantia desse atendimento especializado à educação especial, as escolas precisavam definir as suas ações para atender educacionalmente às pessoas com necessidades educacionais especiais. Para isso, era necessário repensar a formação continuada dos professores, a acessibilidade dos alunos, a estrutura física e os recursos necessários para esses alunos.

Quando se pensa em inovação educacional, significa que devemos romper as barreiras da educação tradicional, estruturando novas práticas pedagógicas, repensando como preparar um ambiente escolar que proporcione novas maneiras de construir o conhecimento.

[2] Ver artigos completos. *Constituição da República Federativa do Brasil*.

Neste contexto de transformações no processo educacional observamos que a educação é um caminho para a formação de cidadãos comprometidos e estruturados para um projeto de vida capaz de desenvolver a sua história, independentemente de suas limitações. E nesse contexto, sempre com o objetivo de consolidar a inserção e a efetiva integração da vida em sociedade dessas pessoas, que devemos alicerçar novas propostas na educação. Destacando o pensamento de Morin (2000) quando diz que "é preciso educar para um futuro viável".

> A Educação Especial é entendida, portanto, como o processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiência e que abrange a diferentes níveis e graus de sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu aluno visando à estimulação essencial, ou seja, treinamentos de vida das crianças já identificadas como deficientes, para lhes garantir, uma educação tão normal quanto possível (BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, 1994, p. 10).

O atendimento às pessoas com deficiência historicamente tinha um caráter de consultas médicas e de assistência com enfoque de terapias, não valorizando a questão pedagógica. As instituições estavam voltadas para o assistencialismo e eram projetadas para serem espaços que apenas cuidassem dos diagnósticos.

A história da educação especial no Brasil estava ligada às práticas segregadoras que afastavam as pessoas com deficiência do convívio social. Esta educação estava sempre voltada para assistência médica, terapias e abrigos, mas as situações não ofereciam elementos necessários para que essas pessoas realmente se sentissem incluídas. Estas condições de vida não agradavam seus familiares e, através destas insatisfações coletivas ou individuais, várias atitudes e manifestos foram realizados atribuindo a esta educação, em especial, direitos educacionais, políticas públicas e sociais que garantissem às pessoas com deficiência o acesso à escola e a convicção de que é possível desenvolver ações que atuem diretamente nessa modalidade de educação.

No século XX começa uma reflexão com a educação das pessoas com deficiência. Embora algumas políticas públicas já existissem, a escola e a sociedade enquanto representantes dos direitos dessas pessoas, buscavam organizar-se na tentativa de promover a interatividade entre elas, suas famílias e a comunidade escolar.

As modalidades de atendimento em Educação Especial eram[3]:

[3] AVANCINI, Marta. Teoria propõe educação regular ao aluno deficiente. Jornal Folha de São Paulo, 24, nov., 1997, p. 2-3.

- Atendimento domiciliar: atendimento educacional à criança deficiente em casa;

- Classe comum: ambiente, dito regular de ensino-aprendizagem, no qual os alunos necessidades educativas especiais matriculados tenham condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, acompanhando o ritmo dos "normais";

- Classe especial: sala de aula em escolas de ensino regular, organizada ou na forma a se constituir em ambiente próprio e adequado ao processo ensino-aprendizagem do alunado da educação especial;

- Classe hospitalar: "ambiente hospitalar que possibilita atendimento educacional às crianças e a jovens internados que necessitem de educação especial e que estejam em tratamento hospitalar";

- Centro Integrado de Educação Especial: organização que dispõe de serviço de avaliação diagnóstica; de estimulação essencial de escolarização e de preparação para o trabalho, para atender a alunos com necessidades educativas especiais;

- Ensino com professor itinerante: trabalho educativo desenvolvido em várias escolas por docente especializado, orientando, ensinando e supervisionando o professor de classe comum e os alunos com necessidades educativas especiais;

- Escola especial: instituição especializada, destinada a apresentar atendimento psicológico a discentes com deficiência e condutas típicas, onde são desenvolvidos e utilizados por profissionais qualificados currículos, programas e procedimentos metodológicos diferenciados, apoiados em equipamentos e materiais didáticos específicos;

- Oficina pedagógica: ambiente destinado ao desenvolvimento de aptidões e habilidades para pessoas com necessidades educativas especiais, através de atividades laborativas orientadas por professores capacitados;

- Sala de simulação essencial: local destinado a atendimento às pessoas com deficiência de 0 a 3 anos, onde são desenvolvidas atividades terapêuticas e educacionais voltadas para o desenvolvimento global;

- Sala de recursos: local com equipamentos, materiais e recursos pedagógicos específicos à natureza das necessidades especiais do alunado, onde se oferece a complementação do atendimento educacional realizado em grupos,

por professores especializados e em horário diferente do que frequenta no ensino regular.

Ao longo do processo, as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, orientam professores e alunos para a aprendizagem das pessoas com deficiência, trazendo dispositivos que servem para auxiliar as escolas quanto ao conceito da inclusão.

Diante dessas intenções, é estabelecido e assegurado às pessoas com necessidades educativas especiais o pleno exercício de seus direitos básicos, de certo que as escolas, ainda, estão se preparando para receber esses alunos, com o intuito de promover a sua verdadeira cidadania.

1.2 O conceito de educação inclusiva

> A inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

A mobilização da Educação Especial está voltada para atender aos alunos com deficiência nas salas regulares. Esta nova concepção de educação exige uma reflexão das práticas pedagógicas atuais visando à atenção para os alunos com deficiência em várias dimensões da sua vida: social, econômica, cultural e educacional e que seja implícito nas práticas pedagógicas o respeito à individualização, à dignidade humana e às condições de cada um.

Nessa modalidade de educação há um conjunto de recursos para complementar o ensino, sendo necessário que as escolas tenham esses suplementos que garantam aos alunos com deficiência uma educação de qualidade. Segundo Mazzota (2005), as políticas públicas voltadas para a educação especial dão mais ênfase ao assistencialismo do que à educação.

A despeito de todas as manifestações a favor da educação para pessoas com deficiência, consideramos que de certa forma estas provocam repercussões no sentido de analisarmos o que realmente está sendo elaborado para contemplar essa modalidade de educação. As políticas públicas, que já existem para esta modalidade de ensino, dão a garantia

dos direitos à educação a essas pessoas e traduzem um conjunto de ações que asseguram o compromisso social e educacional respeitando as diferenças individuais e coletivas.

> Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. E oferecer o desenvolvimento da autonomia por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997, p. 41).

O que se busca aqui, de fato, são mudanças do comportamento docente em relação às atividades executadas em sala de aula, no que se refere ao aluno com deficiência, através da inserção de novas práticas pedagógicas que ajudem o educando no seu convívio social e na aprendizagem dentro da escola.

A inclusão consiste em atender aos alunos com necessidades especiais no ensino regular.

> A inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços de educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais normal do que exceção (SKRTIC, 1994 apud STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 31).

A inclusão busca proporcionar um novo modelo de educação, sendo que exige uma inovação das práticas pedagógicas a fim de atender a todos os alunos. É necessário que haja mudanças, pois, neste processo consiste a igualdade de direitos, sendo requerido o provimento de condições que vão desde a formação continuada dos professores, estruturas físicas a programas educacionais que tornem possível a aprendizagem desses alunos.

> A política de educação inclusiva visa superar, ainda, na educação especial, a política de integração, na qual ‘o diferente se adapta à escola’, apresentando uma concepção de inclusão que pressupõe modificações estruturais na escola para que ‘o diferente seja incluso na escola’ (OLIVEIRA, 2005, p. 220).

Essas modificações implicam a possibilidade de constituir condições consideradas necessárias para o processo de inclusão permitindo a inovação educacional em todo o sistema escolar, dando condições para que todos somem atuações que possibilitem transformações educacionais e sociais.

> O conceito se refere à vida social e educativa, e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal". O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos: a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóiam a todos ─ professores, alunos, pessoal administrativo ─ para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 1998, p. 125).

Conforme essa autora, o que difere a "integração" da "inclusão" é que esta primeira é marcada pelo paradigma tradicional em que o aluno apenas está matriculado na escola e o seu aprendizado parece ser ignorado, sem acompanhamento curricular e pedagógico, fazendo com que ele fique apenas aprendendo e fazendo trabalhos manuais para ocupar parte do tempo e não seja considerado como um aluno capaz de avançar pedagogicamente. Dessa forma, a discussão sobre a inclusão desperta o interesse de pesquisadores e educadores, trazendo discussões a respeito da educação de pessoas com deficiência dando algumas indicações de como as escolas devem estar preparadas para essa educação, e depois da Declaração de Salamanca surge o interesse de a sociedade resolver esta questão.

Examinando a necessidade de mudanças, o termo "inclusão" resume que as escolas devem considerar as especificidades de cada aluno, disponibilizando recursos que auxiliem no processo educativo e que sejam capazes de atender a todos os alunos. Sendo assim, as instituições devem adequar os currículos que encarem as adaptações como sendo necessárias para atenderem a essa nova perspectiva pedagógica. Segundo Mantoan (2004), as escolas devem ser estruturadas as escolas em função das necessidades dos alunos e rever suas estratégias de trabalho com o objetivo de não deixar ninguém fora do processo educativo.

Nesse sentido, com a expectativa de avançar em direção a uma educação para todos, vários movimentos e leis surgiram através de conquistas adquiridas ao longo de nossa história.

Essa modalidade de educação busca um convívio com a diversidade e refere-se ao processo de escolarização das pessoas com necessidades educacionais especiais. Este processo teve início nos Estados Unidos, na década de 1970, com a Lei Pública nº 94.142, provocando mudanças na forma de analisar a educação para pessoas com algum tipo de deficiência.

Historicamente falando, a educação inclusiva traz uma concepção de ressignificar o processo de ensino-aprendizagem tornando possível trabalhar com alunos que tenham alguma

deficiência. Sugere que estes estejam em salas regulares de ensino para que tenham direitos. No entanto, alguns aspectos precisam ser observadas, pois se não houver uma organização nas escolas e uma preparação dos professores, o problema poderá ser ainda maior. O aluno pode estar apenas integrado fisicamente, ocupando apenas um lugar na sala de aula, mas não se sentir verdadeiramente incluído nas dinâmicas escolares.

Para que as escolas sustentem uma educação inclusiva e permitam que os alunos com deficiência experimentem a cultura comum em sua vida é necessário que as escolas trabalhem primeiramente o princípio fundamental da inclusão, que salienta a responsabilidade da sociedade em romper com a ideia de que as pessoas com deficiência só precisam de atendimento médico. Estas pessoas precisam de oportunidades e ambientes estruturados que possibilitem a construção do conhecimento. Para tanto, no âmbito educacional deve haver recursos que propiciem a criação de novos espaços capazes de trabalhar com as diferenças, e o sistema de ensino regular deve ser transformado para receber a todos.

Em 1990, a Declaração de Jomtien, na Tailândia, assegura que "a educação é um direito fundamental de todos". Esta Declaração Mundial sobre Educação para Todos visava à inclusão das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino.

Posteriormente, o movimento que marcou mundialmente a educação inclusiva e ganhou grande proporção foi a Conferência Mundial sobre Educação Especial – acesso e qualidade, realizada em Salamanca na Espanha, em 1994, que se refere à prática educacional e tem como um dos seus princípios fundamentais o de que as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades e diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, respeitando os ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégia de ensino e uso de recursos em parceria com as comunidades.

> A educação inclusiva desloca o enfoque individual, centrado no (a) aluno (a), para a escola, reconhecendo no seu interior a diversidade de diferenças individuais, físicas, culturais e sociais. A educação especial passa a ser compreendida inserida na educação geral, onde todos aprendem juntos, convivendo com as diferenças. Isto significa uma visão crítica da escola atual (excludente) e que a escola precisa realizar modificações estruturais, o que nos remete, a uma nova política educacional, a multicultural (OLIVEIRA, 2005, p. 71).

O encontro em Salamanca foi tão significativo para o processo de inclusão que reuniu pessoas representantes de 88 países, sendo considerado um grande avanço para esta temática, determinando uma conjuntura de leis e acordos que têm como uma de suas estratégias a necessidade da educação para poder avançar e perceber que a pessoa com deficiência pode desenvolver-se e, no processo de aprendizagem, ser um agente ativo.

Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio educacional sobre todas as necessidades especiais encontrados dentro da escola.

A declaração de Salamanca trouxe novas concepções no âmbito educacional, considerando que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas em programas educacionais adaptados às suas necessidades e respeitando o ritmo de cada aluno. Isto deve ser feito sem nenhum constrangimento.

> A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (MANTOAN, 2003, p. 57).

A educação inclusiva não visa, somente, à inserção do aluno com deficiência no ensino regular; ela vai além disso. Ela tenta proporcionar uma renovação nas práticas pedagógicas, buscando apresentar novas oportunidades para que essas pessoas possam desenvolver suas habilidades, sem contar com as experiências de valores que estão presentes neste processo.

É bom lembrar que toda repercussão mundial a favor da educação das pessoas com deficiência remete ao Brasil uma responsabilidade de estar impulsionada à tomada de iniciativas que garantam essa educação.

No Brasil, a reflexão ganha dimensão na década de 1990 quando é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, que definiu em seu capítulo V o atendimento educacional a alunos com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino, visando a um ambiente favorável, com estrutura física adequada, formação continuada dos professores, salas planejadas com os recursos necessários de acordo com a deficiência dos alunos e mudanças nas práticas pedagógicas.

A LDBEN é, certamente, um ganho para toda a sociedade. É interessante ressaltar que ela contempla a educação das pessoas com deficiência como uma modalidade, garantindo esse direito e estabelecendo mudanças políticas, econômicas, administrativas e pedagógicas na busca da construção de um novo paradigma educacional.

> Numa escola inclusiva só pode existir uma educação inclusiva, uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e profissionalismo dos profissionais da educação gerando mudanças de mentalidades de políticas e práticas educativas (SANCHES & TEODORO, 2006, p. 72).

Segundo esses teóricos, a inclusão já é uma realidade, e cabe às escolas trabalharem com esta diversidade apostando na formação continuada dos professores, rompendo com os paradigmas tradicionais, construindo projetos educativos que atendam a todos.

> - falar em nome do oprimido, do vulnerável, e de todos os que historicamente têm sido empurrados para as margens da sociedade, sem vez ou escolha no passado;
> - representar o referencial adaptado pela Conferência Mundial em Educação para Todos, respondendo às necessidades básicas da educação e desenvolver-se em direção à reivindicação para a educação de todos os grupos que vivem em desvantagem;
> - produzir uma quantidade volumosa de publicações, incluindo diretrizes para governos nos estados-membros da ONU a fim de se programarem mudanças no sistema de ensino como um todo e não somente para as crianças com necessidades educacionais especiais;
> - refletir sobre a emergência de uma nova sociedade, com seus princípios de direitos humanos para todos, e não somente para aqueles que já possuem privilégios (SANCHES & TEODORO, 2006, p. 72-73).

No processo de inclusão, a escola deve analisar o seu contexto educativo, a organização da escola e as adaptações curriculares, a fim de incluir todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem, independentemente das diferenças, da multiplicidade dos saberes e das condições sob as quais o conhecimento é transmitido, sabendo que a inclusão propicia e objetiva a aprendizagem de todos juntos. Segundo Ferreira & Guimarães (2003), na proposta da inclusão, a escola tem de se adequar à realidade dos alunos, das suas limitações e dos seus comprometimentos, tornando o direito à escolarização possível e fazendo com que todos possam desenvolver as atividades individuais e coletivas, flexibilizando a convivência e respeitando as diferenças.

Na inclusão, o sistema escolar é responsável por preparar o indivíduo para todas as dimensões da sua vida. Para que isso aconteça, é necessário que as comunidades também

estejam abertas e se preparem para contribuir com estímulos positivos na convivência com essas pessoas. As dimensões culturais, econômicas, sociais e educacionais são necessárias para que o indivíduo possa exercer sua cidadania com autonomia e essas servem para a sociedade processar criando novas expectativas para ser mais igualitária e para proporcionar novas maneiras de incluir ativamente todos sem que haja constrangimento e preconceito.

A construção de uma escola inclusiva não está baseada, apenas, nas leis. É necessário que haja um investimento nas escolas e na formação contínua dos professores. Por isso Stainback & Stainback (1999) salientam que o fim gradual das práticas educacionais excludentes do passado proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual para terem suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular

Para isso é necessário reconhecer as diferenças no processo de desenvolvimento inclusivo, pois são necessários vários profissionais e vários recursos para a construção das práticas pedagógicas inclusivas. Considerando que as escolas em sua maioria ainda não estão preparadas, a inclusão, à medida que vai sendo vivenciada, traz reflexões e experiências permitindo aos professores um confronto da proposta com as práticas desenvolvidas em suas salas de aula, e a partir desta realidade vivenciada pelo professor vão surgindo ideias e ações capazes de assumir responsabilidades que permitam e deem sentido às criações e desenvolvimento dos alunos.

> A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes trona-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais de ensino básico (MANTOAN, 1997, p. 20).

A educação inclusiva é um processo complexo porque nela são mais visíveis as diversidades, que trazem a necessidade de uma reflexão crítica acerca dos valores que permeiam essa realidade e abrangem a família e a sociedade.

Com essas diversidades, é necessário preparar o projeto político-pedagógico e o currículo, comprometido com todos que fazem parte do processo educativo, sendo os alunos, pais e comunidade escolar.

O projeto político-pedagógico e o currículo devem ser elaborados para envolver a todos, independentemente de suas deficiências, buscando alcançar o compromisso das

relações interpessoais, sem banalizar as limitações dos alunos, mas acreditando na educação como forma de estímulo, transformação e valorização do outro como pessoa.

> O espaço educacional escolar será inclusivo, não apenas pela presença física dos sujeitos, com intencionalidade educativa se estiver centrada no rendimento, no conteúdo curricular, ou em atividades de aprendizagem que não considerem as diferenças individuais porque assumem uma abordagem homogeneizadora (CARVALHO, 2008, p. 97).

Enquanto as escolas privilegiarem somente o rendimento escolar e o comportamento de seus alunos, será sempre uma escola excludente, pois, com essas estratégias os mesmos poderão sentir-se integrados e não incluídos. Já as ações pedagógicas que discutem a diversidade conseguem remover barreiras e tornar o processo inclusivo válido e prazeroso e certamente conseguirá oferecer uma educação de qualidade, respeitando cada um.

É comum encontrarmos em diversas escolas a prática de se ensinar os conteúdos da mesma maneira a todos os alunos, sem se preocupar com as dificuldades que cada um deles tem, mantendo-se, equivocadamente, inalterados os seus currículos ou programas educacionais, visto que os conhecimentos necessários para a inclusão desses discentes se baseiam nas estratégias de ensino adequadas como requisitos do ensino-aprendizagem.

Para que haja uma escola com proposta inclusiva e que atenda às diversidades é preciso discutir e garantir que as políticas públicas atribuídas a essa educação aconteçam, de modo que considerem que cada aluno tem suas características, individualidades familiares e culturais e que a escola enquanto espaço democrático possa atuar também como equalizadora de oportunidades.

As reflexões críticas acerca da educação inclusiva têm contribuído para entender e elaborar novas propostas educativas e desenvolver na sala de aula estímulos e confiança que desmistifiquem e reconstruam seus currículos para que todos participem juntos da construção do conhecimento.

> A sociedade tem apontado para a necessidade de ressignificar o papel da escola para além do pedagógico, reconhecendo que a ela vêm se somando atribuições políticas e sociais, principalmente em função da diversidade de características de seu alunado e da complexidade das demandas oriundas do contexto socioeconômico, político e cultural. Evidencia-se, portanto, a importância de reexaminarmos os valores que a escola cultua, dentro de uma perspectiva democrática, ou seja; evidencia-se a relevância de examinar sua intencionalidade educativa (CARVALHO, 2008, p. 91).

Essa intencionalidade educativa está ligada às ações pedagógicas e ao currículo que deve ser elaborado, contemplando a todos e possibilitando as mesmas oportunidades para que os alunos possam desenvolver suas competências e habilidades, construindo, assim, o seu conhecimento e tornando verdadeiramente possível a educação inclusiva, acreditando que esta ultrapasse os muros da escola e promova o desenvolvimento para a vida social, familiar e profissional desses indivíduos, permitindo construir a sua história e exercício de sua independência e cidadania.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais[4] trazem em um dos seus pressupostos a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos vinculados à concepção das diferenças e têm como proposta a reformulação das práticas educativas escolares. Quanto à educação especial foi produzido um documento pela Secretaria de Educação Especial e Secretaria de Educação Fundamental, no qual a palavra "inclusão" é mencionada nos pressupostos da educação para todos e da educação especial.

Na estrutura dos PCNs, a palavra diversidade considera que somos diferentes, e cabe às escolas considerarem se as políticas educacionais podem ou não legitimar a segregação, levando em consideração que o currículo é uma ferramenta que deve expressar a singularidade das diferenças e apresentar estratégias através das quais os alunos possam desenvolver suas capacidades.

> [...] busca dimensionar o sentido e o alcance que se pretende dar às adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente; e admite decisões que oportunizem adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de os alunos aprenderem, considerando que o processo ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental, 1997 p. 15).

Sendo assim, o processo educativo se volta para construir uma sociedade mais democrática, acreditando, portanto, que o ambiente escolar constitui-se em valorizar e respeitar os limites dos alunos favorecendo a sua autonomia enquanto cidadão.

Para Ferreira & Guimarães (2003, p. 116) "o movimento da inclusão de crianças com deficiência no ensino regular tem sido impulsionado após a reforma geral da educação, visando à reestruturação da escola para todos os alunos".

Segundo as autoras, para que a escola seja um espaço viável a TODOS é necessário que esta reestruturação seja feita nos recursos físicos, materiais, capacitação de professores,

[4] Os PCN's são um conjunto de metas educacionais, que orientam os professores e educadores, em geral, voltadas para o ensino fundamental.

recursos humanos e em atitudes que apresentem propostas de transformação capazes de enriquecer a dinâmica da aprendizagem sem distinção.

> À medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminham-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (FERREIRA & GUIMARÃES, 2003, p. 118).

Essa reestruturação das escolas parte da necessidade de compreender realmente o que é a inclusão, e a partir desta compreensão são traçados novos métodos preparando todos os integrantes desse processo para alcançar os objetivos que esta proposta anseia, desempenhando, assim estratégias que façam com que o acesso e a permanência na escola sejam uma concretização para todos.

1.3 As políticas públicas da educação especial no Brasil

As políticas de atendimento na área de educação especial procuram dar suporte para a reforma na educação básica com a perspectiva de receber alunos com deficiência no ensino regular. Essas políticas estimulam as ações e apontam para as contribuições necessárias ao processo de "inclusão". Nessas políticas há vários dispositivos que garantem o acesso das pessoas com deficiência no sistema de ensino regular, considerando as propostas que viabilizam a inovação deste novo espaço de atuação que a escola irá apresentar.

> É preciso deixar claro que o discurso inclusivo faz parte da política educacional no Brasil, numa perspectiva liberal, mas que a inclusão faz parte, também, do discurso dos que lutam por uma educação para todos, por uma escola que não negue seu papel educacional fundamental, que é o de incluir (OLIVEIRA, 2004, p. 85).

A visão de cidadania se dá a partir dos direitos humanos que universalizam a acessibilidade de todos no processo social e educacional.

No Brasil, em 1854 foi criado o Instituto para Meninos Cegos, que posteriormente foi chamado de Instituto Benjamin Constant – IBC, e no mesmo ano, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, na cidade do Rio de Janeiro. Esta associação reunia pais de pessoas com deficiência para lhes dar apoio e estímulos. Ainda nessa década, mais precisamente em1857 foi criado o Instituto de Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. Nesse mesmo

ano o Governo Federal lança o Decreto n.º 42.728/57, artigo 2º, que tinha como objetivo cumprir e garantir assistência e educação para as pessoas com deficiência (MAZZOTA, 2005, p. 49).

O atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser compreendido através de *Campanhas,* uma vez que foi assumida pelo governo federal. E a primeira dessas a ser instituída foi a *Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – C.E.S.B.* - que dava instruções para a execução e organização para a educação dessas pessoas e eram estabelecidas através do Decreto n° 42.728, de 1957, e objeto da Portaria Ministerial de nº 114.

Segundo Mazzota (1996), a educação especial em 1960, era apresentada como "educação de deficientes", e este atendimento era feito através de campanhas educativas.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61, a Educação Especial no Brasil aparece com a garantia de educação para as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Em 1971, a Lei n° 5692/71 define tratamento para deficientes mentais, físicos e para superdotados. No ano de 1973 é criado no MEC e o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que passa a assumir a responsabilidade pela Educação Especial no Brasil.

O Centro Nacional de Educação Especial - CENESP foi criado para promover uma melhoria às pessoas com deficiência em todo o território nacional, no governo do presidente Garrastazu Médici, Decreto de n º72.425. Em 1975, esse órgão teve sua organização estabelecida pelo Regimento Interno, que tinha seguintes finalidades:

> Artigo 2º - O CENESP tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de conduta e os superdotados, visando à sua participação progressiva na comunidade, obedecendo aos princípios doutrinários, políticos e científicos que orientam a Educação Especial.
> Parágrafo Único – compete ao CENESP:
> I – planejar o desenvolvimento da Educação Especial;
> II- acompanhar, controlar e avaliar a execução de programas e projetos de Educação Especial, a cargo de seus próprios órgãos ou de terceiros, com assistência técnica ou financeira do Ministério da Educação e Cultura;
> III- promover ou realizar pesquisas e experimentação que visem à melhoria da educação dos excepcionais;
> IV- manter uma rede integrada e atualizada de informações, na área da Educação Especial;
> V- estabelecer normas relativas aos meios e procedimentos de identificação e diagnóstico de excepcionais, tipo de atendimento, métodos, currículos, programas, material de ensino, instalações, equipamentos e materiais de compensação, procedimentos de acompanhamento e avaliação do desempenho do educando excepcional;

> VI- prestar assistência técnica e financeira a órgãos da administração pública, federais, estaduais, municipais, e a entidades particulares, na área da Educação Especial;
> VII- propor a formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, na área específica de Educação Especial;
> VIII- analisar, avaliar e promover, em articulação com os órgãos competentes, a produção de material de apoio técnico à Educação Especial;
> IX- promover intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras e órgãos internacionais, visando ao constante aperfeiçoamento do atendimento aos excepcionais;
> X- divulgar os trabalhos realizados sob sua responsabilidade, assim como de outras fontes que contribuam para o aprimoramento da Educação Especial;
> XI- promover e, se necessário, participar da execução de programas de prevenção, amparo legal, orientação vocacional, formação ocupacional e assistência ao educando excepcional, mediante entrosamento direto com órgãos públicos e privados, nos campos da Saúde, Assistência Social, Trabalho e Justiça, procurando envolver nessa programação, além dos alunos, os pais, professores e a comunidade em geral (MAZZOTA, 1996, p.80).

O CENESP posteriormente foi transformado na SESPE – Secretaria de Educação Especial.

Em 1981, o Relatório da Comissão Estadual (de São Paulo) de Apoio e Estímulo ao Desenvolvimento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes reconheceu a falta de conscientização de nossa sociedade, pela ignorância das reais dimensões das deficiências e de suas consequências para o indivíduo e sua família, deixando a responsabilidade nas mãos de profissionais ou de instituições especializadas, principalmente do setor privado.

Em 1985, é criado o "Plano de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência", avançando com mudanças que garantam direito às pessoas com necessidades educacionais especiais. Em outubro do mesmo ano o CENESP/MEC elaborou um plano com medidas urgentes para a educação especial no Brasil, o qual é conhecido como Educação Especial-Nova Proposta.

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira assegura o bem-estar de todo, e a Educação Especial aparece como modalidade de educação escolar. Em seu art. 205, é garantida a educação e qualificação para os mercados de trabalho; em seu art. 206, promove o acesso e condições para a permanência do indivíduo na escola; e seu art. 208 refere-se ao atendimento educacional especializado às pessoas com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1989, a Lei nº 7853 dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, assegura o exercício de sua cidadania e reafirma a obrigatoriedade da educação especial nos estabelecimentos públicos.

Nos anos 1990 é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A.), com a Lei nº 8.069/90, e se posiciona em relação aos direitos das crianças. Por exemplo, o seu art. 5º determina que: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais".

> Um dos mais importantes documentos oficiais foi elaborado pela Secretaria de Educação Especial e publicado em dezembro de 1993, estabelecendo a Política Nacional de Educação Especial (PNEE). Tal política está definida em sua apresentação, como a "arte de estabelecer objetivos gerais e específicos, decorrentes da interpretação de interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas (problemas de conduta e de altas habilidades superdotadas), assim como de bem orientar todas as atividades que garantam a conquista e a manutenção de tais objetivos (BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, 1993).

Contextualizando a Educação Especial, o documento de maior repercussão foi a Declaração de Salamanca, que reafirmou que todos têm direito ao acesso à escola e a uma educação de qualidade, reafirmando o ensino de pessoas com necessidades educacionais especiais. Esta declaração menciona que as escolas têm que se adequar para atender à diversidade dos indivíduos, fazendo com que haja uma ruptura com a educação tradicional e constituindo um pensamento que busca uma mudança não apenas voltada para o âmbito educacional, mas também para uma mudança social capaz de combater todos os tipos de preconceito.

> A construção de uma sociedade integradora, por sua vez, somente será possível se a integração se efetivar em todos os âmbitos da vida social. Isto quer dizer que a sociedade será integradora na medida em que a educação, a economia, a cultura, a saúde integrarem as classes, camadas e grupos hoje excluídos (GOES & LAPLANE, 2004, p. 15).

Segundo a autora, a inclusão é ama questão que envolve toda a vida do ser humano e envolve o setor político, educacional e também o profissional. É que é a partir deste processo que o cidadão vai conseguir a sua autonomia financeira e, acima de tudo, ter a convicção de que a sua relação com a sociedade não é de segregação, mas sim de oportunidades justas que o valorizem no espaço social.

> As necessidades educativas especiais incorporam os princípios já provados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto,

> ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, consequentemente, para toda a sociedade [...] (BRASIL, 1994).

De acordo com esse texto é possível ter uma educação que atenda a todos, independentemente de cor, raça ou aparência.

Este momento de transição reconhece que o modelo de educação tradicional é seletivo e se confronta com os princípios de inclusão discutidos em Salamanca. E é através deste movimento mundial em defesa da educação para todos que a visão dos direitos à cidadania e à educação foi ganhando proporções democráticas, que buscavam para as pessoas com deficiência o acesso ao ensino regular com as condições necessárias para que esta fosse realizada independentemente das diversidades.

É somente com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 que a tendência de ajustamento das pessoas com deficiência ao ensino regular ganha legalidade.

É a partir, principalmente dessa grande contribuição que a educação estabelece através da (LDBEN de 1996), que as instituições privadas e públicas têm que promover a inclusão de todos, preparando-os com condições adequadas para o acesso igualitário em todos os programas.

A LDB 9.394 contempla a Educação Especial em seu capítulo V e estabelece:

> Art. 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
> § 1º Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
> § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
> § 3º A oferta de educação especial é dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de 0 a 6 anos, durante a educação infantil.
> Art. 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
> I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
> II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados com altas habilidades.

> III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
> IV- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
> V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
> Art. 60 - Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.
> Parágrafo único: O poder público adotará como alternativa preferencial a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Em 1999, a Convenção de Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3956/2001, garantiu que as pessoas com necessidades educacionais especiais têm direito às mesmas oportunidades que os demais alunos e que este processo deve ser realizado sem barreiras.

Em 20 de dezembro de 1999 foi regulamentada a lei 7.853/89, e estabelecendo em seu Art. 2°, Inciso I, medidas na área da educação:

> a) A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação na pré-escolar, as de 1° e 2° graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomações próprias;
> b) A inserção, no sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
> c) A oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
> d) O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um ano, educandos portadores de deficiência;
> e) O acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
> f) A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas com deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino (MAZZOTA, 2005, p. 80-81).

No ano de 2000, a Lei n. 10.098 estabeleceu normas e critérios de condições para que as pessoas com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida possam realizar suas atividades sem ser prejudicadas.

A resolução CNE/CEB n. 02/2001 define que o atendimento educacional de alunos com necessidades deve ser realizado nas classes comuns do ensino regular, abrangendo toda modalidade existente na educação.

Em 2001, a Lei n. 10.172 aprovam o Plano Nacional de Educação, que estabelece metas e objetivos para as pessoas com necessidades educacionais especiais, sendo que uma dessas metas trata do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, inclusive em parceria com as áreas de saúde e assistência social – visando à ampliação da oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos.

Com a Resolução CNE/CP n. 1/2002, as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definem a importância das instituições de nível superior com a grade curricular para que esta seja planejada com o intuito de preparar os docentes para trabalhar com a educação inclusiva. No mesmo ano de 2002, a Lei n. 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como disciplina a ser usada na sala de aula para facilitar a comunicação entre os alunos surdos-mudos, os professores e os demais envolvidos no processo educacional. E ainda, nesse mesmo ano foi aprovada uma portaria sobre a utilização do Sistema Braille no suporte do desenvolvimento cognitivo e social das pessoas com deficiência visual.

No ano de 2003, é criado o Programa de Educação Inclusiva pelo Ministério da Educação, que garante a acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de ensino regular, promovendo a formação de gestores e professores com o intuito de garantir uma equalização educacional.

Em 2004, é divulgado um documento através do Ministério Público Federal reforçando o direito dessas pessoas à escolarização. Este documento é registrado como *"*O Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*"*.

No ano de 2005, há uma ênfase com as pessoas superdotadas e assim é implantado o Núcleo de Atividades Altas Habilidades/Superdotação em todo o território nacional. Este núcleo deveria dar suporte a esses alunos como também aos pais e professores, disponibilizando recursos didáticos e pedagógicos quando necessários e assegurando-lhes a ampliação de conhecimento.

Em 2006, a UNESCO, o Ministério da Educação, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos

Humanos com o objetivo de garantir às pessoas com necessidades especiais a acessibilidade à escola e à graduação.

Em 2007, o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC lança o Plano de Desenvolvimento da Educação, o qual se volta para a questão das estruturas físicas para que estas sejam acessíveis às pessoas com dificuldades de locomoção e para a exigência das salas de recursos a fim de possibilitar uma eficácia quanto à aprendizagem desses alunos. O Decreto nº 6.094/07 estabelece que a inclusão educacional possa ser garantida a todos no ensino regular e com os recursos necessários para que haja um atendimento educacional que favoreça a aprendizagem em igualdade de condições com as demais pessoas envolvidas nesse processo.

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), visa criar alternativas que promovam verdadeiramente uma educação para todos, o seu objetivo é:

> Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para os atendimentos educacionais e de mais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica nos transportes mobiliários, comunicações e informação, articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.[5]

Nesse documento é observada a fundamental importância do processo de inclusão, motivando e dando suporte para alcançar uma parceria com pais e a comunidade onde a escola está localizada, trabalhando os desenvolvimentos e a construção de conhecimento do indivíduo.

[5] Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

CAPÍTULO 2

PROFESSOR: AGENTE ATIVO FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES NOS ESPAÇOS INCLUSIVOS

2.1 A formação continuada dos professores na educação inclusiva

Neste capítulo a temática a ser abordada é a formação continuada dos professores na educação inclusiva, trazendo em sua proposta um atendimento educacional que possibilite buscar novas formas e opções de trabalho, na tentativa de oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 trata, em seu capítulo V, da inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares. De certo que há um avanço na função social da escola, mas a formação dos professores precisa de plano de reconstrução no campo específico dessa modalidade de educação, uma vez que as evidências mostram que há muito para se refletir sobre o papel dos docentes no que tange a essa nova realidade.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular tem gerado inquietações e anseios por parte dos professores, isto tem impulsionado os profissionais a refletirem e analisarem o que é necessário fazer e o que já está sendo feito para que essa educação dê certo.

Hoje, no Brasil, encontramos em quase todos os polos educacionais, professores e cientistas da educação, reunidos em grupos de estudos e pesquisas, buscando e construindo novas propostas que atendam a esse novo viés da educação.

Ferreira e Guimarães (2003, p. 118) afirmam que "para considerar uma proposta inclusiva, é preciso pensar como os professores devem ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa". Essa capacitação impõe uma mudança no comportamento dos professores e na inovação educacional fazendo com que estes possam refletir em diversas dimensões, analisando as ações pedagógicas e se preparando para as novas exigências em relação às suas próprias práticas na escola.

Com esse novo cenário educacional o professor precisa encarar os desafios na tentativa de transformar este momento num processo de renovação e conscientizar-se de que ele é parte integrante dessa situação e precisa reagir para garantir uma educação de qualidade para todos. Esta formação continuada é uma das muitas medidas para que o processo de inclusão seja desenvolvido com sucesso e assim se transforme o seu cenário de trabalho e façam-se as adaptações que o cotidiano de sua sala exige. Todas as mudanças na educação incentivam os professores a buscarem mais conhecimentos e perspectiva para inovar a sua metodologia.

A discussão sobre a inclusão é complexa, pois, à medida que os alunos com deficiência ingressam na escola, faz-se necessário um acompanhamento que contemple as necessidades deles e que haja condições de desenvolver a aprendizagem.

Com as mudanças que aconteceram no século XX, a evolução dos conhecimentos da psicologia e outras áreas, as pessoas com deficiências são assunto de congressos e seminários no sentido de serem respeitadas como cidadãos e com direito à educação. Esta transformação atinge toda a sociedade e todos passam a ter responsabilidades com o processo de universalização do ensino obrigatório.

Para que haja uma efetiva qualificação é preciso analisar a situação em que o professor se encontra, pois, para possibilitar um melhor desempenho, é necessário uma formação adequada para ajudar os seus alunos na sala de aula.

A Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca, Espanha, no ano de 1994, salienta que a educação é um direito de todas as crianças e que a escola deve buscar estratégias, de modo que nenhum aluno da comunidade seja excluído. É nesta perspectiva de mudança que o professor sente a necessidade de inovar. Mesmo sentindo dificuldades, deve enfrentar os desafios com a intenção de proporcionar condições para a inserção educacional e social desses alunos.

> É necessária uma redefinição coletiva da profissão, de suas funções e de sua formação. A formação dos professores deve ser concebida como um dos componentes da mudança compartilhada com outros fatores sociais, e não com como uma condição prévia de mudança (NÓVOA, 1995, p. 28).

A importância dessa redefinição é de fundamental importância para que a escola que almejamos possa ser trabalhada desde a graduação, na preparação dos profissionais que

sofrem com os contextos das universidades que trabalham com um modelo ideal de educação e não satisfazem as exigências da realidade. Os ensinamentos das universidades já devem contemplar que nas escolas existem diversidades e que as turmas são heterogêneas e que as grades curriculares preparem os professores para que, ao se depararem com situações que não são corriqueiras, não recuem.

De acordo com Neto (2009, p. 55), "devemos buscar uma aproximação gradual onde cada dia de trabalho seja refletido e avaliado, com base nos objetivos preestabelecidos". Com a inclusão, vários questionamentos envolvem os professores a respeito da maneira de aprender e ensinar, já que esse novo cenário educacional tem considerado que é preciso criar meios para a sua formação e autoformação uma vez que o processo inclusivo implica mais um desafio da educação.

Com essa nova perspectiva educacional, entendemos que é na prática em que os professores adquirem experiência e refletem sobre o que realmente é preciso fazer para alcançar a todos. É no cotidiano que as descobertas vão sendo feitas e onde o professor criará mecanismos possibilitando a participação de todos e oportunizando-os às mesmas atividades.

A educação inclusiva requer um plano de reconstrução observado através do ponto de vista de que a escola, enquanto espaço democrático, deve se adaptar às diversidades e às novas formas de se elaborar ações que estejam voltadas para os princípios da inclusão.

Para que haja uma educação para todos é importante que a formação dos professores e as práticas estejam em sintonia para assim que for traçado o perfil da turma, seja mais fácil criar estratégias com um novo olhar sobre os educandos. Deve-se destacar que toda escola precisa estar envolvida nesse processo para garantir a democracia.

O desafio do professor consiste nos momentos diversificados que há na sala de aula e é através destes que o conhecimento vai sendo construído e o processo ensino-aprendizagem vai estreitando a relação do grupo e os problemas vão sendo detectados e tornando possível a participação de todos em todas as atividades sejam valorizadas. Diante disto, o professor vai tomando consciência de que cada aluno tem um ritmo para aprender e cabe ao educador desencadear práticas que contextualizem um compromisso de todos, desenhando, assim, um novo cenário educacional.

> [...] na medida em que, por um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalharem com crianças que apresentem deficiências

> evidentes e, por outro, grande parte dos professores de ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atende, porque o tem caracterizado a atuação de professores de surdos, de cegos, de deficientes mentais com raras exceções, é a centralização quase que absoluta de suas atividades de minimização dos efeitos específicos das mais variadas deficiências (BUENO, 1999, p. 15).

Para esse autor, os professores se esforçam para trabalhar com a inclusão, uma vez que a sua formação não os preparou para essa nova realidade de educação, sendo necessário ressignificar o seu papel e as suas práticas pedagógicas, constituindo o envolvimento da turma e buscando formas para a sua interação com o meio social. Com isso, o professor vai se organizando para trabalhar com a heterogeneidade de forma mais igualitária criando novas expectativas na vida de todos os alunos.

> A perspectiva da inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino; que estas modificações [...] demandam ousadia, por um lado e prudência por outro;_ que uma política efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua, sistemática e planejada, na perspectiva de oferecer às crianças deficientes educação de qualidade; e que a gradatividade e a prudência não podem servir para o adiamento 'ad eternum' para a inclusão [...] mas [...] devem servir de base para a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha à construção de uma escola única e democrática (BUENO, 2001, p. 27).

A escola deve ser um espaço democrático, pois nela estão implícitos valores, crenças e cultura que contribuem para a formação intelectual e social do indivíduo e é o ambiente onde o educando vai aprender a desenvolver-se individual e coletivamente. Neste caso, a mediação do professor é fundamental para possibilitar a formação de atitudes e de valores na construção do conhecimento, apresentando medidas que propiciem a aprendizagem de todos. Para Freire (2002, p.68) "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, midiatizados pelo mundo".

À medida que o tema inclusão nos é apresentado, as práticas tradicionais vão dando oportunidade para outras práticas educativas e o cenário nas escolas vai criando campos interativos para envolver a todos no processo de escolarização e construção do conhecimento, já que o espaço escolar deve ser democrático e significativo para a permanência da inclusão. Apesar das dificuldades, a inclusão possibilita aos professores buscar outros modelos de práticas, rompendo com velhos paradigmas, desenvolvendo programas que possam envolver a todos e garantindo condições satisfatórias para a educação das pessoas com deficiências.

Esse processo de inclusão vai além das quatro operações. É um aprendizado tanto para o professor quanto para o aluno, que necessita ampliar os seus conhecimentos para a sua vida familiar e social, sendo capaz de neutralizar todo tipo de discriminação e segregação. Contudo, a inclusão é significativa não porque há conjuntura política e acordos internacionais, mas porque há uma nova lógica que traz mudanças nos contextos educacionais; e uma das condições básicas para desenvolver a sua cidadania é a educação.

A formação dos profissionais da educação considera as questões da diversidade, sendo necessário ampliar as possibilidades para encontrar elementos que lhes favoreçam construir uma identidade capaz de atender às questões sociais e educacionais, traçando ações conjuntas que possam promover a democracia no sistema escolar, avançando para alcançar os objetivos da educação inclusiva culminando no direito de todos ao acesso à educação e permanência no ensino comum.

Sendo assim, a escola criará programas e ações que correspondam às mudanças atuais da sociedade, projetando e pensando nas inovações que precisam ser feitas para incluir e trazer perspectivas para a formação continuada dos professores.

> A formação especializada incluirá também, além da execução, o planejamento, a seleção de atividades e a avaliação do aproveitamento dos alunos, que é básica para que os planos de atendimento educacional especializado sejam constantemente revistos, melhorados e ajustados ao que os grupos ou ao que cada aluno necessita (BATISTA & MANTOAN, 2005, p. 27).

Segundo esses autores, o professor preparado poderá, além de planejar as atividades designadas para os alunos com deficiência, ajudar na execução delas, tornando possível um bom desempenho dos alunos e a coletividade destes, uma vez que o ambiente se torna favorável para a realização das atividades, o que ocorrerá também com a receptividade dos alunos em participar e aprender, aproveitando o memento e interagindo com o grupo e com o professor.

As experiências realizadas no âmbito escolar propiciam aos alunos a oportunidade de contemplar a importância do meio educativo e desenvolver a sua autonomia e democratização que impulsionarão para o desenvolvimento e transformação de todas as áreas da sua vida, exercendo a sua cidadania e evoluindo em sua formação como seres humanos.

As atividades realizadas em sala de aula devem ser momentos agradáveis e que estimulem os alunos com deficiência a desenvolverem os trabalhos pedagógicos e que haja a socialização e troca de conhecimentos entre o grupo e individualmente, estreitando a relação na sala de aula. Sendo assim, a formação do professor se faz necessária para que possa estimular e desenvolver essas atividades e conseguir com que todos possam interagir de forma ativa e ter um bom desempenho e desenvolvimento das suas habilidades, contemplando as suas necessidades e ampliando o seu conhecimento para a vida social.

2.2 O professor no espaço inclusivo: que desafios enfrentar?

O primeiro desafio que os professores enfrentam na educação inclusiva é a insegurança de que não estão preparados para trabalhar com "essas crianças". A descrença neste processo de educação tem a ver com o modelo do tradicionalismo e do conservadorismo que permeiam a educação até hoje, com paradigmas excludentes e que de certa forma resistem a mudanças e transformações que venham a redimensionar todo um contexto já existente educacional e socialmente.

O propósito da educação inclusiva é aproveitar o conhecimento e habilidades que os professores já têm e ampliá-los tornando possível um serviço especializado voltado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, fazendo-os acreditar que a escola é um espaço de mudanças e que se fazem necessárias algumas atitudes inovadoras para envolver todos nesse processo de ensino-aprendizagem.

> A partir das propostas de Educação para Todos passou-se a discutir o paradigma da inclusão que traz, no seu bojo, o desafio da universalização de uma escola de qualidade que não segregue e expulse alunos com "problemas"; uma escola que enfrente- sem adiamentos- a grave questão do fracasso escolar e que atenda à diversidade de características do seu alunado (CARVALHO, 2008, p. 108).

Para a autora, a escola deve respeitar os interesses dos alunos assim como oferecer uma educação de qualidade, capacitando-os para exercerem a sua cidadania e serem agentes ativos neste processo. Quando se fala em Educação para Todos pressupõe-se que não há exceção e que o aluno, ao ser matriculado em uma escola de ensino regular, espera o apoio para desenvolver a sua aprendizagem indiscriminadamente.

> As escolas inclusivas são escolas para todos, o que implica num sistema educacional que reconheça e se prepare para atender às diferenças individuais, respeitando as necessidades de todos os alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldades de aprendizagem. Na escola inclusiva o professor deve ser especialista no aprendiz, genericamente considerado (CARVALHO, 2008, p. 170).

Para trabalhar com a educação inclusiva, os professores devem contar também com o apoio dos diretores, da comunidade escolar e da família, pois este é um interesse coletivo. Ademais o professor, através do seu trabalho em sala de aula, precisa encorajar os alunos para uma autonomia, fazendo-os refletir sobre a sua relação com o mundo.

Em uma escola democrática, os direitos individuais têm que ser respeitados juntamente com os direitos coletivos, sem perder de vista a heterogeneidade cultural e social presente no âmbito escolar, que promove a aceitação da diferença que cada aluno traz; a escola reconhece que as diferenças servem para que o processo social aconteça com a perspectiva de romper com velhos paradigmas e complexidades.

> Cada escola tem sua própria abordagem de envolvimento pessoal na promoção de mudanças, mas a informação de que dispomos não deixa nenhuma dúvida de que criar oportunidades para reflexão e discussão é essencial na implementação de qualquer tipo de inovação (MITTLER, 2003, p. 184).

Segundo Mittler (2003), à medida que os professores assimilam que é preciso rever as práticas pedagógicas, inúmeras reflexões suscitam em torno do espaço escolar, fazendo com que removam barreiras e busquem uma melhoria na qualidade do ensino, utilizando esse espaço público para dinamizar a aprendizagem, possibilitando às pessoas com deficiência uma vivência construtiva e uma troca capaz de oferecer a esses professores alternativas para projetar uma nova educação. Esta educação enriquece a vida dessas pessoas em todas as dimensões e nos faz entender que a diversidade está presente em todos os âmbitos, cabe a nós eliminarmos os preconceitos para renovar o espaço escolar e a sociedade como um todo.

A perspectiva de uma escola inclusiva é, portando, garantir que todos os alunos participem das atividades de forma ativa, concretizando a aprendizagem e a socialização. Esta educação propõe mudanças nas escolas, nas práticas pedagógicas e nas instalações dos estabelecimentos de ensino para proporcionar aos alunos um desenvolvimento satisfatório de qualidade e sem discriminação.

Para que esse processo tenha êxito é necessário reconhecer que muitas barreiras devem ser extintas e a escola e seus professores promovam ações pedagógicas capazes de atender a todos, independentemente das suas características. Apropriadamente, Carvalho (2008, p. 113) afirma que "a boa qualidade da escola traduz-se pelo êxito alcançado na aprendizagem e na participação de todos os alunos, sem exclusões".

Para que haja uma cultura inclusiva, o comprometimento dos professores é importante. Com tudo vale ressaltar que seria necessário que eles dispusessem dos recursos necessários, fossem mais valorizados, mais bem remunerados e que tivessem mais acesso aos meios tecnológicos e apoio necessário para contribuir concretamente com a inclusão. Leva-se em consideração que muitos não se capacitaram na graduação, porque essa temática não fazia parte da grade curricular e hoje eles têm que lidar com essa realidade. Muitos se sentem "despreparados", mas têm de elaborar novas teorias, analisando a sua própria prática e buscando especializações que contemplem a educação inclusiva a fim de buscar conhecimentos e dar sentido à sua mediação pedagógica.

Para isso faz-se necessário que o professor esteja consciente do seu compromisso e juntamente com a escola crie estratégias que contribuam para a verdadeira construção do conhecimento.

Segundo Bueno (1999), trabalhar com crianças com deficiências na educação inclusiva envolve, pelo menos, dois tipos de professores: os generalistas, que trabalham no ensino regular, com pouco conhecimento e prática com alunos diversificados; e os "especialistas", que trabalham dando apoio aos professores das salas regulares com essas crianças, sendo que todo o processo de planejamento e ações deve ser feitos com os dois tipos de profissionais para que haja uma melhor socialização.

Além desses profissionais, o ambiente escolar deve dispor de psicopedagogos, pedagogos, psicólogos, profissionais que saibam o Braille e intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

> A construção e o fortalecimento de uma cultura de convivência humana têm como eixo central a formação da cidadania em educação e valores sendo a instituição escolar o eixo de repercussão direta. As autoridades educativas, o professorado e os estudantes, coletivamente, têm a difícil tarefa de transformar a escola em um espaço dialógico para a construção, em liberdade, de uma cidadania autônoma, justa, equilibrada e solidária, constituindo as bases de uma sociedade livre, independente, soberana e democrática (OMOTE, 2004, p. 62).

Segundo o autor, as adaptações para uma escola democrática e de qualidade partem desse processo de convivência, que permite trabalhar com a diversidade humana numa dimensão social e cultural capaz de envolver a todos, removendo barreiras e mitos, acreditando que as experiências provocam reflexões críticas para sempre buscarmos fazer o melhor. Todavia, vale ressaltar que desafios a serem enfrentados sempre existirão nas práticas educativas.

2.3 As práticas educativas do professor na educação inclusiva

A concretização da proposta relacionada à educação inclusiva na maioria das escolas implica a mudança dos currículos e a formação continuada dos professores, além da nova postura que as escolas devem adotar para oferecer um ambiente capaz de promover a aprendizagem e a convivência com os alunos com deficiência.

> No paradigma da educação inclusiva, resultante do concerto de educação, os sistemas e instituições sociais são adaptados às necessidades de todas as pessoas e não o contrário, quando os indivíduos estão sujeitos a se adequarem às exigências do sistema. Nesse processo, a formação dos professores é fundamental para que a aprendizagem esteja centrada no potencial de cada aluno, de forma que uma incapacidade para andar, ouvir, enxergar, ou um déficit no desenvolvimento não sejam classificados como falta de competência para aprender e nem causa para que os alunos desistam da escolarização (ALVES, 2006, p. 9).

As práticas que a escola desenvolve são realizadas respeitando as limitações dos alunos, detectando qual a maior dificuldade deles e tornando as atividades flexíveis e redescobrindo no conflito diário qual a melhor dinâmica que será desenvolvida com a turma. E esta reflexão diária encoraja o professor a ter autonomia e buscar a melhor maneira de transmitir o conhecimento e favorecer o desenvolvimento da cidadania na sala de aula, perpassando para a vida social do aluno.

As contribuições dos professores na educação inclusiva são esperadas tanto na teoria quanto na prática. A busca de um paradigma da contemporaneidade é clara quando trata da escola como um espaço que deve oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos. Assim, é necessário entender as diversidades para trabalhar o potencial de cada aluno individual e coletivamente.

Para que essas práticas educativas sejam desenvolvidas é preciso que o professor identifique as necessidades educacionais e depois defina as estratégias que serão utilizadas

para a realização das atividades cotidianas e que tipo de avaliação será adotada para os alunos. Sendo assim, é necessário que os professores aprofundem seus conhecimentos e reflitam a respeito desse processo para construir uma relação capaz de contribuir para o desenvolvimento de um importante trabalho educativo.

> A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (PRIETO, 2006, p. 57)

Neste novo contexto educacional, o trabalho do professor é importante, porque ele tem a capacidade de modificar as atitudes, as práticas, a organização e a avaliação da própria instituição em que ele atua, sendo que no momento em que são oferecidas essas modificações são criadas mais ações pedagógicas, permitindo aos alunos novas escolhas no processo da aprendizagem. Esta atitude de modificar só é possível quando o profissional faz uma reflexão cotidiana sobre as suas práticas. Para Schon (2000), há um triplo movimento que fundamenta essa prática pedagógica é o "conhecimento na ação, reflexão na ação e reflexão sobre a ação". Dito isto, a escola que é um espaço aberto e democrático, vai se permitindo ajustar nas peculiaridades da sua clientela de forma flexível e dinâmica, respeitando as particularidades de cada indivíduo.

Hoje, as escolas já estão se conscientizando de que todos são capazes de aprender e, dentro desta premissa, estão buscando condições que sejam favoráveis ao aprendizado desses alunos, garantindo que os recursos necessários favoreçam o seu desempenho educacional, diminuindo a desigualdade social e convencendo a sociedade de que o espaço escolar é um lugar de oportunidade para todos.

> Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades (BRASIL, 1994).

Sendo assim, é importante que o ritmo de cada um seja respeitado de acordo com as suas possibilidades e que a escola se organize e faça mudanças para receber e auxiliar os alunos para que possam desenvolver as suas habilidades e contribuir para uma

realidade complexa, e que ela seja capaz de preparar uma sociedade mais justa e igualitária. Freitas (2002) destaca que é a partir da interação social que o sujeito constrói sua individualidade. Assim, a presença do professor como agente normatizador de comportamentos vai percebendo qual a melhor forma de trabalhar as práticas educativas e a convivência para estabelecer as relações de aprendizagem e valores na escola em que trabalha.

As práticas educativas inclusivas consistem em um conjunto de mudanças que visam transformar e inovar a educação. Estas mudanças implicam todos os procedimentos que envolvem a escola, os conteúdos à avaliação, priorizando a participação a dos alunos, oferecendo as mesmas oportunidades de estabelecer opiniões, trocar de ideias com o grupo e estar em consonância com os conteúdos abordados em sala de aula.

Nessa perspectiva de inclusão, o professor vai construindo novas realidades rompendo com os modelos tradicionais e adquirindo uma nova forma de ensinar, possibilitando que o aluno seja um sujeito ativo neste processo, considerando a sua totalidade e transformando as relações no ambiente educativo. Diante dessa ação real, o professor estimula o aluno para prosseguir trabalhando os conteúdos, mesmo diante de obstáculos, e busca disponibilizar formas para desenvolver a capacidade dos educandos motivando-os para despertar sua criatividade individual e coletiva. "A formação não se constrói por acumulação de conhecimentos ou de técnicas, mas, sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal" (NÓVOA, 1995, p. 25).

Essa reflexividade produz uma sustentação para se discutir o processo de inclusão, pois é a partir das reflexões que ocorrem às manifestações para as mudanças e para propor alternativas a fim de que nossas escolas se permitam inovar no sentido de trabalhar com as diferenças sem excluir nenhum indivíduo. A ideia da inclusão é que todos são iguais e precisamos apenas de oportunidades para desenvolver nossas competências, e o espaço escolar deve ser um local de novas opções e que atenda às expectativas de cidadãos que querem desenvolver-se na sociedade.

Segundo Mantoan (2004, p. 115) "a escola diante dessas novidades não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais formam e instrui os alunos".

Assim, qualquer intenção que esteja obedecendo aos princípios inclusivos, incluindo as práticas educativas utilizadas pelos professores, serve para transformar e oferecer aos alunos um sentido social que perpassa toda a complexidade e ajuda-os de forma satisfatória a desenvolver-se individual e socialmente, através do processo educacional.

2.4 A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular

> Uma inclusão excludente produz a falsa sensação de pertencimento que gera a culpabilização individual pelo suposto fracasso, incapacidade, incompetência, responsabilidade e vergonha da sua própria situação e de não estar adequado às exigências atuais (LAVRADOR, 2004, p. 123).

Para que os alunos realmente estejam incluídos no sistema regular de ensino é preciso que a escola disponha dos recursos necessários para trabalhar nesse processo que exige uma melhoria significativa a fim de atender às diversidades. Mas para que isso seja possível, além de promover cursos para os professores, as escolas precisam se preparar também fisicamente para tal desafio. Nelas precisa haver materiais pedagógicos, tecnologia assistiva, acessibilidade, entre outros recursos para promover a participação dos alunos nas atividades pedagógicas.

Portanto, as salas de recursos são ambientes necessários que devem existir em todas as escolas, com todos os instrumentos e materiais necessários para atender aos alunos que precisam de um acompanhamento.

A acessibilidade é de fundamental importância para que os alunos possam frequentar a escola. A adaptação arquitetônica deve existir para receber as pessoas que têm dificuldades de locomoção.

Este direito está garantido nas Leis 7853/89 e 10.098/00. Também é necessário que os materiais como os computadores sejam adaptados, livros digitais, facilitadores de escrita, engrossadores de lápis, entre outros.

Os mecanismos para a elaboração de projetos pedagógicos que contribuem para democratizar o espaço escolar dependem da atuação da escola em adquirir condições favoráveis aos alunos com dificuldade de locomoção, a fim de que estes tenham acesso à escola, desenvolvam as suas potencialidades e prossigam em seus estudos.

No caso das pessoas com deficiência visual e os de baixa visão, a noção da locomoção e mobilidade é tão importante quanto os materiais específicos para as realizações das suas atividades. Outra ferramenta importante é o aprendizado do código de Braille, pois esta é uma ferramenta que promove a comunicação dessas pessoas através da escrita, tornando possível o seu desenvolvimento. Os sintetizadores de voz são outra ligação entre o indivíduo e o meio externo e permitem às pessoas com deficiência visual lerem e escreverem via computador. Para os alunos com baixa visão, as lupas eletrônicas e manuais auxiliam na aprendizagem, sendo que nesse caso, as fontes de informações devem ser ampliadas para que haja um melhor aproveitamento. E existe também o soroban, material que ajuda essas pessoas nas atividades cotidianas e tem a finalidade de desenvolver o raciocínio matemático.

O Ministério da Educação fornece às escolas particulares e públicas os livros didáticos com o Código de Braille, sendo necessário apenas fazer-se a solicitação.

Para a deficiência intelectual, o importante é que as ações e programas sejam promovidos para dar condições de autonomia a esses alunos, pois, para o sistema educacional, essa deficiência parece ser a mais desafiadora. Dessa forma, e para que o desempenho do aluno seja satisfatório, as medidas que o professor irá adotar serão o instrumento que fará a diferença para lidar com a presença desses alunos em sala de aula. É preciso analisar qual a situação da deficiência para se planejar de acordo com as peculiaridades e apoiá-los tornando possível sua permanência na escola.

> As barreiras da deficiência mental diferem muito das barreiras encontradas nas demais deficiências. Trata-se de barreiras referentes à maneira de lidar com o saber em geral, o que reflete preponderantemente na construção do conhecimento escolar. Por esse motivo, a educação especializada, realizada nos moldes do treinamento e da adaptação, reforça a condição de deficiente desse aluno. [...] Assim sendo, o aluno com deficiência mental precisa adquirir, através do atendimento educacional especializado, condições de passar de um tipo de ação automática e mecânica diante de uma situação de aprendizagem experiência para um outro tipo, que lhe possibilite selecionar e optar por meios mais convenientemente de atuar intelectualmente (BATISTA & MANTOAN 2005, p. 17-18).

Na educação dos alunos com deficiência intelectual é preciso entender e respeitar que eles têm maneiras e tempos diferenciados para aprender, e para isso os conteúdos devem ser explanados de forma conveniente a fim de atribuir um significado para os alunos.

Para atender aos alunos com deficiência auditiva, as escolas de ensino regular precisam de recursos específicos. Primeiramente, a escola deve contar com a presença de um intérprete para facilitar a comunicação entre os alunos e deve oferecer também um instrutor

de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), o qual facilita a comunicação das pessoas com esse tipo de deficiência, sendo a oralização também é uma forma de se comunicar. Convém salientar que para esse tipo de comunicação torna-se necessário um acompanhamento dos serviços da fonoaudiologia. A função do intérprete na escola é possibilitar a aquisição de LIBRAS para os alunos surdos e acesso ao conhecimento e explicação dos professores para que haja a inclusão dos conteúdos curriculares. Já os materiais didáticos devem trazer várias ilustrações para que a leitura visual seja satisfatória e auxilie nas práticas pedagógicas.

Além desses recursos, os alunos têm a possibilidade de aprender a falar, mas para tanto precisam de fonoaudiólogos, a fim de desenvolver e melhorar a sua capacidade na construção do conhecimento e um melhor convívio social.

> O crescente reconhecimento de que em uma sociedade complexa, dinâmica e que se modifica tão rapidamente não há mais se é que um dia houver um corpo de informações único, distinto e estático que vá resultar no sucesso dos alunos na vida adulta. Em vez disso, emergiu uma abordagem mais produtiva, que é ensinar aos alunos o processo de aprendizagem um processo que envolve aprender a aprender e tornar-se apto para discernir o que é preciso para adaptar e tornar-se proficiente em uma nova situação, além de 'como' e 'onde ir' para localizar a informação necessária (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p.86).

Diante desse contexto, o autor defende a necessidade de transformação nas escolas, a partir de um currículo flexível e que tenha uma relação com o cotidiano do professor. Para Stainback & Stainback (1999) o currículo rígido é cansativo e não dá liberdade para o profissional trabalhar com uma perspectiva de inclusão. Ele ressalta que a realidade da sala de aula quem percebe melhor é o professor e não os especialistas educacionais, que já têm modelos prontos de currículos.

Analisando essa perspectiva construtiva, esses autores também chamam de holística e dá ênfase às experiências realizadas dia a dia. Eles consideram que, para haver mudanças, faz-se necessária uma harmonia com todos os envolvidos nesse processo.

Contudo, o objetivo do currículo nas salas de aula inclusiva é fazer com que todos participem e aprendam de acordo com seus interesses e habilidades, aproveitando ao máximo as oportunidades para desenvolver o seu conhecimento e se envolver de maneira proveitosa.

2.5 Atendimento educacional especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como objetivo assegurar aos alunos com alguma deficiência um suporte pedagógico de caráter complementar, ou seja, os alunos desenvolvem as suas atividades cotidianas e utilizam os recursos das salas multifuncionais. Nestas salas devem conter recursos necessários para dar condições aos alunos de desenvolverem as atividades propostas pelos professores das salas regulares e desenvolverem a sua autonomia enquanto cidadãos.

> O Atendimento Educacional Especializado nas salas de recursos multifuncionais se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos favorecendo seu acesso ao conhecimento (ALVES, 2006, p. 15).

Essas salas devem estar situadas nas escolas e servem para complementar o ensino. É importante que haja um planejamento para que as atividades não se tornem repetitivas, entediando os alunos.

O AEE deve complementar a formação do educando, fazendo com que este se torne independente dentro e fora da escola e que consiga avançar em seu desenvolvimento cognitivo. Mas para isto é necessário que as salas tenham recursos que favoreçam para esse aprendizado. Dentre esses recursos estão o sistema em Braille e o Soroban e o sistema de Libras.

Como afirma Alves (2006), essas salas podem dar suporte a alunos que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, e a escola deve disponibilizar esse suporte pedagógico no turno contrário àquele em que está matriculado. E segundo a autora baseada, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica os alunos a serem atendidos pela AEE estão distribuídos em três grupos, sendo eles:

- alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares: aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica ou aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiência;

- alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos;

- alunos que evidenciem altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande facilidade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico.

Essa é a proposta das salas multifuncionais, embora ainda não seja realidade das escolas. Para implementar essas salas, é preciso contar com os órgãos competentes e discutir incansavelmente o quanto é importante para a comunidade escolar a construção e efetivação desses espaços.

Os alunos com deficiência precisam ser atendidos de acordo com a sua necessidade e individualidade a fim de que haja um melhor aproveitamento escolar e eles participem ativamente das atividades e exerçam o seu direito de cidadão. Para que isto aconteça, os materiais didáticos e específicos devem ser adequados para que a comunicação e as condições estejam vinculadas a esses alunos e assim enriqueçam o ambiente educacional.

O Atendimento Educacional Especializado é destinado a para todos os alunos que têm algum tipo de deficiência: intelectual, física, sensorial, transtornos na aprendizagem, e até mesmo alunos com altas habilidades; sendo que para os alunos com altas habilidades/superdotação currículo é modificado para acompanhar os processos rápidos e superior de que estes alunos precisam. O AEE deve ser oferecido obrigatoriamente nas escolas a fim de suprir todas as dificuldades que os alunos encontrem para avançar nos estudos e há também centros de apoio pedagógico que atendem a essas pessoas e ajudam-nas mesmas a desenvolver a aprendizagem.

Para que os alunos tenham um bom desempenho é preciso que o professor que atua nessa área tenha um conhecimento específico. Se for trabalhar o aluno com deficiência Visual (DV), é necessário que domine o Sistema Braille, tenha noções de mobilidade. Para as pessoas com baixa visão, o uso de recursos ópticos, as lupas eletrônicas e as adequações em tinta são de fundamental importância a fim de que desenvolvam as suas atividades.

Já os deficientes auditivos (DA) devem conhecer a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Todos os materiais devem ser adequados para que os alunos com deficiência intelectual (DI) consigam realizar as atividades.

A Convenção de Guatemala de 2000 prevê que para uma educação dar certo é preciso eliminar os preconceitos e apostar em um sistema educacional

que impulsione novos paradigmas e promova o desenvolvimento de todos. Art. 1 º, n°.2, "a":

> Impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. Define como discriminação toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência [...] que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos e suas liberdades fundamentais (GUATEMALA. Assembleia Geral da Guatemala, 1999).

Essa convenção contribuiu para que o processo de inclusão ganhasse mais repercussão e reflexão da sociedade, ajudando a viabilizar ações e programas voltados para a maneira de como as escolas iriam viabilizar recursos e materiais para trabalhar com os alunos que têm deficiência.

Os movimentos modernos entendem que os espaços educacionais devem mudar, de modo que o trabalho com as diferenças e com a igualdade seja realizado sem inferiorizar os alunos com deficiência, aprendendo a trabalhar de maneira que estes se sintam valorizados e avancem em sua aprendizagem em um espaço que lhe dê condições (MANTOAN, 2006).

CAPÍTULO 3

NATUREZA METODOLÓGICA DA PESQUISA

3.1 Procedimentos metodológicos

> Memórias, pedaços de acontecimentos, resíduos de experiências, retalhos de vida que escolhemos para lembrar. Mesmo que tenhamos consciência desta relação, fica o que significa sons, cheiros, gostos, sentidos, imagens registradas na memória e reelaboradas na e pela linguagem (PÉREZ, 2003, p.103).

O estudo de caso desta pesquisa constitui-se em compreender como são desenvolvidas as atividade pedagógicas em uma escola inclusiva. Sendo a temática discutida por teóricos na atualidade, despertou-nos a vontade de analisar esse processo no contexto escolar com o intuito de responder à indagação: como são realizadas as práticas pedagógicas em uma sala de aula com a proposta inclusiva?

Para que este estudo fosse realizado, foi necessário fazermos um levantamento bibliográfico sobre o tema, em seguida entramos em contato com a direção, professores e pais de alunos informando-os quais as informações seriam necessárias para a realização da presente pesquisa.

A seguir foram feitas as observações e a entrevistas semiestruturadas nas quais foram solicitadas respostas abertas a fim de obtermos informações a respeito da escola referida e foi solicitado que as respostas fossem escritas e as respostas do tipo abertas tendo como base um roteiro previamente construído. (Apêndice VI e VII).

3.2 Desenho metodológico

Esta pesquisa é considerada um estudo de caso e segue a orientação das abordagens educativas da pesquisa em educação. A referência objetiva imediata investigação sobre as práticas pedagógicas em uma escola inclusiva na cidade de Aracaju.

O estudo de caso permite ao pesquisador participar da realidade da vida cotidiana de um grupo, podendo ter um contato direto com o mesmo.

> O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas (YIN, 1989, p. 23).

Para realizarmos este estudo específico foi necessário coletarmos dados como: documentos oficiais da escola, o projeto político pedagógico e o projeto do folclore. Quanto aos materiais bibliográficos, foram utilizados livros, dissertações de mestrado e documentos cedidos pela Divisão de Educação Especial do Estado de Sergipe. Registramos fatos como: o momento da recreação, aulas e a culminância do projeto do folclore e relatos dos professores durante nossas observações espontâneas e entrevista com quatro professores e quatro pais de alunos matriculados na escola, com o fim de subsidiar o nosso estudo. Sendo assim, os dados obtidos foram importantes para que pudéssemos compreender o nosso objeto de pesquisa.

Os conteúdos analisados deram-nos subsídios e informações sobre as propostas e práticas educacionais desenvolvidas na Escola Caminho do Saber e sua relação com a proposta da educação inclusiva.

> Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequência das falas e palavras como critérios de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda (MINAYO, 2006, p. 307).

Segundo a autora, essa análise de conteúdo constitui-se em juntar todos os documentos e informações que foram levantados durante toda a pesquisa. Significa analisar a teoria juntamente com a prática.

Bauer (2002, p. 191) considera que a análise de conteúdos é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social, de maneira objetivada.

Segundo esse autor, é necessário fazermos inferências a fim de explorarmos dados a respeito da pesquisa e ligarmos estes dados à fundamentação teórica.

Para Bardin (1979, p.39) o analista é como um arqueólogo. Sendo assim, haverá sempre necessidade de buscar novos indícios e confrontá-los com o material já existente. Segundo o autor, os pesquisadores buscam sempre respostas para acontecimentos, tentando intervir de forma científica, aproximando-se do objeto de estudo e identificando elementos

que deem razão ao conjunto de ferramentas da pesquisa, fazendo inferência do nosso objeto de estudo com outros já analisados.

Portanto, essas representações de análises dos conteúdos proporcionaram-nos uma melhor interpretação dos fatos analisados, levando em consideração o processo de ensino-aprendizagem.

Cabe ressaltar que para alcançarmos os objetivos pretendidos, este nosso estudo buscou coletar dados através de observações espontâneas e entrevistas, sendo que estas ajudaram-nos coletar informações, esclarecer fatos e construir uma relação com o objeto estudado, e assim fazer uma análise com os dados coletados e confrontá-los com as informações obtidas.

> Constituída a partir de duas palavras, entre e vista. Visto refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. Este indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevistado refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas (RICHARDSON, 1985, p. 161).

A forma da entrevista que utilizamos foi a semiestruturada, que possibilita ao entrevistado uma maior interação com o entrevistador. Neste modelo de entrevista, as perguntas podem ser abertas ou fechadas e flexíveis, permitindo que o entrevistado sinta-se à vontade para falar sobre o tema. Segundo Minayo (2001), a entrevista é um instrumento privilegiado na pesquisa, pois permite ao pesquisador coletar informações sobre o objeto estudado através das falas dos pesquisados, dando condições de estruturar o que é transmitido durante sua realização.

Os dados coletados nesta pesquisa de campo foram fundamentais para analisarmos o nosso objeto de estudo. Através desses dados foi possível traçar um perfil dos alunos, dos professores, dos pais e da escola. Durante as observações e entrevistas, conseguimos ter uma maior compreensão sobre a temática, e sendo possível entender melhor as práticas pedagógicas.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da nossa pesquisa foram os professores da Escola Caminho do Saber, que trabalham com a inclusão de alunos.

Optamos em entrevistar quatro professores da escola pelo fato de estes estarem diretamente vinculados às práticas pedagógicas realizadas na escola. As entrevistas foram semiestruturadas e agendadas com antecedência, marcadas através do gestor da escola, e foram feitas na própria instituição, com duração de quarenta minutos cada uma.

A turma que observamos era composta dez alunos, dos quais três deles têm deficiência, dois deles têm síndrome de Down e a outra, autismo.

A primeira análise dos resultados da experiência foi importante para observarmos as atividades desenvolvidas em sala de aula, fornecendo informações e elementos importantes para a nossa temática.

Os dados obtidos no ano da realização da pesquisa (2010) trazem no seu total cinquenta e três alunos matriculados, dos quais trinta e seis têm algum tipo de deficiência.

E assim, fizemos descobertas que serviram como parâmetros para os nossos objetivos.

> Pesquisar o cotidiano escolar é, assim, um trabalho de busca de compreensão das táticas e uso que os professores desenvolvem no seu fazer pedagógico, penetrando astuciosamente e de modo peculiar a cada momento, no espaço do poder. Abdicando da busca de 'ver' a totalidade objetivo e paradigma de uma ciência que traz, embutida em si mesma, um necessário esquecimento e desconhecimento das práticas cotidianas complexas, plurais e diversos – esta metodologia da pesquisa pretende assumir a complexidade das práticas com suas trajetórias, ações, corpo e alma, redes e fazeres em permanente movimento (OLIVEIRA, 2001, p. 49-50).

Para a autora, esse cotidiano permite-nos observar uma realidade que muda dia após dia e aproxima o pesquisador do seu objeto ou estudo – através dos fragmentos, das falas, das ações e dos comportamentos, fazendo com que o investigador faça uma relação de todos os elementos encontrados durante a pesquisa.

Para esta pesquisa, inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico para que pudesse ser feita uma revisão bibliográfica sobre a temática. Para nosso marco teórico utilizamos autores como: Mantoan (2002), Carvalho (2008), Mittler (2003), Souza (2000), Souza (2005), Stainback & Stainback (1999), entre outros.

3.4 Passos metodológicos

Após leitura e fichamentos dos textos que fundamentaram este estudo, construímos o corpo teórico da pesquisa.

A partir dele pudemos conhecer o que já havia sido produzido sobre a temática e as limitações e possibilidades de novos estudos, o que nos fez a cada leitura compreender a relevância deste estudo e o desafio da sua construção, pois há muito sobre como efetivar a prática pedagógica inclusiva.

Em seguida, partimos para a coleta de dados. Identificamos os documentos necessários se conhecemos melhor a escola e sua comunidade escolar. Nessa oportunidade pudemos definir os envolvidos diretos da pesquisa (os entrevistados).

Aos poucos, construímos o panorama escolar, a partir das práticas observadas, informações adquiridas durante as entrevistas, documentos e projetos escolares, analisando-os diante da produção existente sobre a temática, regulamentos e leis que sustentam a modalidade da Educação Inclusiva no país e no estado. O conteúdo recebeu o trato de estudo de caso, tendo como referências metodológicas os estudos de Yin (1989), respaldados por outros teóricos de reconhecimento social citados neste capítulo.

Os resultados estão diluídos nos diferentes capítulos deste trabalho e representam a diversidade de reflexões sobre a temática e as implicações que demandam um estudo dessa natureza e a necessidade de novos empreendimentos teóricos sobre o saber fazer da prática pedagógica inclusiva.

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM COMPROMISSO QUE VAI ALÉM DA SALA DE AULA

4.1 A educação inclusiva em Sergipe

Em Sergipe, havia uma resistência com relação ao convívio das pessoas com deficiência, e quanto à escolarização, a dificuldade era maior. É tanto que somente a partir do século XVIII, o estado de Sergipe voltou sua atenção para a educação dessas pessoas. Segundo Souza (2005), no século XVIII, a educação das pessoas com deficiência tinha a intenção de prepará-las para desenvolverem atividades seculares, sendo que isto era feito de maneira isolada da sociedade.

Na década de 1950, a sociedade sergipana contava com um atendimento filantrópico para as pessoas com deficiência visual realizado pelo Serviço de Assistência à Mendicância (SAME), serviço fornecido pela igreja católica.

> A Escola de Cegos do SAME conta com doze alunos, todos já sabendo ler e escrever. Temos na biblioteca diversos livros em Braile que são lidos corretamente pelos alunos. Romances como A Moreninha, e outros que já são bem conhecidos de todos eles. Seria interessante que o povo de Aracaju se interessasse em visitar esta Escola, na sede do SAME, e verificar sua eficiência (SOUZA, 2007, p. 120)

E nesse contexto, em 1962, Sergipe atendia às pessoas com deficiência intelectual, auditiva e visual, funcionando com a ajuda de recursos públicos.

Souza (2005) afirma que em 1973 o Estado passa a ser responsável pela Educação Especial, o que se deu através de uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC). Nessa mesma década Sergipe conta com o apoio de outro centro de reabilitação atendendo especificamente a pessoas com deficiência. Trata-se da Sociedade de Reabilitação Rosa Azul, com um trabalho voltado para as crianças e adolescentes com deficiência.

Diante das transformações que aconteciam no país, as melhorias com relação à educação das pessoas com deficiência apareciam, mesmo que lentamente. O ano de 1981 foi

considerado o Ano Internacional do Deficiente, criando expectativas para as famílias e para as pessoas com deficiência.

> As nações do mundo foram movidas a dar atenção para a problemática dos deficientes, como já tinha sido feito nos anos anteriores para a criança e a mulher. No começo de cada ano, a euforia toma conta de cada país. Assim também se deu com os deficientes, que receberam um tratamento caridoso e não um atendimento que lhes desse oportunidade de participação na força de trabalho, embora tenha despertado iniciativas (SOUZA, 2005, p. 85).

Segundo Souza (2005) o tratamento dispensado às pessoas com deficiência era caracterizado pela caridade e assistencialismo. Os cuidados com estas pessoas estavam ligados à saúde, muitas vezes sendo rotulados como "frágeis", e 'incapazes" de interagir educacionalmente e frequentavam salas somente para pessoas com deficiência, fazendo trabalhos manuais.

Em 1989 é criado o Centro de Educação Especial João Cardoso do Nascimento Júnior, um marco na história da atenção à pessoa com deficiência na rede pública de Sergipe.

Na década de 1990, Sergipe é marcado pelo aumento do número de instituições que passam a trabalhar com a educação especial. Em 1991 é criada a Associação dos Surdos de Sergipe (ASSE) e no mesmo ano é criada a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe (APADA-SE).

Em 1995 são criados o Centro Educacional Jacques Lurseyran e a Associação de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil (APABB).

O ano de 1996 foi marcante para todo o Brasil com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que contempla em um dos seus artigos a educação para as pessoas com deficiência nas salas de ensino regular. Com a aprovação, vários teóricos voltam a atenção para um novo modelo educacional brasileiro. Surge então uma maior preocupação com a educação inclusiva.

Em 1997 os cidadãos sergipanos passam a contar com a Associação Sergipana de Equoterapia (ASE) e a Associação do Cidadão Down.

No ano de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) ressalta a importância de as escolas trabalharem com as diversidades, criando instituições inclusivas em que todos os alunos fossem atendidos e garantidos os seus direitos à educação.

Contudo, em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traça algumas diretrizes que garantem a todos os alunos com deficiência uma educação de qualidade e salientam sobre a adequação que as escolas precisam fazer para receber esses alunos.

> A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (BRASIL, 2008).

Quanto à distribuição dos alunos com deficiência matriculados nas salas regulares de ensino no estado de Sergipe, em 2010 registra-se um total de 1.225 pessoas. Acredita-se que com as políticas voltadas para a educação inclusiva, o crescimento do número das matrículas mostra que o estado está evoluindo, conforme demonstra o gráfico 3 adiante.

A partir dos dados coletados na DIEESP (Divisão de Educação Especial), através do SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica), pode-se verificar a realidade dos alunos com deficiência em salas regulares de ensino no estado de Sergipe em 2010.

Distribuição quantitativa dos alunos com deficiência no Estado de Sergipe em 2010.

Tabela 1: Caracterização das deficiências dos alunos das salas regulares

Tipos de deficiência	Matrículas do alunado em salas regulares
Deficiência intelectual	577
Deficiência auditiva	216
Síndrome de Down	02
Surdocegueira	02
Altas habilidades/Superdotação	07
Deficiência física	355
Transtornos globais de desenvolvimento	03
Autismo	05

Baixa visão	29
Cegueira	25
Deficiência múltipla	04
Total	1225

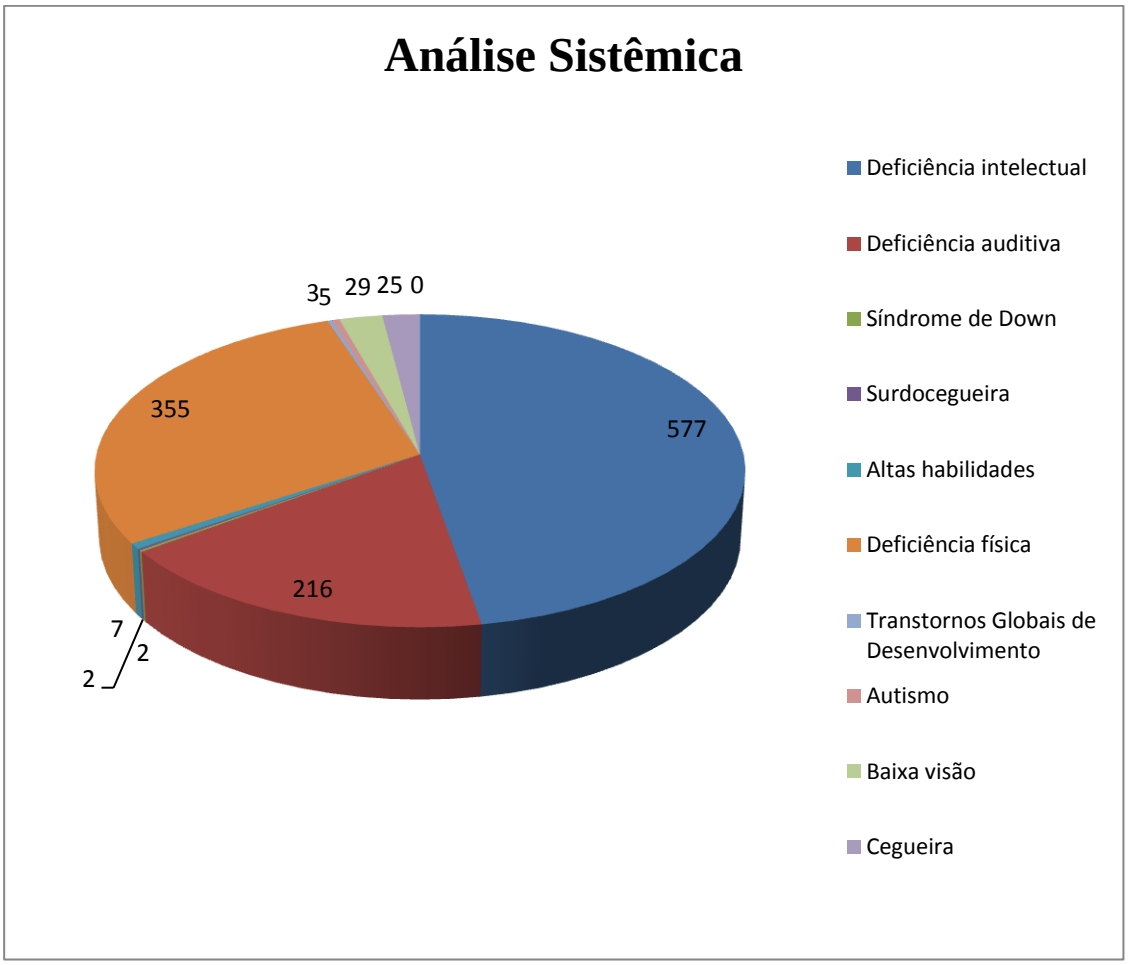
Fonte: Dados de 2010 fornecido pelo DIEESP.

Conforme essa tabela, o estado de Sergipe tem em seu quadro discente das escolas das redes regulares de ensino público 1225 alunos matriculados. No que se refere aos tipos de deficiência, a intelectual é a que prevalece quanto à matrícula, provocando uma maior atenção nas condições adequadas para que esses alunos permaneçam nas escolas.

Cabe ressaltar que, diante desse contexto, os objetivos da proposta inclusiva devem atender a esses alunos de maneira que impulsionem a oportunidades igualitárias e transformadoras.

Nesse sentido, é interessante que as escolas invistam no atendimento aos alunos. O quantitativo demonstra um avanço, mas não garante que o aproveitamento dos alunos seja satisfatório. Essas matrículas significam que, de certa forma, o quadro educacional está sendo modificado aos poucos e que isso condiciona o sistema de ensino a reflexões e atitudes que valorizem o indivíduo enquanto cidadão.

Gráfico 1 - Análise sistêmica



De acordo com esse quadro, é possível observar que as pessoas com deficiência intelectual são a maioria dentre os alunos incluídos nas salas regulares de ensino.

Contudo, isso não quer dizer que por serem maioria, todos sejam atendidos adequadamente, tendo em vista a escassez de profissionais qualificados que prestem um serviço adequado e que atendam de maneira satisfatória esses indivíduos, pois até o momento, em Sergipe, os alunos com deficiência intelectual, ainda não estão efetivamente incluídos nas escolas regulares de ensino. E assim como em todo o país, talvez todo o mundo, as práticas educativas ainda deixam muito a desejar. Ainda há mais perguntas do que respostas quando se refere à melhor metodologia, ao saber fazer pedagógico e à escola.

Em Sergipe, o tratamento dispensado aos alunos com deficiência teve um grande avanço na década de 1990. Vale lembrar que os resultados de hoje já são correspondentes a processos políticos e sociais que norteavam este tema durante décadas para reconhecer que os alunos com deficiência têm o direito à escolarização e à participação na vida social.

Dentro desse contexto, em 1991 uma escola da rede particular de ensino se torna pioneira em receber alunos com deficiência na perspectiva da educação inclusiva. Trata-se da Escola Caminho do Saber, que foi considerada um marco em relação a essa modalidade de ensino nas escolas particulares de Aracaju e tem como um dos seus objetivos promover a formação intelectual e moral dos alunos.

Para assegurar o trabalho com a educação inclusiva, a Escola Caminho do Saber tem em seu projeto político pedagógico definições para orientar a equipe pedagógica e professores quanto ao atendimento aos alunos. Suas práticas pedagógicas são realizadas através de um método chamado Matrizes de Referência, o qual encontrado pela instituição para identificar o desenvolvimento do aluno. Este método permite que o professor avalie o desenvolvimento do aluno em cada tarefa proposta por este.

Assim, no que se refere à educação inclusiva na rede regular de ensino particular, essa escola continua atuando com esta proposta, sendo, pois, escolhida para a realização de nossa pesquisa.

4.2 Caracterização da escola

A Escola Caminho do Saber é um estabelecimento de ensino da iniciativa privada localizado no centro da cidade de Aracaju. Esta instituição deu início ao seu processo inclusivo no ano de 1991, quando uma mãe não conseguia matricular o seu filho, com paralisia cerebral nas escolas regulares. Esta mãe foi orientada por uma neuropediatra no sentido que essa criança frequentasse uma escola inclusiva, procurando a direção da escola, matriculou o seu filho no mesmo ano, tornando-se o primeiro aluno com deficiência do Caminho do Saber. Através desse acolhimento, outros pais procuraram a escola e matricularam seus filhos e esta passou a ser referência na cidade, tornando-se a primeira escola particular inclusiva de Aracaju.

A escola é dirigida por uma professora, sendo o seu quadro técnico composto por uma orientadora educacional, uma psicopedagoga e uma secretária.

O quadro docente é composto de 13 professores, nenhum estagiário, e tem cinquenta e três alunos matriculados, sendo que 36 dos quais apresentam algum tipo de deficiência. O quadro de pessoal de apoio é formado por dois serventes e um vigilante.

A instituição trabalha com a educação infantil e o ensino fundamental, funcionando nos turno matutino e vespertino, as aulas são desenvolvidas de maneira prática.

Quanto à estrutura física, a escola tem dois pavimentos, contendo doze salas, das quais, uma tem a função de guardar os materiais didáticos. Cada sala de aula contém um quadro, um bebedouro e um banheiro. O acervo da biblioteca tem cerca de mil e novecentos livros. No térreo está a sala dos professores, a diretoria e a secretaria, abrangendo uma área de seiscentos metros quadrados. O prédio é também utilizado para recreações e realizações de eventos.

Na área da recreação há quatro balanços e dois escorregadores. As paredes são revestidas e há uma área coberta, uma sala para reuniões, um refeitório, uma cozinha, uma despensa, um almoxarifado, uma sala de vídeo e um laboratório com quatro computadores.

A escola não tem nenhum professor com formação em educação especial, mas segundo a diretora, os docentes participam de cursos de atualização a fim de adquirir conhecimento e suporte para desenvolver novas estratégias na sala de aula.

Quanto à acessibilidade, a escola tem rampa de acesso para as pessoas com dificuldades de locomoção. Há materiais em Braille para deficientes visuais, mas não há impressora Braille, para os deficientes auditivos o Caminho do Saber conta com um intérprete e dois professores que ensinam LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

Durante as observações, percebemos que a escola precisa de uma sala para estimulação precoce e uma sala para o atendimento educacional especializado, a fim de que os alunos possam ter um acompanhamento individualizado.

Como a pesquisa está focada nas práticas pedagógicas de educação inclusiva na Escola Caminho do Saber, nossa pesquisa buscou coletar dados e analisar as práticas pedagógicas de quatro professores dessa instituição.

Os instrumentos da coleta de dados utilizados foram: entrevistas semiestruturadas dirigidas aos sujeitos do estudo, observações e análises de documentos oficiais arquivados na escola.

A partir da análise dos dados obtidos serão apresentados os resultados encontrados ao longo da pesquisa. Entre os documentos analisados na escola, um teve maior relevância quanto às práticas desenvolvidas pela instituição, dando a esta pesquisa um respaldo em relação ao objeto de estudo.

O projeto político pedagógico da escola está voltado para o desenvolvimento do cidadão e a construção do seu conhecimento. O seu objetivo é "associar as competências cognitivas aos conteúdos curriculares para que haja a construção do saber". A escola tem um método chamado matrizes de referências, que aborda o assunto a ser estudado, dando informações sobre as competências e habilidades a serem atingidas na disciplina. A partir daí os alunos são acompanhados pelos professores, sendo posteriormente avaliados.

O professor observará a especificidade de cada matéria e conteúdo, podendo assim diagnosticar a individualidade de cada aluno, respeitando o momento de cada um. Na perspectiva cognitiva da escola, a construção de certas competências está relacionada com algumas operações mentais, como:

- Observação de "todos" que permitem: operações reversíveis (soma/subtração, potencialização/radiciação, etc.);
- Divisão do todo em partes (fração, números decimais);
- Relações diversificadas entre partes e de um texto (reprodução da ordem dos parágrafos, inferência da ideia central do texto; e apreensão de tributos e propriedades comuns (classificação de figuras bidimensionais e tridimensionais, identificação da tese e argumentos, cenário e personagens).

Cada matriz de referência traz descritores que servem para observar o nível de cada aluno, através de suas capacidades na execução de atividades individuais e coletivas. Durante as observações, os professores tentam ilustrar os acontecimentos, processando as informações, de acordo com a realidade cognitiva dos alunos, elaborando ações educacionais que propiciem resultados adequados à realidade da educação inclusiva.

4.3 Avaliação

Para o critério da avaliação, a escola tem a preocupação de articular os descritores[6] com as provas para que os alunos possam alcançar realmente o conhecimento e o professor observar qual o nível em que eles estão. Os descritores são selecionados para que sejam

[6] Descritores são associações entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidas pelo aluno que traduzem certas competências e habilidades.

refletidas as operações mentais e verificar se o ciclo da aprendizagem está realmente sendo alcançado.

Sendo a avaliação um instrumento que visa buscar resultados pedagógicos através das análises da prática em sala de aula com as análises teórica, o professor escolhe qual a melhor estratégia para ser utilizada e observa, se o processo educacional está evoluindo.

Portanto, para os alunos que não conseguem atingir um nível por algum fator comprometedor, os pais são convocados pela escola para ficar cientes do que está acontecendo, a fim de que, a partir daí, ele possa participar do SCSB, Sistema para Construção dos Saberes Básicos, que a escola disponibiliza para que as crianças consigam superar qualquer tipo de problema que esteja impedindo o seu avanço.

O SCSB é um conjunto de atividades dirigidas, acompanhadas por monitores e os assuntos são paralelos ao curso regular. Estas atividades de reforço levam em conta os conteúdos, o desenvolvimento pedagógico juntamente com as participações em sala de aula.

Na educação infantil os alunos com deficiência são avaliados de acordo com o avanço que vão demonstrando no decorrer do ano. A prova é diferenciada, mas o assunto trabalhado é o mesmo do que toda a turma está acompanhando; a diferença é que eles identificam desenhos de acordo com o tema e escrevem ao lado da figura o que significam, e a escola vai e preservando essas avaliações para no final do ano fazer uma relação do que progrediu, o que resulta na montagem de um caderno que ao término do ano letivo é entregue aos pais.

No ensino fundamental as “notas” são construídas de acordo com o SPA, Sistema de Pontos Adicionados através do qual a participação do aluno nas práticas de aprendizagem (PA) que são feitas diariamente é um componente de fundamental importância, sendo a disciplina outro fator determinante utilizado pela escola.

Logo, a nota final é a soma de PA + D + AV, onde AV é a avaliação dos conteúdos regulares da série, PA são as atividades dirigidas pelo professor no decorrer da unidade e servem para garantir que o aluno se desenvolva e construa o seu conhecimento e D significa disciplina, que ajuda o aluno a refletir a questão do respeito mútuo, limites, valores e Cidadania.

A escola usa o processo avaliativo não para excluir, mas para detectar situações em que os alunos possam ser ajudados e consigam acompanhar o padrão que a ela tem. A instituição o aluno pelo seu desenvolvimento integral, não através da nota, e é necessário que o professor estabeleça um padrão que não marginalize ninguém.

> O que ocorre na prática da avaliação educacional escolar é que dificilmente os professores definem com clareza, no ato do planejamento de ensino, qual é o padrão de qualidade que se espera da conduta do aluno, depois de submetido a uma determinada aprendizagem (LUCKESI, 2001, p. 72).

Dessa forma, a escola deve usar métodos através dos quais o aluno compreenda qual a função da avaliação para que, esta não seja uma força que exclua e selecione os alunos que desenvolvam com mais facilidade as suas competências. É preciso que a escola entenda que cada aluno tem a sua maneira e o seu tempo de aprender, e que o saber proposto pela instituição faça-o compreender quais objetivos têm de alcançar.

4.4 Os objetivos específicos da escola

A Escola Caminho do Saber tem objetivos específicos que servem para orientar todas as partes envolvidas com a inclusão, direcionar as atividades e ajudar na convivência escolar.

> Art.3º Tendo em vista os fins da educação nacional e os objetivos gerais do ensino fundamental a Escola Caminho do Saber propõe-se a alcançar os seguintes objetivos:
> I – Integrar os educandos no seio da sociedade;
> II- Proporcionar a formação da criança, variando em conteúdos e métodos, segundo as fases de seu desenvolvimento;
> III- promover o estudo da língua como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira;
> IV- Promover a formação moral e intelectual do educando;
> V- motivar a capacidade para apreciar os valores estéticos e desenvolver aptidões artísticas;
> VI- Dar ao educando condições para uma sadia recreação e um bom aproveitamento do tempo livre;
> VII- Levar ao aluno a amar a Deus e ao próximo, através de uma formação religiosa;
> VIII- Orientar e estimular o desenvolvimento harmônico e integral da criança na idade pré-escolar a partir de sua evolução natural;
> IX- Despertar e desenvolver a expressão criadora da criança e sua sociabilidade traduzida na formação de hábitos sadios e habilidades próprias da idade infantil. (DOCUMENTO OFICIAL DA ESCOLA CAMINHO DO SABER, 1991).

Esses objetivos específicos da escola servem para estabelecer uma organização que dinamiza e norteia as ações vivenciadas por todos os envolvidos no contexto escolar.

4.5 Os professores frente à educação inclusiva

Diante de várias mudanças em relação à educação, o professor é o mais cobrado quanto à educação dos alunos com deficiência, sendo que a educação inclusiva é de responsabilidade de todos da escola e da sociedade.

De acordo com o interesse de nossa pesquisa foram feitas entrevistas para entendermos melhor as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes na sala de aula.

Agrupamos as perguntas que fizemos aos entrevistados de acordo com o especificado, a seguir:

1) Como é trabalhar com a educação inclusiva?

2) Qual a formação acadêmica dos professores da escola?

3) Como você descreveria as reuniões pedagógicas realizadas na escola?

4) No contexto escolar atual qual o papel do professor na educação inclusiva?

Essa análise será feita com os nomes dos professores identificados por letras para preservar as suas imagens, uma vez que responderam às entrevistas e que muito contribuíram para a realização de nossa pesquisa.

1) Como é trabalhar com a educação inclusiva?

Trabalhar com essa modalidade de educação leva-nos a entender que a educação é um desafio constante e que cabe a nos buscarmos meios para alcançarmos a melhor maneira de realizá-la.

Nas salas de aula aprendemos a trabalhar com uma turma homogênea. Só que na pratica é bem diferente, as necessidades de resolvermos situações e problemas contribuem para estabelecermos relações com outros indivíduos e aprendermos que todos são diferentes e que a diversidade é uma realidade.

PROFESSOR A

Eu nunca imaginei trabalhar com crianças especiais. Achava que era uma coisa impossível para mim. Eu não tinha formação acadêmica e confesso que queria desistir,

> mas fui aprendendo e me dedicando, hoje estou na faculdade e me sinto mais preparada para trabalhar com a inclusão.

É notável que essa professora buscou o conhecimento para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem e com isso se manter confiante quanto à sala de aula e, sobretudo procurar conhecer mais sobre a temática para se manter informada e interada. Segundo Oliveira (1997) na concepção de Vygotsky, a aprendizagem está relacionada ao meio sócio-cultural do qual o indivíduo faz parte. Ele acredita que esta relação parte do contato do indivíduo com outros de sua espécie, desenvolvendo assim um processo na construção das funções psicológicas.

Conforme a autora, para Vygotsky, o desenvolvimento individual é atribuído ao sujeito juntamente com o coletivo, a fim de que estes possam enfrentar situações e obstáculos e assim criar meios para resolvê-los.

Para Vygotsky, o contato de um aprendiz com um grupo mais experiente facilita no aprendizado, trazendo uma orientação e produzindo ações em que o indivíduo possa avançar.

Para Freitas (2002) à medida que Vygotsky relaciona a aprendizagem ao processo social, cria perspectivas com relação ao papel social da escola. Dessa forma, Oliveira (1997) entende que a escola tem um papel fundamental para o aluno, mas essa autora entende que é preciso que a instituição tenha objetivos concretos para fazer com que os alunos alcancem estágios psicológicos que permitam a descoberta de novas habilidades e novas conquistas.

A perspectiva da inclusão é baseada no sentido de que os alunos com deficiência em contato com outros alunos possam alcançar uma esfera social e educacional satisfatória. Assim sendo, a intervenção pedagógica na educação inclusiva vai determinar qual postura a escola vai adotar para trabalhar com a diversidade e com o coletivo.

Na proposta da inclusão a escola deve desenvolver um currículo que dê suporte tanto para os alunos, quanto para os professores, que as ações sejam democráticas e que estabeleçam um projeto pedagógico que favoreça a todos.

Para essa proposta é necessário que a escola reflita sobre a sua postura, suas práticas, na sua avaliação e o que poderia ser viável para preparar os professores.

PROFESSOR C

"Quando chegamos à escola eu só tinha o nível médio e busquei conhecimento, hoje terminei a graduação, já estou me especializando e continuo aqui na escola".

> O professor moderno não valoriza somente o legado teórico, mas sabe fazer da prática trajetória de reconstrução do conhecimento, desde que saiba teorizar. Teorizar a prática significa não separar a produção do conhecimento frente à realidade, como se para estudar fosse mister deixar o mundo e ir para a Universidade. Na verdade, a aprendizagem sempre começa com a prática que logo é teoricamente confrontada [...] É neste sentido que se diz ser a prática disciplina curricular desde o primeiro semestre, desde que devidamente teorizada [...] A prática não desvaloriza a teoria. Ao contrário, se bem posta a exige na outra ponta, e vice-versa [...] (DEMO, 2004, p. 82-83).

O autor citado salienta que a teoria e a prática se complementam para tornar possível o trabalho docente e que no ensino superior os alunos tenham aulas práticas desde o início do curso e que a parte teórica faça uma correlação com a concretização.

É notório que o perfil do professor deve ser discutido. Se existe a inclusão, é fato o comprometimento das escolas e dos professores. De início eles trabalham com a experiência que já têm, mas com o cotidiano vão percebendo que é preciso aprender mais para acompanhar a contemporaneidade.

2) Com relação à formação dos professores da escola?

PROFESSOR B

"A formação acadêmica é necessária em qualquer área, principalmente a nossa que esta ligada diretamente à transmissão de conhecimento. Enquanto tentamos buscar dinâmicas para trabalhar com a inclusão, erramos muito eu achava que os ensinos da universidade na prática era bem mais complicado".

Na escola onde realizamos nossa pesquisa, observamos que os professores acreditam na proposta inclusiva, mas precisam romper e acompanhar as mudanças na educação. O modelo que ela trabalha ainda está muito confuso, uma vez que em seu projeto político pedagógico é elaborado para atender a todos, mas em sua prática não é bem assim.

Partindo do pressuposto da inclusão, a instituição já deveria ter professores mais qualificados e uma sala de recursos com tecnologias assistivas para contemplar o ensino daqueles alunos que precisam de um acompanhamento complementar. Quanto à formação dos professores, não há nenhum com nível superior em educação inclusiva ou especial. Eles participam de cursos de capacitação para enfrentar os desafios diários.

Aliado a isso, a escola vive um momento frágil. A cada ano os pais estão desacreditados com relação à inclusão. O número de alunos vem diminuindo a cada ano que passa e a preocupação da direção da escola já é visível.

Os professores que entrevistamos reconhecem que para trabalhar com a educação inclusiva é preciso que haja uma equipe multidisciplinar para ajudar os professores em seu cotidiano e que os projetos sejam flexíveis quanto a sua execução. Na escola não há essa equipe. São os próprios professores que discutem tudo que vai ser realizado e executado e isso faz com que eles muitas vezes se sintam angustiados.

PROFESSOR A

> "As reuniões para mim são um momento de troca de experiências e dão a oportunidade para melhorarmos enquanto educamos".
> As reuniões pedagógicas são momentos de interação entre os professores e a coordenação pedagógica e esse trabalho em equipe traz cooperação constituindo atitudes que intervêm na comunicação dos envolvidos neste processo e possibilita as discussões em favor de desenvolver um bom trabalho educacional.

PROFESSOR B

> "Nas reuniões falamos dos avanços e /ou das dificuldades durante o ano, e o bom é que o currículo é flexível tornando possível mudança".

Por outro lado, observamos em reuniões realizadas na escola, durante nossa pesquisa, a carência de sistematização para as realizações das atividades. Nesse cenário, sentimos que a instituição precisava acompanhar o processo da inclusão e necessitava de um projeto que envolvesse a todos, objetivando uma concretização e a permanência dos alunos com deficiência na escola.

PROFESSOR C

> "A minha dificuldade era que as reuniões eram feitas aos sábados e eu não concordava com isso, mas este ano elas acontecem na sexta-feira e conta com a presença de um número maior de professores".

PROFESSOR D

> "As reuniões norteiam o que vai ser executado durante o ano letivo, levando em consideração que mudanças podem ocorrer".

Durante a organização dessas entrevistas foi possível observar que os professores valorizam essa proposta de educação e entendem que há necessidades de ações e serviços voltados para tal modalidade a fim de oferecer aos alunos um atendimento pedagógico que perpasse pela transformação social.

Segundo eles, a convivência social e o desenvolvimento educacional são visíveis, pois mesmo com tantas dificuldades os alunos conseguem aprender e desenvolver-se enquanto cidadãos.

A construção do conhecimento e da personalidade é desenvolvida através da convivência, e é a partir desta condição que aprendemos a superar obstáculos; e diante dessas estruturas entendemos que todos nós somos capazes e que as pessoas com deficiência podem aprender independentemente de sua capacidade física, motora ou sensorial.

Todavia, para desenvolver a aprendizagem, é preciso que haja todo um contexto favorável para atender às expectativas dos alunos e suas limitações.

PROFESSOR D

> "Existe muita dificuldade no professor do século XXI. Hoje nós somos facilitadores de conhecimento e temos uma visão holística do aluno; somos mais atentos; e entendo que o caminho para que a educação dê certo é o respeito mútuo".

Em nossa pesquisa, observamos que os professores através do seu convívio com a inclusão, admitem que é necessária a busca do conhecimento constante, uma formação que venha enriquecer o seu cotidiano e acreditar que a educação transforma e é um direito de todos e que é ela responsabilidade dos governantes, das famílias, dos professores e da comunidade.

PROFESSOR B

> "A nova proposta educacional contempla a participação de todos na sala de aula e não apenas de alguns".

Contudo, observamos que a deficiência muitas vezes é ignorada, e não é este o foco da educação inclusiva. O aluno tem que ser aceito como é, e a escola não pode deixar de enxergar que a deficiência existe e querer tornar o aluno como uma criança sem deficiência.

Outra dificuldade que observamos deu-se foi no desenvolvimento das atividades. Geralmente, o aluno com deficiência necessita de mais atenção e é atendido sempre primeiro. Muitas vezes não é entendido por alguns de seus colegas. Mas, à medida que o ano letivo foi transcorrendo, o convívio foi ficando mais intenso e isto deixou de ser uma implicância e trouxe à tona um outro sentimento, o de colaboração e respeito entre os alunos,assim, e uns começaram a ajudar os outros.

PROFESSOR C

"Hoje nós somos mais cobrados pela sociedade. Acho que antigamente éramos mais respeitados. Quando à educação inclusiva, ainda há muitas barreiras para mim, mas procuro apoio com a equipe pedagógicas, da escola e aprendo com o dia a dia".

Percebemos que os entrevistados mostraram-se um pouco inseguros e demonstraram que necessitam de um apoio constante da equipe pedagógica. Eles demonstram que contribuem para uma aprendizagem satisfatória, mas reconhecem que o entrosamento do cotidiano faz com que sejam profissionais melhores, e que o maior aprendizado é a experiência com os alunos e os demais profissionais. Alegam ainda que uma das maiores barreiras é colocar em prática as propostas inclusivas na sala de aula, tendo em vista que a falta de alguns recursos didáticos inviabiliza a intenção dos professores e estes se sentem responsáveis por um bom resultado, e quando não conseguem se sentem-se frustrados e muitas vezes incapacitados.

> Com relação aos transtornos em função do trabalho de inclusão, verificamos que as soluções para os possíveis problemas vão sendo minimizados ou resolvidos durante o ano letivo. As experiências dos professores com relação à aprendizagem ao convívio com os outros colegas vão diminuindo. Com o tempo, ele percebe que os problemas surgem pelo fato de existir um grupo que trabalha em meio a toda contingência humana, e não pela existência de alunos com N. E. E na sua sala (SOUZA, 2000).

Tomando como um disparador de discussões, optamos por fazer esta pesquisa observando o cotidiano na escola e as práticas pedagógicas que são desenvolvias com os alunos que têm deficiência nas salas regulares. Isso nos permitiu acompanhar as relações sociais do aluno e analisar as ideias de inclusão que a escola trabalha a trajetória dos alunos ao longo do trabalho, as dificuldades e os conflitos.

4.6 A relação dos alunos uns com os outros

As manifestações de comportamento em qualquer ambiente dependem exclusivamente do que as pessoas buscam e esperam daquele lugar. Na escola, este processo não é diferente, pois nela existem pessoas com diferentes culturas e crenças, mas procurando alcançar objetivos que a educação pode concretizar.

Conforme Vygotsky (1989), as atividades escolares são oportunidades de os alunos desenvolverem uma interação uns com os outros, despertando uma relação na qual todos possam aprender e contribuir para a construção do conhecimento.

Na educação inclusiva os princípios norteadores são o respeito mútuo, a cooperação e a aceitação da pessoa como ela é. O estímulo para se ter um bom convívio na escola é justamente este desejo que todos nós temos: é a vontade de sermos felizes e de nos realizarmos individualmente. No ambiente escolar temos oportunidades de entendermos uns aos outros e de descobrirmos quais as nossas dificuldades e limitações e o que podemos oferecer para que o outro indivíduo se sinta bem.

Apesar de envolver processos biológicos, a deficiência não pode ser utilizada como pretexto de limitação para o desenvolvimento do indivíduo, uma vez que se este for socialmente dirigido poderá ter um resultado positivo, em função de ações pedagógicas coordenadas, que promovam à inclusão a pessoa com deficiência na esfera educacional.

Durante o ano letivo os problemas vão surgindo e nós juntamente com os alunos, vamos tentando solucioná-los e assim descobrindo que somos capazes de solucionar problemas e enfrentar as dificuldades. Com relação ao convívio dos alunos, o curioso é que eles têm a facilidade de aceitar o colega como este é, embora às vezes surjam algumas perguntas do tipo “por que o coleguinha nasceu assim”? Mas nada discriminatório ou preconceituoso; apenas curiosidade.

Esses problemas servem para estimular os envolvidos no processo da inclusão a criar estratégias que potencializem os indivíduos a despertarem os seus conhecimentos, garantido novas conquistas na esfera social.

No campo de pesquisa observamos, de maneira positiva, essa relação dos alunos. As atitudes de uns para com os outros são de uma atenção genuína. Eles são tão envolvidos uns com os outros que o que podemos observar é o aprendizado e a oportunidade de crescer

enquanto seres humanos. A visão que nós temos como professores é que essa convivência é muito significativa para a construção da história de cada um.

Os alunos são motivados a realizar tarefas juntos, participarem das atividades extraclasses e dos eventos da escola. E literalmente falando, o entusiasmo deles é contagiante e o avanço é visível. Estes incentivos são colocados para que as aptidões e as competências sejam desenvolvidas com êxito para todos nesse processo inclusivo.

4.7 As perspectivas dos pais em face da inclusão

Para a entrevista com os pais foram analisadas as respostas levando em consideração suas expectativas com relação ao sentimento do filho pela escola.

Observamos as respostas de pais com filhos com deficiência e pais com filho que não tem deficiência.

PAI-4

> "As crianças não têm preconceito; isso é coisa de adulto. Acho muito bom meu filho interagir com os colegas da escola. Ele conta em casa as brincadeiras e o seu dia a dia, e sinto que ele tem muita afetividade com a turma e isso para mim é muito gratificante. Eu estou percebendo que ele está mais independente e realizando as atividades com mais atenção e compromisso."

Os pais que entrevistamos demonstram satisfação com relação ao fato de seu filho estar em uma escola inclusiva. Para eles o preconceito não existe entre as crianças. Sendo assim, a convivência é tão natural que as crianças muitas vezes se comportam melhor que um adulto. Os pais afirmam que o relacionamento dos filhos com os professores e com os colegas é de respeito e de cooperação, e que o desenvolvimento dos seus filhos vem crescendo a cada ano letivo concluído.

PAI – 1

> "Desde que matriculei meu filho na Escola Caminho do Saber, percebo que ele tem avançado muito, que gosta da escola e dos colegas. No início fiquei preocupado, por se tratar de uma experiência nova eu me questionava se iria dar certo. Foi quando fiz uma visita à escola e isso me tranquilizou bastante. Gostei do jeito como as crianças eram valorizadas e hoje sei que fiz a coisa certa".

Esse relato é de um pai de uma criança com deficiência, o qual foi orientado por um especialista a matricular o seu filho em uma escola de ensino regular e ele temia porque era a primeira vez que o filho ia à escola e ele buscava um ambiente que aceitasse conviver com o seu filho sem enfatizar a sua deficiência.

Os pais entrevistados apontam o papel do professor na sala de aula como uma ponte que serve para acreditar nos alunos, e em suas habilidades, enfatizar a visão educacional e não associar a deficiência a uma patologia.

PAI-3

> "Acredito que todos nós podemos aprender juntos, para mim se a escola for inclusiva ou não o mais importante é sabermos que somos diferentes e temos limitações, podendo estas serem físicas ou não. O que considero como fundamental é que o aluno goste do ambiente escolar e que este espaço esteja estruturado para fazer um bom trabalho com todos os alunos."

Esse pai acredita que as escolas devem estar preparadas para promover um bom trabalho com todos os alunos, independentemente de ser inclusiva ou não. Para que o aluno se sinta bem na escola é necessário que ela seja atrativa e apresente meios para que os alunos consigam ter condições adequadas para desenvolver as suas competências.

A perspectiva dos pais é de que o processo de inclusão continue sendo promovido pela escola e que esta possa trabalhar de forma que os alunos se tornem independentes e acreditem que são capazes de superar obstáculos, vençam as dificuldades, desenvolvam as atividades propostas em sala de aula e extraclasse e desenvolva um respeito mútuo pelos professores e colegas.

A totalidade dos entrevistados acredita na inclusão e acha necessário que as escolas, tanto particulares quanto públicas, comecem a trabalhar de forma que atendam a todos os alunos levando-os mesmo independente de deficiência ou não, a desenvolverem atividades, beneficiando-se da grandeza de conhecimentos que uma escola pode proporcionar, e de forma espontânea sensibilizando-os para o fato de que todos nós somos diferentes e que é diante da diversidade que nós conhecemos melhor e podemos desenvolver sentimentos nobres capazes de nos ajudar a sermos indivíduos que respeitem melhor os semelhantes, socializem-se de maneira humanista e que possam estar flexíveis diante das mudanças.

É através da socialização que as atitudes, opiniões, pensamentos e ideologias vão sendo formados, tornando possíveis as relações sociais entre os indivíduos, quando estão interagindo uns com os outros, ou individualmente.

PAI-2

> "Quando matriculei meu filho já sabia que era uma escola inclusiva, mas eu já estava ficando preocupado pala quantidade de alunos com deficiência na escola. A minha preocupação era de a escola deixar de ser inclusiva e se tornar uma escola só para crianças com deficiência, confesso que pensei em retirar o meu filho, mas em uma das reuniões de pais eu me dei conta de que estava sendo preconceituoso".

O desconforto desse pai era com a evolução de seu filho. Muitas vezes ele achava que no convívio com muitas crianças com deficiência o seu filho não iria se desenvolver e isso iria causar-lhe um grande prejuízo no futuro.

Diante disso, entende-se que para que sejam alcançadas as habilidades desejadas entre os alunos com deficiência, devem ser desenvolvidos recursos (atividades e materiais) compatíveis com a sua deficiência. Isso fará com que esses alunos, mesmo sabendo de suas limitações, percebam que são capazes de desenvolver as mesmas atividades propostas pelos professores, independentemente dos obstáculos.

No decorrer da pesquisa, observamos que o processo de inclusão dos alunos com deficiência que vai além da exigência da Lei 9394/96, descrita no capítulo V, tendo em vista que os envolvidos na estrutura educacional não tiveram suporte nem estrutura física para oferecer uma educação de qualidade aos alunos, o que gerou de certa forma um desafio para os professores que tiveram de desenvolver dinâmicas para que o ensino fosse proveitoso, gerando assim um desconforto nas relações interpessoais, como também nas relações sociais, criando, de certa forma, uma expectativa para os pais dos alunos que acreditam na inclusão e veem o professor como um viabilizador nesse processo.

Para concluir este tópico, vale a pena ressaltar que os pais entrevistados acreditam muito na educação inclusiva, e de certa forma as visões médica e paternalista já não cabem mais na mudança por que a educação vem passando. Observamos que ainda há muito para ser alcançado. Mas de maneira geral os avanços que os alunos demonstram no decorrer das etapas que vão concluindo ratifiquem a ideia de que é necessário criar programas educativos que reforcem a ideia de que a escola deve estar veiculada ao mercado de trabalho, para que os projetos sejam elaborados com a intenção de colocar estas pessoas numa postura

globalizada, tendo uma visão de futuro e atingindo seus objetivos independentemente de limitações.

4.8 A escola e o seu comportamento diante da inclusão

A Escola Caminho do Saber, que teve a iniciativa de trabalhar com a inclusão na década de 1990, é uma das poucas escolas particulares com esta proposta.

"A Escola Caminho do Saber tem um projeto que vem sendo desenvolvido nos últimos anos e, apesar das dificuldades com a complexidade da inclusão, vem recebendo um conceito satisfatório da sociedade" (SOUZA, 2005, p. 111).

Ao longo destes anos essa instituição garantiu a concretização da aprendizagem. Mesmo com muitas dificuldades, trabalhou enfrentando o preconceito contra os alunos com deficiência, sentimento que muitas vezes partia da própria família

> A despeito de ser um processo difícil, complexo, porque atrita-se contra ideologias, conceitos e preconceitos referentes à pessoa humana, o ganho no processo dá-se para todas as partes envolvidas. É o que verificamos analisando a experiência de inclusão na Escola Caminho do Saber (SOUZA, 2000, p. 119).

Segundo a autora, apesar de ser uma temática complexa dentro desta proposta, há de se considerar que todos os envolvidos nesse processo podem desenvolver habilidades e despertar para valores e conquistas que contribuam para a socialização de todos, mostrando que a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular pode gerar um resultado bastante satisfatório.

O entusiasmo por parte da escola foi ganhando espaço e reconhecimento de um trabalho inovador, e sob a influência da perspectiva da inclusão a instituição foi desenvolvendo estratégias para trabalhar com essas crianças.

Os professores que estavam na escola desde o início desta mudança não tinham graduação específica nessa área e tiveram que aprender a trabalhar com esses alunos no cotidiano.

> Na experiência da Escola Caminho do Saber, todo o pessoal admitido para docência chegou, e chega sem a menor reflexão sobre o trabalho com os indivíduos N.E.E. Portanto, chegou desinformado e embebido no preconceito, a despeito da maioria estar, ou já ter freqüentado os bancos universitários (SOUZA, 2000, p. 114).

O perfil dos professores na educação inclusiva é um tema bastante discutido e que merece atenção. Eles são alguns dos agentes diretos nesse processo; sendo assim cabe-lhes buscar o conhecimento para adequar-se juntamente com as escolas às propostas inclusivas.

> O professor contemporâneo deve associar dois aspectos importantes: o intelectual e o profissional, mas, para isto é necessário que os cursos no ensino superior elaborem currículos e programas que venham valorizar os educadores enquanto profissional preparando-os para as transformações educacionais (PIMENTA, 2002, p. 131).

Os professores da Escola Caminho do Saber, conforme suas respostas às entrevista se mostram-se abertos para aperfeiçoar seus conhecimentos, mas as dificuldades financeiras e a falta de tempo são uns dos elementos que obstaculizam a vida deles. Como salienta Souza (2000) os professores da Escola Caminho do Saber sentiam-se inseguros quando começaram a trabalhar com a inclusão. Muitos até estabeleceram um limite máximo para se trabalhar com esses alunos. Segundo essa autora, os professores só queriam trabalhar até a terceira série do ensino fundamental.

Atualmente, a escola passa por sérios problemas. É lastimável ver a Escola Caminho do Saber, um modelo de inovação e dedicação, não estar conseguindo acompanhar a evolução que a temática exige, e essas dificuldades já estão comprometendo a instituição até no número de alunos. A cada ano letivo que se inicia a quantidade de alunos matriculados diminui, provocando uma preocupação por parte dos envolvidos com a escola.

As instalações físicas estão precisando de reparos, tendo em vista que as salas são muito pequenas e com pouca ventilação e há uma escassez dos recursos pedagógicos para trabalhar com os alunos que têm algum tipo de deficiência.

A instituição está passando por um momento de crise de identidade, os alunos com deficiência já ultrapassam os cinquenta por cento dos matriculados e os pais de crianças sem deficiência já demonstram preocupação com relação ao desenvolvimento dos seus filhos e o futuro da escola.

O receio dos pais era que a escola deixasse de ser inclusiva e se tornasse uma escola especial. Na oportunidade, a diretora começou um trabalho de conscientização e informação aos pais de que nenhum aluno seria prejudicado em seu desenvolvimento, e através deste diálogo com os pais ela conseguiu que muitos alunos permanecessem na escola.

Para nosso estudo foi escolhida espontaneamente uma turma do segundo ano do ensino fundamental, com oito alunos, dois dos quais têm com síndrome de Down e um tem autismo.

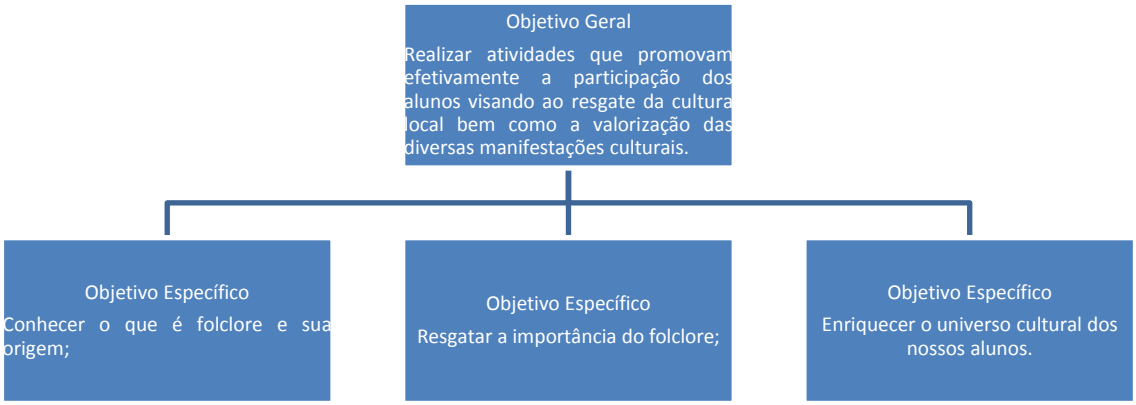
Durante as visitas observamos as práticas pedagógicas que as professoras desenvolviam em sala de aula.

Na sala de aula tinha duas professoras, uma graduada em pedagogia e a auxiliar que está em formação. As observações foram feitas no período matutino.

Durante nossas observações os alunos estavam desenvolvendo um projeto do Folclore, cujas atividades foram elaboradas para que todos participassem. Foi um momento muito proveitoso.

Os objetivos do Projeto "O Resgate do Nosso Folclore" estão representados no diagrama a seguir:

Diagrama 1 - Objetivos do projeto "O resgate do nosso folclore"



4.9 As práticas pedagógicas realizadas na escola

No período em que fizemos a coleta de dados, a Escola Caminho do Saber estava desenvolvendo um projeto intitulado "O Resgate do Nosso Folclore", e nas salas de aula havia toda a preparação ilustrativa com cartazes e personagens que representam a temática.

Durante a implementação do projeto observamos um compromisso da escola com os alunos e a importância que exerce na vida social destes, estimulando-os à interação e ao desenvolvimento pessoal. Vygotsky (1989) ressalta que o meio social e sua estrutura são fatores decisivos de qualquer sistema educativo. Para esse autor, a escola promove efetivamente a participação dos alunos, permitindo-lhe que se envolvam no processo social e dando-lhes condições para que todos possam aprender juntos, salientando a importância que os professores têm nesse processo. E essa construção admite a aproximação do indivíduo com o cotidiano. Todavia, o que se busca é trazer as práticas pedagógicas para a realidade do aluno, entendendo que estas asseguram uma aproximação entre os alunos e a comunidade escolar, na perspectiva de uma transformação social.

> Toda atividade prática 'é a transformação real, objetiva do mundo natural ou social' [...]. Sem essa ação real, objetiva sobre a realidade [...] não se pode falar propriamente da práxis como atividade material consciente e objetivante (VÁZQUEZ, 1977, p. 194).

Nas atividades desenvolvidas do projeto do folclore, percebemos que as aulas aconteciam como na maioria das escolas, isto é, na forma tradicional de explicar e expor as temáticas. Contudo, os alunos conseguem desenvolver as atividades propostas. Os professores que entrevistamos afirmaram que participam de cursos de capacitação, mas que a escola, assim como a maioria das escolas brasileiras, ainda precisa melhorar a sua estrutura e trazer para sua prática projetos voltados para as tecnologias assistivas, como forma de promover e criar novas formas de ensinar.

Durante essas atividades propostas pela professora analisamos as práticas e a falta de elementos fundamentais para a equipe pedagógica. Na sala do laboratório de informática os horários já eram programados, mas o número de máquinas é insuficiente para atender aos alunos e há um revezamento na hora de utilizá-las.

Na escola não há uma sala de recursos multifuncionais. Há, na verdade, uma sala com algumas adaptações que ajudam os alunos. Por exemplo: a escola hoje não está preparada para receber um deficiente visual, pois não dispõe do Sistema de Braille. E o único material que ela tem e que poderia ser utilizado nesta situação é cedido pela Secretaria de Estado da Educação, além de não ter nenhum professor habilitado nessa área.

Essa sala existente na escola tem um caráter de complemento à educação, mas para o que a educação inclusiva propõe esse espaço está fora da realidade, principalmente no que se refere aos serviços específicos. Cabe salientar que os alunos não frequentam tal sala no turno contrário ao matriculado como deveriam; eles têm um horário durante o período em que estudam.

Foi observado também que há um compromisso dos professores com os alunos, mas para a proposta da inclusão ainda é necessário que haja uma mudança não somente no nível dos professores, mas também em toda a comunidade escolar.

Na sala que observamos, havia um menino com autismo, o qual vamos chamar de L. Ele nasceu de parto natural e tinha o desenvolvimento tardio. Sua mãe, então, resolveu procurar uma neuropediatra e foi diagnosticado o autismo. Ela procurou uma escola regular e hoje ele tem dez anos e há quatro já estuda na Escola Caminho do Saber.

O cotidiano de L era muito difícil. A professora afirma que ele tinha muitas dificuldades. Era um aluno inquieto e enquanto os colegas interagiam, ele levantava muitas vezes e ia para o pátio da escola, não conseguia obedecer às regras propostas pela professora e ainda não reconhecia as letras e os números. Durante nossas visitas percebemos a professora um pouco ansiosa e sentindo a necessidade de encontrar estratégias para trabalhar com esse aluno.

Os avanços de L estão em seu comportamento e na melhor socialização com os colegas. Ele também já identifica cores, algumas letras e números, e durante o recreio não fica mais sozinho.

O autismo hoje é considerado como um transtorno global do desenvolvimento (TGD). Esta deficiência era associada à falta de atenção, mas estudos têm comprovado que ela está associada a alterações neurológicas, acidentes pré-natais, além de infecções.

Com a inclusão, a convivência dos alunos com TGD, juntamente com outras crianças apresenta possibilidades e evita que eles fiquem isolados. Na proposta da inclusão, a

convivência compartilhada favorece o desenvolvimento desses alunos e desenvolve valores como o respeito e a cooperação.

Essa experiência é desafiadora, mas já vem demonstrando que as crianças com TGD, em contato com outras crianças da mesma idade, conseguem estabelecer melhor a sua aprendizagem e o seu convívio social. Santos Filho (2010) acredita que a atividade lúdica favorece o interesse do aluno em relacionar os conceitos existentes na sua estrutura cognitiva para a aprendizagem, relacionando um novo conhecimento, retirando o autista da passividade e permitindo-lhe um desenvolvimento cognitivo mais eficiente.

Como dissemos, no primeiro encontro, a professora estava desenvolvendo o projeto do Folclore e propôs à turma que confeccionasse personagens que identificam as lendas folclóricas, sendo que esta atividade deveria ser executada com a massa de modelar. Neste momento L pegou a massinha e se retirou da sala. Os colegas da turma conseguiram fazer, mas ele precisou da ajuda da professora. Ele havia juntado todas as cores da massa e fez uma bola. A professora conversa com ele, mas ele permanecia calado. Depois de algumas horas conseguiu fazer um bonequinho que ele apontava para o "Saci". Depois dessa atividade L demonstrou estar interessado em fazer outros personagens.

Nesse tipo de atividade o aluno pôde aprender brincando, possibilitando-lhe ao aluno aprender as cores, desenvolver a coordenação motora e a oralidade. Os personagens do folclore estavam expostos nas paredes das salas em forma de cartazes, e a professora lia as lendas para os alunos e eles pareciam aproveitar bastante aquele momento. Antes de a professora apresentar os personagens todos estavam eufóricos, afinal a escola estava em festa, mas quando as histórias iam sendo contadas, a visão era de alunos concentrados e com a expectativa de que depois outras lendas fossem contadas.

No segundo encontro a atividade era para desenhar as lendas do folclore e L riscou a folha com vários rabiscos e não conseguiu associar a atividade ao tema do projeto. O desenvolvimento de L é muito lento, mas, segundo a professora, ele sinaliza uma melhora no convívio social, o que já se configura como um resultado satisfatório. Ela relata que quando ele chegou à escola ficava sozinho em um cantinho da sala, mas hoje na hora das atividades e do recreio ele interagiu à sua maneira.

No terceiro encontro aconteceu a exposição das atividades feitas em sala de aula e os alunos tinham que explicar o que entenderam durante o projeto. L só pronunciava a palavra

"saci", demonstrando que ele tinha entendido a história desta lenda e que estava participando da exposição.

Apesar da escassez de recursos tecnológicos, a escola consegue envolver os alunos nas atividades, criando condições para alcançá-los com informações e indagações embasadas no conhecimento.

É notório que a escola precisa buscar estratégias tecnológicas para trabalhar de forma diferenciada com os alunos e tornar as suas práticas pedagógicas mais contextualizadas, permitindo que professores e alunos tenham acesso à tecnologia digital e a diversos instrumentos que despertem o interesse dos educandos para a leitura, escrita e socialização.

> Diante das mais recentes conquistas tecnológicas e de novos hábitos da vida moderna, talvez alfabetizar na forma tradicional seja um anacronismo. É curioso notar atualmente uma preocupação, talvez a mais séria da História, com relação à alfabetização do tipo tradicional num momento em que será considerado analfabeto quem não conseguir operar as máquinas e computadores: ser alfabetizado nas belas letras hoje representa uma ameaça bem menor a quem detém as formas de poder da sociedade do que aprender a operar os computadores, que são hoje as verdadeiras bibliotecas, o lugar da memória coletiva da sociedade (CAGLIARI, 2003, p. 114).

Para esse autor, acompanhar a tecnologia é estar buscando novas formas de ensinar e aprender, já que as máquinas estão presentes em vários setores de nossas vidas. Haverá espaços também nas escolas, servindo como uma ferramenta capaz de interagir com as pessoas e como motivação para novas aprendizagens.

Na sala havia duas alunas que, apesar da síndrome que tinham, conseguiam desenvolver as atividades com tranquilidade, sempre conseguiam concluir as tarefas e eram bem abertas à associação.

As duas alunas da sala são C e M. Elas têm síndrome de Down, e apresentam um desenvolvimento bem satisfatório. Identificam letras, números e cores, conseguem desenvolver a atividade extraclasse. Nas atividades de fazer um personagem do folclore a aluna identificada pela letra C se mostrou-se muito perfeccionista e dizia: " Tia eu vou fazer a mula sem-cabeça", e a professora observava o desempenho de cada aluno e ficava bem atenta ao desenvolvimento individual deles.

No dia em que a atividade foi relacionada aos desenhos dos personagens do folclore, C ficou bem à vontade, e conseguiu reproduzir com detalhes as suas tarefas e parecia estar entusiasmada com todas as atividades que lhes eram propostas. E estes estímulos facilitam a

motivação dos alunos e dão-lhes uma contribuição importante para a sua vida social. Conforme Vigotsky (1989) acredita-se que o desenvolvimento fica impedido de acontecer se não houver as situações propícias para o aprendizado.

Já a aluna M mostrava-se muito comunicativa e bastante atenta às etapas do projeto. Ela conseguia identificar os personagens, mostrava-se interessada quanto à escrita e à leitura. Tinha uma dificuldade na fala, mas, segundo informações da professora, a aluna já era assistida por um fonoaudiólogo. Ela conseguia surpreender a professora e se mostrava sempre organizada com as tarefas. Havia cartazes espalhados pela sala, durante a apresentação das lendas a aluna M identificava os desenhos e apontava para os cartazes respectivos.

Com a realização das atividades a professora reconhecia o nível da aprendizagem dos alunos e a partir daí avaliava se as estratégias utilizadas eram satisfatórias. Mediante os resultados, o professor deve reconhecer o que é necessário fazer para se alcançar uma concretização na aprendizagem. Se esta não estiver sendo alcançada de forma que favoreça o desenvolvimento intelectual do aluno, fazendo com que a alfabetização seja uma etapa planejada com elementos que a tornem produtiva. Sendo assim, podemos concordar que:

> O processo de alfabetização inclui muitos fatores, e, quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição do conhecimento, de como a criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo o seu processo de interação social, da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo a alfabetização, mais condições terá esse professor de encaminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, sem os sofrimentos habituais (BARBOSA, 2011, p.42).

Durante a execução do projeto do Folclore as crianças se mostraram estimuladas e conseguiam executar as tarefas. Constatamos que durante a execução de um projeto toda a escola se mobiliza de maneira coletiva envolvendo todos os alunos. Neste, especificamente, tinha-se como objetivo realizar as atividades promovendo efetivamente a participação dos alunos e da comunidade visando ao resgate da cultura local como a valorização das diversas manifestações culturais.

E todo o trabalho e atividades ficaram expostos para que todos observassem os trabalhos dos outros, fazendo com que os alunos desenvolvessem habilidades linguísticas (oral e escrita), interligando as manifestações culturais: artes, danças, músicas e poesias.

Ao analisarmos as práticas pedagógicas empregadas na escola, percebemos que estas proporcionam ao aluno uma autonomia em sua condição sensorial, cognitiva, emocional e motora. Os professores interagem com os alunos, observando as dificuldades e os avanços, dando importância ao respeito entre eles e valorizando a convivência com as atitudes que promovam um convívio social saudável e fortalecido.

Historicamente, uma das maiores lutas da proposta inclusiva é a de se ter uma escola que institucionalmente deva adequar-se para receber os alunos com deficiência e que se responsabilize pela situação destes. Não se trata de negar o que as escolas já estão fazendo, mas o que seja necessário para uma realidade voltada à capacitação de desenvolvimento cognitivo e, consequentemente, apresente atividades que conduzam os alunos a uma aprendizagem satisfatória. Dentro desta adequação estão a tecnologia assistiva e os recursos tecnológicos que oferecem aos alunos com deficiência serviços necessários para um bom desenvolvimento enquanto pessoas.

De fato, a escola necessita de tecnologia assistiva, recursos tecnológicos e adequados para cada tipo de deficiência, porém os alunos conseguem desenvolver o seu aprendizado com as práticas que são desenvolvidas na escola. É certo que se houvessem esses recursos tecnológicos o processo seria mais rápido e atrativo.

As exposições, as aulas-passeio, a educação física, as visitas aos museus e as aulas de teatro são momentos que a escola promove para fortalecer a independência dos alunos e o relacionamento entre eles. Segundo a gestora da escola, os alunos gostam muito dessas atividades, criam muitas expectativas e anseios quando estão para realizá-las.

Entretanto, apesar de a escola ter uma experiência com a educação inclusiva, percebemos que já é momento de ela avançar e buscar entender os motivos pelos quais os pais estão retirando os seus filhos da instituição. É urgente repensar em todas as estratégias que possibilitem uma melhoria nas condições de relacionamento e credibilidade com os pais. E a escola deve usar estes motivos para rever suas fundamentações enquanto instituição e buscar subtrair o que realmente não está condizendo com os princípios da inclusão.

Por outro lado, observamos também que muitos pais pensam na educação inclusiva como sendo um modelo que irá fazer milagres. O processo de aprendizagem com alunos que têm deficiência é lento e requer muita paciência e dedicação, isto muitas vezes não é compreendido pelos pais.

Segundo Oliveira (1997) na concepção de Vygotsky, é preciso considerar a realidade de cada aluno quanto ao seu nível de aprendizado. É necessário observar o seu nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial.

Essa concepção de Vygotsky faz-nos entender que há crianças da mesma idade ou com o mesmo tipo de deficiência que conseguem desempenhar atividades sozinhas e outras não, que isso é estabelecido pela realidade e convívio que cada uma pertence. O que determina este desenvolvimento são momentos em que a criança já adquiriu esse conhecimento em casa, e chegando à escola não teve dificuldades, enquanto a outra nunca foi estimulada para realizar tal atividade e chegando à escola só consegue realizá-la com a ajuda de uma pessoa mais experiente.

> Vygotsky afirma que a zona de desenvolvimento proximal é a 'distância entre o nível real (da criança) de desenvolvimento determinado pela resolução de problemas independentemente e o nível do desenvolvimento potencial determinado pela resolução de problemas sob orientação de adultos ou em colaboração com companheiros mais capacitados' (FONTES, 1994, p. 175).

De acordo com essa teoria, o desenvolvimento será estimulado de acordo com as estratégias utilizadas na escola e os conteúdos que devem ser cuidadosamente elaborados para que o aluno aprenda dentro do seu nível real de desenvolvimento. No que diz respeito a esta questão, as escolas devem reconhecer e buscar maneiras de educar que garantam aos alunos a aprendizagem e o seu desenvolvimento social, através dessas formas de ensino o indivíduo poderá ter várias opções para a sua adaptação ao meio social ao qual pertence.

Isso poderá ser visto e atestado através da análise do quadro adiante, sobre o "Desenvolvimento e habilidades envolvidas na aquisição do conhecimento em Lev Semenovich Vigotsky" e "Desenvolvimento e habilidades envolvidas na aquisição do conhecimento em Jean Piaget".

Estes quadros trazem explicações do que é o desenvolvimento na visão desses teóricos, que em muito contribuem para a educação. É certo que as dimensões cognitivas somam-se como um dos elementos no processo de aprendizagem e que esta de certa forma interfere no desenvolvimento dos indivíduos, sendo que este se dá de forma holística e com a participação do meio social em que as crianças estão inseridas.

Quadro 1 – Questões e Proposições - Vigotsky[7]

QUESTÕES	Proposições
O que é o desenvolvimento?	Surgimento de algo novo (VIGOTSKY a, p. 249). Um aparecimento sucessivo de formações novas sobre a base primária original (2003b, p. 191, 192). De forma dialética o desenvolvimento [não é] o resultado de uma acumulação gradual de mudanças isoladas. Acreditamos que o desenvolvimento da criança é um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, embricamento de fatores internos e externos, e processos adaptativos que superam os impedimentos que a criança encontra (VIGOTSKY, 2003, p.96-97)

Quadro 2 – Questões e Proposições - Piaget[8]

QUESTÕES	Proposições
Como ocorre o desenvolvimento?	Desenvolvimento da criança significa desenvolvimento mental. Ele resulta da sucessão de três modos de pensamento e ação (esquemas): sensório-motores (0 a 2 anos), simbólicos (2 a 7 anos) e operacionais (concreto 7 a 11 anos, e formal – 11 ou 12 anos em diante).

[7] Dados retirados do artigo **Perspectivas desenvolvimentais, aprendizagem e possibilidades de progressão a partir da obra de Lev Semenovich Vigotsky,** de autoria de Itamar Freitas, professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe e pesquisador do ensino de História e Pedagogia <http://itamarfo.blogspot.com/search/label/Lev%20Semenovich%20Vigotsky>.

[8] Dados retirados do artigo **Conteúdos e progressão dos conteúdos no ensino de História (2): as potenciais contribuições dos teóricos do desenvolvimento (Jean Piaget)**, de autoria de Itamar Freitas, professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe e pesquisador do ensino de História e Pedagogia <http://itamarfo.blogspot.com/search/label/Jean%20Piaget>.

Durante as nossas visitas à escola onde realizamos nossa pesquisa observamos várias situações em que se apresentava o compromisso dessa instituição com o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos e ao mesmo tempo verificamos que a falta de muitos equipamentos sufocava o cotidiano e o trabalho pedagógico, que as exigências do Ministério da Educação são muitas. Enquanto não se adéquam, as escolas vão realizando os seus trabalhos, mudando as estratégias, mas sem o auxílio dos recursos necessários para trabalhar com as particularidades que cada deficiência exige.

As escolas públicas contam com as verbas destinadas para essa modalidade educacional e mesmo assim, na maioria delas há uma dificuldade e uma falta de interesse dos governantes em preparar uma escola que possibilite e disponibilize recursos necessários para atender a todos. Nas escolas particulares, apesar de se manterem com recursos próprios, situação deveria ser bem melhor, mas não é. Ocorre que as escolas querem trabalhar de forma tradicional e não apostam nas tecnologias assistivas como uma forma de diferenciar e ajudar aos alunos com deficiência. Prendem-se a questões financeiras e não realizam ações que ofereçam condições para qualificar as suas práticas.

É claro que as transformações não são feitas de uma hora para outra, mas é preciso avançar e criar expectativas quanto à inclusão, no sentido de especializar seus professores, adequar as escolas e preparar a sociedade para que a educação inclusiva seja incondicional. Segundo Stainback & Stainback (1999), a inclusão é um modelo de pensamento e de ação para incluir todos em uma sociedade onde a diversidade está se transformando em norma e não numa exceção.

Transformar as escolas significa rever as práticas que estão sendo realizadas e questionar qual o papel do professor em relação aos alunos com deficiência. A transição de paradigmas é sempre um caminho que traz ansiedade e medo, mas também desperta a curiosidade e o dinamismo. Favorecer o aprendizado a todos os alunos de uma escola é uma tarefa complexa, mas não impossível. Para que haja a inclusão é necessário que os alunos estejam envolvidos e participem do ambiente escolar com frequência para que a troca de experiência amplie e valorize o indivíduo levando-o a enriquecer as relações com o meio.

Na Escola Caminho do Saber, os alunos com alguma deficiência conhecem uma realidade que, ajustada ao princípio da inclusão, atenta para que o aprendizado aconteça de maneira democrática e igualitária, preparando o indivíduo para desenvolver a sua autonomia e cidadania.

A garantia do aprendizado na inclusão implica primeiramente os professores se atentarem para desenvolver ações pedagógicas pautadas na realidade da turma, adequando a escola às necessidades apontadas através dos alunos. De fato, ainda são muitas as restrições na educação inclusiva, mas enquanto isso há pessoas e propostas que acreditam nesse processo e aos poucos têm feito a sociedade refletir e se preparar para esse novo paradigma.

Na escola onde realizamos esta pesquisa, o trabalho está focalizado nos princípios da inclusão, mas por falta de recursos, vive hoje com a preocupação de não contemplar as exigências que uma escola precisa oferecer à sociedade. Mesmo de limites financeiros aparentes, há um interesse de continuar com um trabalho comprometido e que permite aos alunos com deficiência um apoio e um ambiente de construção e de trocas.

Entendemos que, diante de novas concepções, a escola deve buscar soluções para desenvolver um trabalho que possa entrosá-la de novo junto à sociedade, construindo uma nova identidade capaz de continuar proporcionando qualidade na educação e adquirir habilidades para fazer um trabalho competente na busca de objetivos para trabalhar com a inclusão.

As práticas na inclusão devem ser transformadoras, sendo necessário que as escolas combinem rever suas práticas e trabalhar para que em cada ambiente de aprendizado exista uma sala de atendimento especializado para ajudar na construção do conhecimento.

> Esse atendimento é complementar e necessariamente diferente do ensino escolar e destina-se a atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo [...] (MANTOAN, 2004, p. 42).

No entanto, ainda há muito para conquistar no tocante à proposta inclusiva. A conscientização e a busca de conhecimento dos profissionais envolvidos nesta área proporcionarão oportunidades de troca mútua de experiências e conhecimentos, desenvolvimento pessoal e valores, juntamente com a oportunidade de criar, prevalecendo a relação humana. É pertinente ressaltarmos que dentre todas as ações que a Escola Caminho do Saber adota, sem dúvida, a mais importante está na busca pelos direitos de igualdade de oportunidades educacionais, lembrando que suas iniciativas se tornaram um marco na história da educação inclusiva em Sergipe, uma vez que, em se tratando de uma instituição particular de ensino, isso mostra um avanço no que se refere a essa temática.

Durante as reuniões pedagógicas, a coordenação apontava esse problema, tentando detectar as dificuldades e as falhas, várias sugestões foram encaminhadas, mas, apesar dessas reflexões pertinentes aos problemas enfrentados pela escola, em 2011, o número de alunos teve uma redução bastante considerável, deixando apreensivos todos da escola e evidenciando que há alguns entraves que a instituição ainda não conseguiu resolver.

A escola está tentando desenvolver um projeto que esteja voltado para o profissionalismo e o mercado de trabalho. A ideia é de oferecer cursos profissionalizantes para os alunos e que estes sejam assistidos por profissionais competentes e que sejam hábeis e/ou para trabalhar com alunos que tenham alguma deficiência.

Com isso, a instituição pretende efetivar uma nova visão educacional e social junto à comunidade escolar. Contudo, para que esse projeto se realize é preciso que a escola invista em estruturas e materiais adequados para a realização dos cursos profissionalizantes. Para que esse trabalho se concretize é necessário que a escola procure estabelecer parcerias para viabilizar e ter condições de desenvolver este projeto, uma vez que dificuldades financeiras evidentes da escola implicam a concretização desse anseio.

Ainda que os alunos participem desses cursos profissionalizantes, as necessidades educativas vão continuar existindo. Para tanto, o complemento e o apoio da escola são de fundamental importância, sendo este um caminho que possibilitará aos alunos um estímulo e oportunidades que contribuam para a redução das desigualdades e enfatizem valores que ajudam a construir uma sociedade mais igualitária.

Retomando as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica é salientado que:

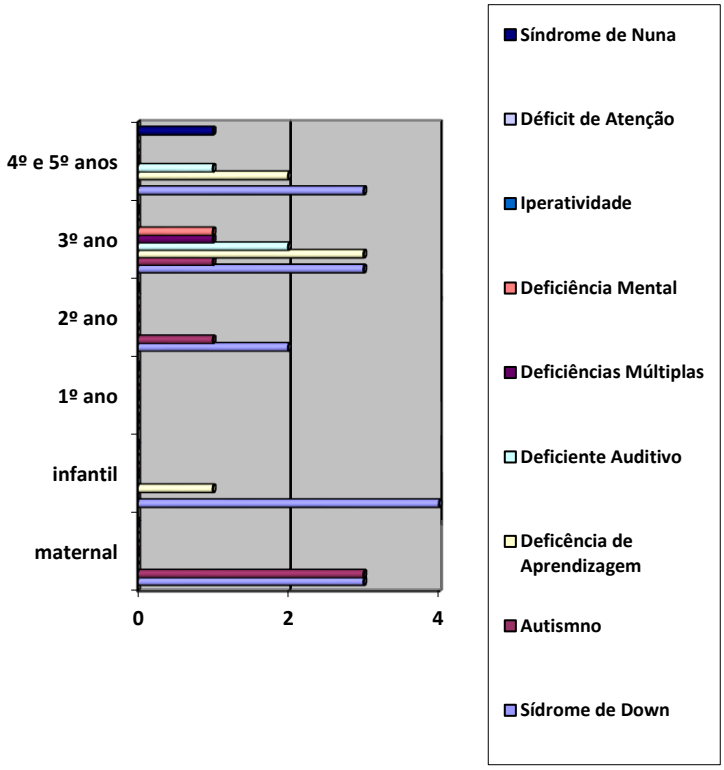
> Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais, e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem da escola uma série de cursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem ao aluno meio para acesso ao currículo. Essas são as chamadas *necessidades educacionais especiais*. [...], trata-se de um conceito amplo: em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e as condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem do problema, definiu-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de 'normalidade' para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (BRASIL, 2001).

O trabalho com a inclusão precisa de um ambiente que garanta aos professores e aos alunos uma oportunidade de aprendizagem e não apenas de ensino. É necessário entender que

os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, rompendo as dificuldades e aprendendo a conviver com as diferenças.

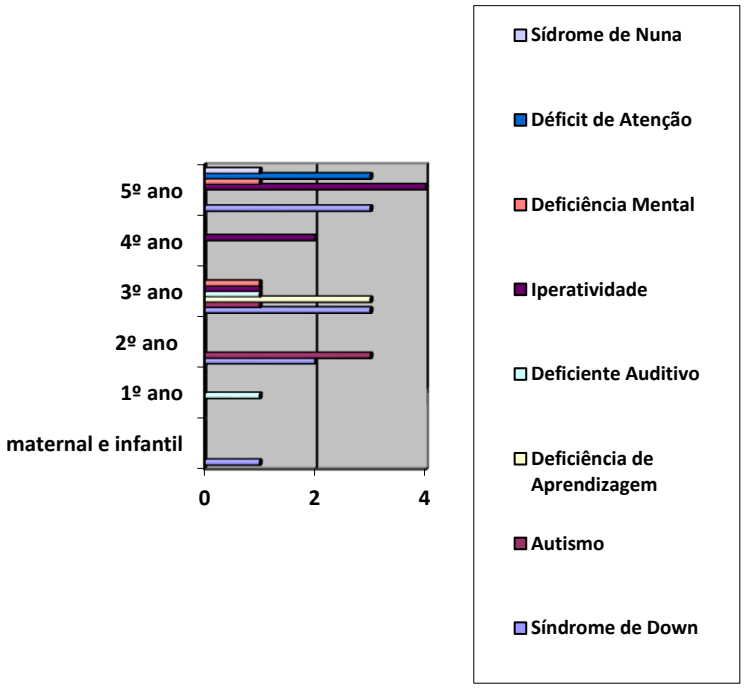
Os profissionais que trabalham com a inclusão acreditam nessa proposta e se comprometem, empenham-se, participam de maneira ativa, fazendo com os alunos compartilhem conhecimentos e competências entre si, dividindo o mesmo ambiente de aprendizagem. Assim, o desafio de fazer uma educação para todos ressalta que as atitudes e ações devem atender a patamares que incentivem novas práticas e que tenham como resultado a aprendizagem.

Gráfico 2 - Dados referentes à matrícula dos alunos com deficiência na escola caminho do saber ano 2010



Já no ano de 2011, podemos observar que o número de alunos matriculados sofreu uma considerável queda, como indica no gráfico 2.

Gráfico 3 - Dados referentes à matrícula dos alunos com deficiência na escola caminho do saber ano 2011



Retornando as nossas visitas à escola, percebemos que o número de alunos diminuiu, considerando-se o ano da pesquisa. No ano de 2011, o total de alunos matriculados é de 42 crianças, sendo que 29 apresentam algum tipo de deficiência.

A distribuição que observamos faz-nos compreender melhor que em face da quantidade de alunos, é necessário que a escola redimensione sua ideologia e que os professores encontrem alternativas para conhecer mais e melhor, socializem experiências e que através da sua autorreflexão dialogue consigo mesmos quanto à sua prática docente.

Diante das entrevistas, foi possível perceber que os professores acreditam na proposta da educação inclusiva; mas acreditar não é o suficiente. A Escola Caminho do Saber, na década de 1990, foi um exemplo na educação de crianças com deficiência. Atualmente faz parte de uma conjuntura que revela não estar conseguindo avançar para sustentar o discurso que defende a inclusão. Na realidade vemos que questões adversas têm evidenciado que se não forem tomadas medidas urgentes a escola não terá como continuar uma representação do modelo de inclusão.

Por esses motivos torna-se necessário discutir a respeito das políticas que envolvem a educação inclusiva, permeando, assim, um bom direcionamento para que seja oferecida uma qualidade na educação através de iniciativas no sistema de ensino.

> Considera imprescindível discutir sobre as políticas públicas educacionais, em suas mais diversas dimensões, para que se possa entender um pouco mais o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais. Apresenta, para tal, indicadores de análises, entre eles as diretrizes legais, a concepção de inclusão, a organização o funcionamento e a gestão do sistema de ensino, os financiamentos da educação e as condições de trabalho do professor. Visto como dimensões independentes, esses indicadores podem contribuir não só para o entendimento dos problemas vigentes, mas também para as possíveis formas de superação, o que implica a melhoria da qualidade da educação para todos (PRIETO, 2005, p.25).

Portanto, é através desses indicadores que a escola deve encontrar possibilidades para organizar-se no atendimento aos alunos, como sustenta a LDB/1996. Esta lei atribui às escolas a responsabilidade de trabalhar com todos os alunos e de ter um compromisso com uma escola de qualidade que seja motivadora e apresente meios para tornar o processo inclusivo o mais natural possível. E um dos serviços e apoio para garantir uma inovação nas escolas são, sem dúvida, os recursos tecnológicos.

Entendemos que a aquisição de recursos tecnológicos é necessária para tornar as aulas mais dinâmicas e para permitir aos professores e alunos um contato com tais tecnologias para que possam ser grandes aliados nos serviços de apoio pedagógico, permitindo que ambos alcancem um resultado positivo quanto à aprendizagem e o acesso a novas estratégias, tornando as aulas mais interessantes. Na instituição onde realizamos o nosso estudo os alunos não têm contato com a internet. Então seria interessante que isso fosse possível para poder tornar as aulas mais atrativas e dinâmicas. Por isso, é importante que as escolas deem prioridade ao atendimento educacional especializado.

O atendimento educacional especializado (AEE) apresenta medidas, estratégias e recursos que servem para complementar a educação, se a escola construísse um espaço para o AEE, proporcionaria uma alternativa muito proveitosa e um estímulo para alunos e professores, além de dar a estes a oportunidade de desenvolver novas práticas.

Esse atendimento poderia ser aliado à maneira que a escola adota. Esta prepararia os alunos em turnos contrários aos que estudam e trabalharia com as matrizes de referência, mas de uma forma que suprisse as necessidades educativas de cada um deles.

Quanto às matrizes de referência, estas foram uma maneira que a Escola Caminho do Saber encontrou para ajudar os professores a identificarem as dificuldades e os avanços dos alunos, permitindo planejar e desenvolver estratégias que conduzam a um progresso contínuo.

No que tange à aprendizagem e as práticas educacionais, a escola trabalha muito de forma coletiva, acreditando que dessa forma há uma maior interação de todos. E o papel dos professores é criar condições para que os alunos com deficiência possam estar envolvidos em todas as atividades para que se sintam valorizados. À medida que vão contribuindo com o grupo, despertam a responsabilidade e elevam a sua autoestima (STAINBACK & STAINBACK, 1999).

As reuniões pedagógicas são frequentes e ajudam os profissionais a decidirem, conjuntamente, situações que resultem no bem-estar dos alunos, ajudando no desempenho dos currículos escolares.

Enfim, constatamos que à medida que os alunos com deficiência ingressam em salas regulares de ensino, conseguem avançar em direção a uma construção de identidade e cidadania, explorando todo o conhecimento que contribuirá para a sua vida em sociedade. O sucesso dessas pessoas depende de oportunidades, pois a deficiência não é justificativa nem um determinante para decidir o futuro de um ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou entender as práticas pedagógicas em uma escola que trabalha com a educação inclusiva no contexto escolar atual. Para dar suporte às análises, o estudo foi feito na Escola Caminhos do Saber (Aracaju/SE), onde foram observados elementos conceituais para compreendermos como a educação inclusiva realmente acontece.

No contexto pedagógico observamos que muitas são as expectativas para uma mudança nas práticas e no currículo. Mas para que isto aconteça a escola deve considerar as diversidades e criar ações e planejamentos que reestruturem as práticas pedagógicas dando condições para que alunos e professores sintam-se motivados a estar na escola e assim afastem a evasão e as concepções tradicionais no percurso da aprendizagem.

Apresentamos o trabalho em quatro capítulos, que mostraram elementos conceituais para que pudéssemos discutir o problema da educação inclusiva e as suas práticas pedagógicas, definindo os objetivos e mostrando os instrumentos que serviram para desenhar nossa pesquisa.

Sendo assim, concluímos que a educação inclusiva é uma problemática que abrange todas as instituições de ensino, que se estende desde a educação infantil ao ensino superior. É importante que os alvos a serem alcançados nesta educação sejam traçados e que haja parcerias para termos uma educação a contento.

O atendimento educacional oferecido na educação inclusiva precisa de mais investimento quanto à formação adequada dos professores a fim de trabalhar com a pluralidade e que através desta preparação os alunos com deficiência sejam incluídos nos contextos escolares e sociais.

O professor na educação inclusiva está submetido às leis que vigoram. Ele é consciente de que não pode excluir nenhum aluno e muitas vezes trabalha com alunos com deficiência sabendo que esta temática é uma questão que envolve a todos e que o professor sozinho não pode mudar os rumos da educação. É necessário acompanhar as mudanças e discussões a respeito dos assuntos que envolvem o âmbito escolar, mas a inclusão precisa de um planejamento estratégico começando pelo apoio governamental e seguindo com uma parceria entre secretarias de educação e coordenadores de escolas.

Nas observações realizadas na Escola Caminho do Saber percebemos que o aprendizado dos professores é construído através do cotidiano e que eles apresentam muitas

dificuldades na hora de executar algumas atividades. Um dos grandes problemas detectados foi a distorção idade-série dos alunos e a falta de recursos necessários para atender a cada deficiência. Há vários alunos com uma idade mais avançada e esta situação, na hora da execução das atividades, traz um desgaste para os professores e para os alunos que não têm deficiência. A repetição para a realização de algumas atividades deixa alguns alunos inquieto? Esta é uma pergunta que ainda não conseguiu ser respondida claramente.

As dificuldades encontradas trazem para nós, enquanto professores, o anseio pela busca de conhecimentos e de uma formação continuada para realizar práticas pedagógicas que sejam compartilhadas e aproveitadas pelos alunos. A educação será um desafio constante e por esta razão sempre teremos que buscar alternativas que envolvam os alunos no cotidiano educacional e social.

Esse processo de inclusão prevê uma expectativa de ações imediatas para corresponder ás exigências atuais juntamente com as políticas públicas, que vigoram para apoiar a inclusão e implicam em mudanças de atitudes e comportamentos sociais.

Diante da realidade do nosso estudo, chegamos a conclusão de que as práticas pedagógicas são indicativos que ajudam os agentes de transformação, no caso os professores, a evidenciarem novas reflexões e formulações que acompanhem as mudanças sociais, já que a escola promove as mais diversas formulações teóricas. Percebemos também que não há respostas prontas. À medida que o ano letivo vai transcorrendo, é esperado que a comunidade escolar desenvolva táticas e inove a cada dia as suas práticas pedagógicas e que estas possam levar os alunos a uma construção do conhecimento, inserindo-os na inclusão da cidadania e não apenas no modelo inclusivo educacional.

Com base nos resultados obtidos, podemos considerar que estes foram satisfatórios e nos impulsionaram a acreditar que de certa forma estamos contribuindo para que novas pesquisas possam surgir e proporcionar aos alunos com deficiência uma excelência da qualidade da educação e acesso a ela.

Enfim, cabe salientarmos que muitos foram os obstáculos, mas a emoção de chegar à etapa final é muito compensatória e nos faz entender que todo sacrifício é válido quando pretendemos alcançar os nossos objetivos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira, et al. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para o atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BATISTA, Cristiane A. M.; MANTOAN, Maria Tereza E. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BARBOSA, Josilene Souza Lima. **A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2011. Dissertação de Mestrado.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1979.

BAUER, M. W**.** Análise de conteúdos clássica: uma revisão. In Bauer, M. W & GASKELL, G (org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.191.

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL**. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Política nacional de educação especial**. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial, na Educação Básica.** Brasília, 2001.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: 2008.

BRASIL. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: Saraiva, 2010.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno deficiente**. São Paulo: EDUC, 1993.
BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. Revista Brasileira da Educação Especial, v. 3, n. 5, (1999), p.15.

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA, 2011. **Intérprete de libras em sala de aula**. [Consult. 2011-05-08]. Disponível em <http: //www.bing.com/imagens/search>.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, 2011. **Crianças em sala de aula**. [Consult. 2011-05-09]. Disponível em <http://www.bing.com/imagens/search.>.

DEFICIÊNCIA FÍSICA, 2011. **Interação entre duas crianças, uma com e outra sem deficiência.** [Consult. 2011-05-10]. Disponível em<:http://www.bing.com/imagens/search.>.

DEFICIÊNCIA VISUAL OU CEGUEIRA, 2011. **Criança lendo um livro em braille.** [Consult. 2011-05-08]. Disponível em <http://www.bing.com/imagens/search>.

DEMO, Pedro**. Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

FERREIRA, Maria Elisa Coputo & GUIMARÂES, Marley. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FONTES, Martins. **A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. L. S. Vigotsky; [organizadores Michael Cole... [et al.]; tradução José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche.- 5 ed.] – São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. **Vygotsky e Baktin. Psicologia e Educação: um intertexto.** Juiz de Fora, MG: Editora Ática/ Editora da UFRJ, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso: fundamentação científica, subsídios para a coleta e análise de dados como redigir o relatório**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOES, Maria Cecília Rafael de & LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. **Políticas e práticas na educação inclusiva**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.
GONZÁLES, José Antônio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUATEMALA. Assembléia Geral da Guatemala, 29º período ordinário de sessões, tema 34 da agenda. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**, 1999.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. (2007). [Consult. 2011-05-02]. Disponível em <http//juazeirodonorte.apaebrasil.org/arquivos.phtml?t:11601>.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

AVANCINI, Marta. **Teoria propõe educação regular ao aluno deficiente.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, p. 2-3. 27, nov, 1997.

LAVRADOR, Maria Cristina Campello. O processo de exclusão e inclusão social In: BADALLA Maurício; BARROS, Maria Elizabeth Barros de (org). **Mundo e sujeito-aspectos subjetivos da globalização**. São Paulo: Paulus, 2004.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. Ensino inclusivo/educação (de qualidade) para todos. Revista Integração, Brasília, n° 20, (1998), p. 29-32,

MANTOAN, Maria Tereza Égler. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: Revista de Estudos Jurídicos, Brasília, n. 26, jul./set. (2004).

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. Tese de doutorado.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9 ed. aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NETO, O. O trabalho do campo como descoberta e criação. In: Minayo, M. C. des. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 55.

NÓVOA, Antônio (org). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OMOTE, Sadão. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. In: BARBOSA, R. L (org) **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2004.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Certeau e as artes de fazer: as noções de uso, tática e trajetória na pesquisa em educação. In: OLIVEIRA, Inês B. de: ALVES, Nilda (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas- sobre redes de saberes.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, Imaginários e Representações na Educação Especial: a problemática ética da "diferença" e da inclusão social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio- histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PÉREZ, Carmem L. Vidal. Cotidiano: História (s), memória e narrativa. Uma experiência de formação continuada de professores alfabetizados. In: GARCIA, Regina Leite (Org.) **Método: pesquisa com o cotidiano**. DP & A, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. Educação e Pesquisa, São Paulo, n.3, v.31, set./dez. (2002), p. 131.

PRIETO, Rosangela Gavioli. **Políticas públicas municipais de atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: indicadores para sua avaliação e dificuldades metodológicas e instrumentais para pesquisa.** Trabalho apresentado no Seminário de Pesquisa em Educação Especial, Vitória, 2005.
RICHARDSON, R. J; PERES, J. A. S; CORREIA, L. M.; PERES, M. H.; WANDER, LEY, J. C. V. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.

SÁNCHEZ, Isabel e TEODORO**,** Antônio. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. Revista Lusófona de Educação. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, (2006), p. 72-73.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHON, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica**. 6 ed. revisada. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

SANTOS FILHO, José Walter. **Jogo Eletrônico educacional como objeto de aprendizagem visando à aprendizagem significativa: uma experiência com análise combinatória**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descasos, lutas, dores e conquistas**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Vivência da Inclusão**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2000. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da Educação dos Surdos em Aracaju**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007. Tese de Doutorado.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. **Inclusão**. Um Guia Para Educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. **Filosofia da práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

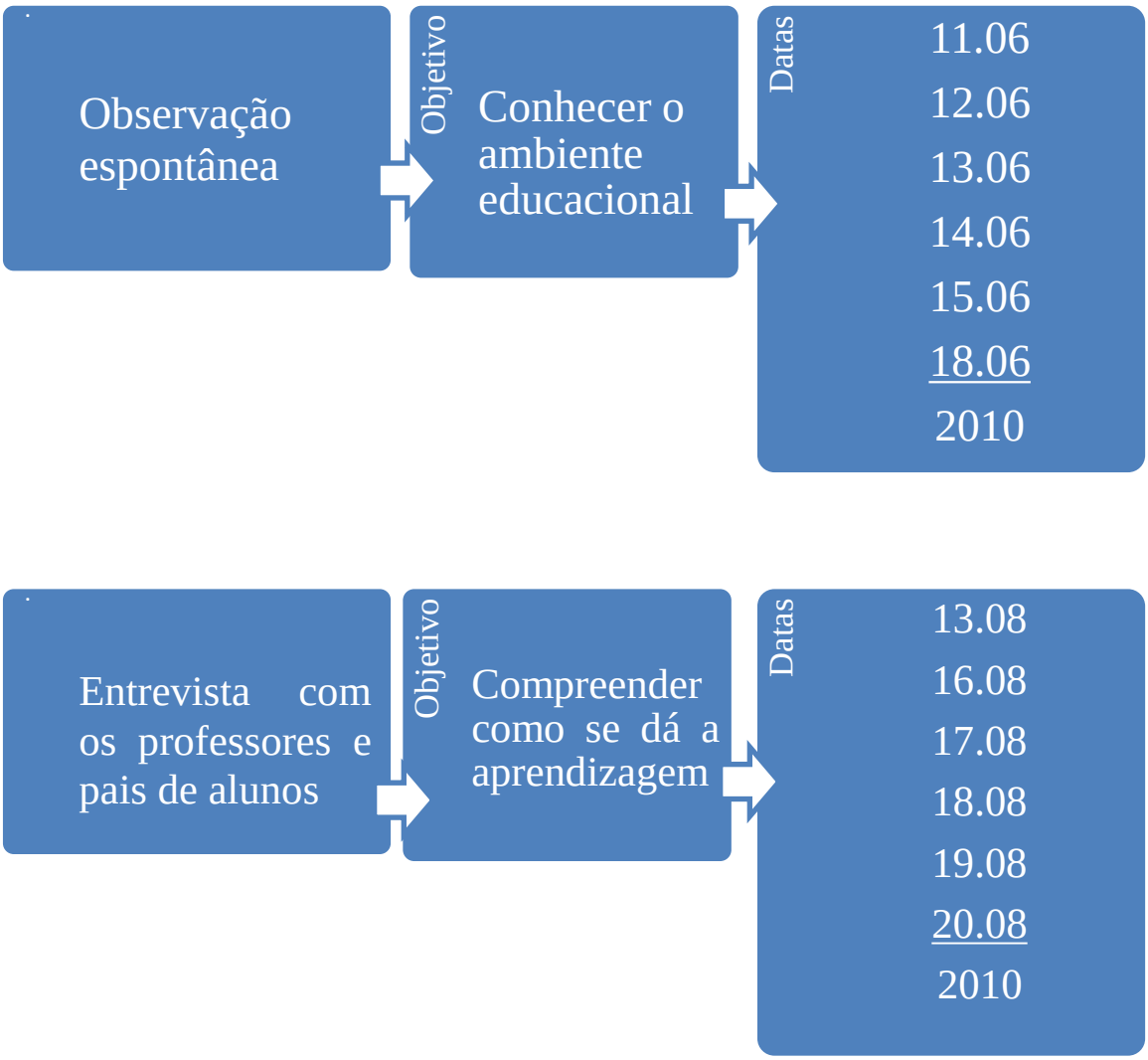
VYGOTSKY, Lev Semonovicher. **Tomo Cinco: fundamentos de defectologia**. Trad. Carmen Ponce Fernandes. Madri, Espanha: Pueblo y Educación, 1989.

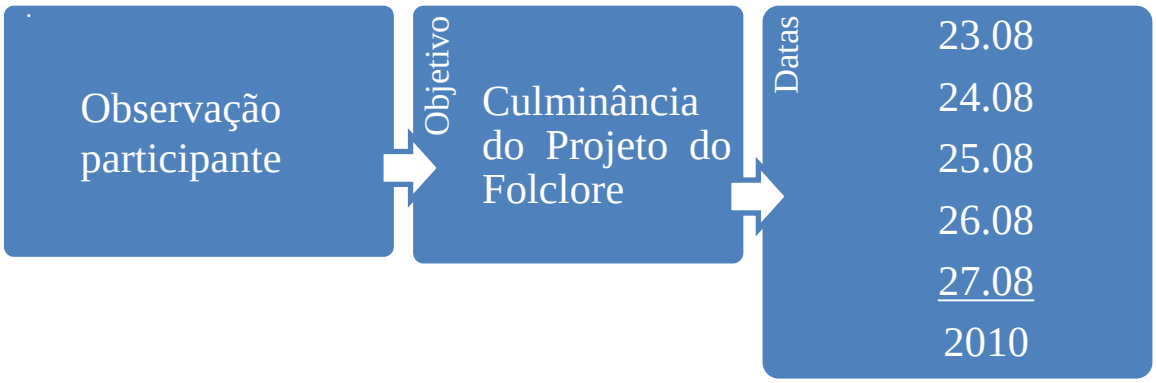
YIN, Robert K. **Case Study Research - Design and Methods**. Sage Publications Inc., USA, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Protocolo de Entrevistas: O diagrama mostra o decorrer das etapas da pesquisa em campo.





Para as entrevistas e observação sistemática foram necessárias doze manhãs, devido à complexidade do assunto.

APÊNDICE II

Autorização para a pesquisa

Prezado(a) Diretor(a)

Sou aluna do Curso de Mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Lisboa/Portugal e estou pesquisando acerca das Práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva. Essa pesquisa pode contribuir para entendermos e ajudarmos aos alunos com deficiência.

Para realizarmos este estudo, faz-se necessário a participação dos professores, serão realizadas entrevistas com os mesmos e com os pais de alunos, como forma de colhermos informações para esta pesquisa.

A coleta de dados ocorrerá com horários previamente agendados com a escola e de maneira que não interfira na rotina da mesma, sendo que está tem um caráter confidencial e depois de concluída estará à disposição para mostrar os resultados à escola.

Agradecida, pela atenção e compreensão da direção e pela oportunidade de poder estar realizando esta pesquisa.

Aracaju, julho de 2010.

Atenciosamente

_____

Edjane Alves dos Santos Menezes

Pedagoga e Especialista em Planejamento Educacional

APÊNDICE III

Guião de entrevista

BLOCO A – LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA

1) Você concorda em participar desta entrevista?

2) Como você se sente contribuindo para esta entrevista?

3) É possível confiar em suas informações para que haja um resultado real?

4) Qual o seu nome?

5) Qual a sua idade?

BLOCO B – CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL

6) Como é trabalhar com a educação inclusiva?

7) Qual a sua formação acadêmica?

8) Quanto tempo trabalha na escola?

9) Como descreveria as reuniões realizadas na escola?

10) Você gosta de trabalhar nessa escola?

11) No contexto escolar atual qual o papel de professor na educação inclusiva?

BLOCO C – DIFICULDADES SENTIDAS

12) Os recursos utilizados na escola são suficientes?

13) Quanto à organização das turmas, facilita o trabalho do professor?

14) O que você gostaria que melhorasse na escola?

APÊNDICE IV

ENTREVISTAS

Fala da professora A	
LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA	1) Você concorda em participar desta entrevista? Sim 2) Como você se sente contribuindo para esta entrevista? Bem 3) É possível confiar em suas informações para que haja um resultado real? Sim
CATEGORIA DA ANÁLISE	
PERFIL DA	4) Qual o seu nome? M. I. A. A. 5) Qual a sua idade?

PROFESSORA	35 anos
CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL	6) Como é trabalhar com a educação inclusiva? É um desafio 7) Qual a sua formação acadêmica? Nível Superior 8) Quanto tempo trabalha na escola? Há 18 anos 9) Como descreveria as reuniões realizadas na escola? Muito proveitosas 10) Você gosta de trabalhar nessa escola? Sim 11) No contexto escolar atual qual o papel de professor na educação inclusiva? Facilitador

DIFICULDADES SENTIDAS	12) Os recursos utilizados na escola são suficientes? Não 13) Quanto à organização das turmas, facilita o trabalho do professor? Sim 14) O que você gostaria que melhorasse na escola? O espaço físico

APÊNDICE V

Síntese das entrevistas

As entrevistas foram semiestruturadas e de acordo com o especificado podemos analisar que os entrevistados se referem à educação inclusiva como um desafio e buscam meios para alcançar os alunos e estabelecer uma relação com a diversidade e tornar possível uma aprendizagem proveitosa.

De acordo com a professora A, a mesma considerava esta modalidade de ensino utópica e não via a possibilidade de trabalhar com crianças com deficiência, confessa que pensou em desistir, mas depois resolveu buscar uma formação acadêmica e se dedicar a estes alunos e atualmente sente muito orgulho do que faz.

A professora B, admitiu que era muito difícil trabalhar com a inclusão, salienta ainda que já tinha muitas dúvidas, mas sempre buscou novos métodos para trabalhar e desenvolver a aprendizagem.

Já a professora C, não tinha formação acadêmica e resolveu buscar e se aprofundar em cursos de capacitação e especialização, acreditando que é de grande valia, o aperfeiçoamento pedagógico. A mesma relata que tinha dificuldade de participar das reuniões por conta do dia em que as mesmas eram realizadas, mas isto já está resolvido, uma vez que dia e horário são flexíveis.

Por fim, a professora D afirma que a categoria é muito cobrada pela sociedade e que não são os únicos responsáveis pela educação. A mesma fala da dificuldade de ser professora no século XXI e as transferências de valores que lhes são impostas e fala que é preciso enquanto facilitadores de conhecimento ver o aluno como um ser holístico.

APÊNDICE VI

Entrevista Semi-estruturada (Professores)

1) Como é trabalhar com a educação inclusiva?

_____

_____

_____

2) Qual a formação acadêmica dos professores da escola?

_____

_____

3) Como você descreveria as reuniões pedagógicas realizadas na escola?

_____

_____

_____

4) No contexto escolar atual qual o papel do professor na educação inclusiva?

_____

_____

_____

C.S.M. (professor)

- O trabalho com inclusão exige muito mais do professor, por isso e necessário que a escola dê suporte pedagógico para nós. Aliado a isso uma formação acadêmica faz com que nós profissionais busquemos mais a respeito do nosso cotidiano, tornando possível uma flexibilidade na hora da execução das atividades. Em relação as reuniões, elas norteiam o que vai ser executado durante o ano letivo, levando em consideração que mudanças podem ocorrer. Existe muita dificuldade do professor no século XXI, nós enquanto facilitadores de conhecimento devemos ter uma visão holística do aluno, estarmos mais atentos e entendendo que o caminho para que a educação dê certo é o respeito mútuo...

V.A.L (professor)

- Quando cheguei à escola eu só tinha o nível médio e busquei conhecimento, hoje terminei a graduação, já estou me especializando e contínuo aqui na escola. A minha dificuldade era que as reuniões eram feitas aos sábados e eu não concordava com isso, mas este ano elas aconteceram na sexta-feira e conta com a presença de um numero maior de professores. Quanto ao nosso papel no contexto escolar, hoje nós somos mais cobrados pela sociedade. Acho que antigamente éramos mais respeitados. Quanto à educação inclusiva, ainda há muitas barreiras para mim, mas procuro apoio com a equipe pedagógica da escola e aprendo com o dia a dia...

G.G.B. (professor)

- Trabalhar com a educação inclusiva e perspectiva que todos podem alcançar uma aprendizagem, para mim é uma descoberta maravilhosa e gratificante. Quanto a formação acadêmica e necessário em qualquer área, principalmente a nossa que esta ligada diretamente à transmissão do conhecimento. Enquanto tentamos buscar dinâmicas para trabalhar com a inclusão erramos muito; eu achava que os ensinos da universidade na pratica era bem mais complicado. Nas reuniões falamos dos avanços e/ou das dificuldades durante e o bom e que isso torna o currículo flexível e possível para mudanças. A nova

proposta educacional contempla a participação de todos na sala de aula e não apenas de alguns...

M.A.S. (professor)

- *Eu nunca imaginei trabalhar com crianças especiais achava que era uma coisa impossível para mim. Eu não tinha formação acadêmica e confesso que queria desistir, mas fui aprendendo e me dedicando, hoje estou na faculdade e me sinto mais preparada para trabalhar com a inclusão. As reuniões para mim são momentos de troca de experiências e dão oportunidade para melhorarmos enquanto educandos. Essas reuniões pedagógicas nos fazem interagir com a coordenação pedagógica e esse trabalho em equipe traz cooperação que são transformadoras em atitudes que intervém na comunicação dos envolvidos nesse processo e possibilita as discussões em favor de desenvolver um bom trabalho educacional. O papel do educador no contexto atual é de facilitador com o objetivo de acompanhar todo o desenvolvimento do aluno...*

APÊNDICE VII

Entrevista Semi-estruturada (Pais)

1) Qual a sua perspectiva em relação a escola inclusiva?

_____

_____

_____

2) Como você observa o comportamento do seu filho?

_____

_____

_____

_____

3) E o desempenho no contexto escolar qual a sua avaliação?

_____

_____

_____

E.O.A. (pai)

- As crianças não têm preconceito, isso é coisa de adulto. Acho muito bom meu filho interagir com os colegas da escola. Ele conta em casa as brincadeiras e o seu dia a dia, e sinto que ele tem muita afetividade com a turma e isso para mim é muito gratificante. Eu estou percebendo que ele está mais independente e realizando as atividades com mais atenção e compromisso...

T.M.O. (pai)

- Acredito que todos nós podemos aprender juntos. Para mim se a escola for inclusiva ou não o mais importante é sabermos que somos diferentes e temos limitações, podendo estas serem físicas ou não. O que considero como fundamental é que o aluno goste do ambiente escolar e que este espaço seja, estruturado para fazer um bom trabalho com todos os alunos. É importante que a escola mostre suas propostas para nós pais...

J.A.S. (pai)

- Quando matriculei meu filho já sabia que era uma escola inclusiva, mas eu já estava ficando preocupada pela quantidade de alunos com deficiência na escola. A minha preocupação era de a escola deixar de ser inclusiva e se tornar uma escola só para crianças com deficiência; confesso que pensei em retirar o meu filho, mas em uma das reuniões de pais eu me dei conta que estava sendo preconceituosa. Para mim as idéias e os valores contidos na educação inclusiva nos fazem refletir a cerca das políticas educacionais que contemplam os alunos com deficiência...

C.M.(pai)

- Desde de que matriculei meu filho na Escola Caminho do Saber, percebo que ele tem avançado muito, diz que gosta da escola e dos colegas. No inicio fiquei preocupado, por se tratar de uma experiência nova. Eu me questionava se iria dar certo. Foi quando fiz uma visita a escola e me tranquilizei bastante. Gostei do jeito como as crianças são valorizadas e hoje sei que fiz a coisa certa. Quando nós temos um filho com deficiência, há uma preocupação muito grande com relação a educação no sentido de encontrar uma escola com propostas pedagógicas que inclua a todos e assegure os seus direitos enquanto cidadãos...

ANEXOS

ANEXO I

FIGURAS

Deficiência física:

Figura 1. Interação entre duas crianças, uma com e a outra sem deficiência.

Fonte: www.bing.com/images/search

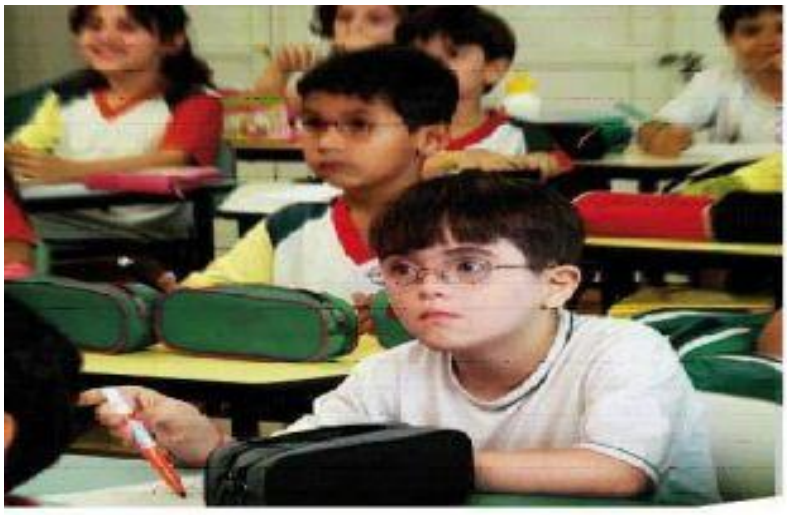
Cegueira ou deficiência visual:

Figura 2. Criança lendo um livro em Brile.

Fonte: www.bing.com/images/search

Deficiência intelectual:

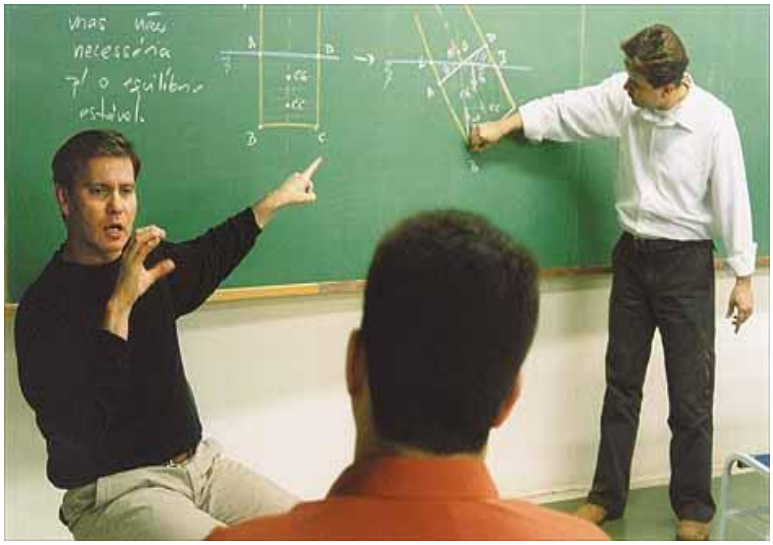
Figura 3. Crianças em sala de aula.



Fonte: www.bing.com/images/search

Deficiência auditiva:

Figura 4. Intérprete de Libras em sala de aula.



Fonte: www.bing.com/images/search

Figura 5. Escola Caminho do Saber.

Fonte: Pesquisa da autora

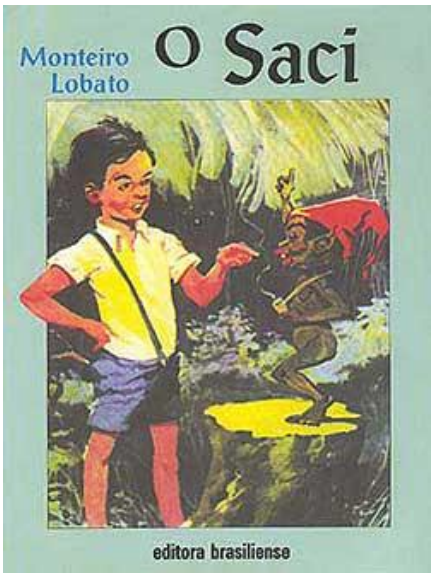
Figura 6 – O folclore no Brasil

Fonte: www.google.com.br/images

Figura 7 – O folclore no Brasil

Fonte: www.google.com.br/images

Figura 8 – Livros de Contos e Lendas do Folclore Brasileiro



Fonte:www.google.com.br/imgres

Figura 9 – Livros de Contos e Lendas do Folclore Brasileiro

Fonte: www.google.com.br/imgres